

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Ações de salvaguarda do Património Cultural Imaterial presentes no Quilombo Kalunga, Brasil e em Cacheu, na Guiné-Bissau: desafios, avanços e perspetivas**

Geovana Dias Jardim

Mestrado em Estudo Africanos

Orientadora:  
Doutora Maria Antónia Barreto  
Investigadora no CEI-IUL

Dezembro, 2020.



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

**Ações de salvaguarda do Património Cultural Imaterial presentes no Quilombo Kalunga, Brasil e em Cacheu, na Guiné-Bissau: desafios, avanços e perspetivas**

Geovana Dias Jardim

Mestrado em Estudo Africanos

Orientadora:  
Doutora Maria Antónia Barreto  
Investigadora no CEI-IUL

Dezembro, 2020.

*À matriarca Kalunga Dona Procópio dos Santos Rosa (Iaiá Procópio)*

## Agradecimento

Agradeço a Mestres e Mestras que me possibilitam a experiência de escuta da sabedoria ancestral que me orienta sobre meu lugar no mundo.

À todo o povo Kalunga.

À orientadora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto.

Agradeço minha mãe Maria Gelsa Jardim Dias e meu pai Demerval Dias Russo por seu respeito às minhas escolhas, e aos meus irmãos Fabrício Dias Jardim e Fabiano Dias Jardim por seu apoio. Aos avós Ludovica Gomes Jardim e José Ferreira Jardim (*em memória*).

Sou grata à amiga Daniella Cardoso Paiva, à mana de caminhada Lílian Galvão, sempre conselheira e a orientadora do coração, Déa Trancoso.

Às mulheres Kalunga Dona Procópia dos Santos Rosa (Iaiá Procópia) sua neta Lourdes Fernandes de Souza (Bia Kalunga), pela partilha de conhecimentos e apoio no trabalho de pesquisa na comunidade do Sítio Histórico Kalunga.

Ao guia e amigo Adão dos Santos Rosa.

Ao casal kalunga Santa Dias dos Santos e João da Cunha Santos que me receberam em sua casa por algumas vezes.

AKC – Associação Kalunga de Cavalcante e a AQK – Associação Quilombo Kalunga.

A Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, nas pessoas de Juliano George Basso e Aristelina Avelino.

À Marise Barbosa pela orientação na discussão e pela oportunidade e experiência na produção do projeto “CD-Livro e Canal Youtube O Que É o Que É? Infâncias Kalunga”, fonte de inspiração deste trabalho.

À André Dib pela oportunidade e experiência na elaboração e produção do projeto “Sertão Kalunga”, também inspiração desta pesquisa.

Aos jovens Kalunga do Projeto “Mostra de Teatro Afro Cena” com os quais a importância de lutar por uma política cultural de salvaguarda ganhou materialidade.

Aos amigos Daniel Pantoja e Cris Maia e ao colega Julio, por terem feito parte da pesquisa de campo em 2019.

Às amigas Beatriz Roque e Mariana Soler pelo apoio nos ajustes finais.

Aos(as) entrevistados(as): Da Guiné-Bissau: Dr. Claudio Arbore, Paula Matos da Costa, Hermínia Ribeiro e Cambrima Alonso Cassama e Dr. José Cornélio Gomes Correia.

Do Brasil: Procópia dos Santos Rosa (Iaiá Procópia), Anderson Oliveira da Silva, Marise Glória Barbosa, Keith Valéria Tito e Lucilene dos Santos Rosa.

A pesquisa para este mestrado foi possibilitada pelas políticas públicas de apoio à cultura cujas instituições cito abaixo e agradeço:

FAC-DF – Fundo de Arte e Cultura do Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Cultura | Subsecretaria de Fomento e Incentivo Cultural pelo edital Conexão – Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência | Projeto: Mestrado em Estudos Africanos. Tendo financiado o primeiro ano do curso e a cartilha produzida e anexa.

FAC-GO – Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás | Edital Bolsa de Formação em Artes 02/2018 | Projeto Mestrado em Estudos Africanos na Escola de Sociologia e Políticas Públicas no ISCTE-Lisboa. Tendo financiado o segundo ano do curso e uma atividade de elaboração de projetos para jovens educadores da comunidade Kalunga, a realizar.

Ao ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa onde apreendo o significado de resiliência, onde reconheço meus limites e me aproximo de uma África que começo a contatar.

## Resumo

Este estudo analisa as políticas de salvaguarda existentes no estado brasileiro com foco em trabalhos realizados no território quilombola denominado Sítio Histórico Kalunga, localizado a nordeste do estado de Goiás, centro oeste do Brasil e o trabalho realizado no período entre 2000 e 2020 e no “Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro” localizado em Cacheu, na Guiné Bissau. No caso do Sítio Histórico Kalunga o foco é dado aos apoios institucionais do Ministério da Cultura (MINC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás (FAC-GO) passando por políticas transversais que colaboram neste contexto, inclusive as direcionadas a afrodescendentes, consolidadas em uma cartilha simples apresentada como anexo desta pesquisa. No caso de Cacheu identificar e conhecer as ações de salvaguarda realizadas no Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro. Nas duas realidades identificamos a presença de políticas de salvaguarda à luz da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão responsável pelas ações que visam preservar, visibilizar e valorizar o Patrimônio cultural imaterial no mundo.

## Palavras-chave:

Patrimônio Cultural Imaterial, Quilombo, Kalunga, Cacheu, Memorial da Escravatura, Políticas culturais

## Abstract

This study analyzes the existing safeguard policies in the Brazilian state with a focus on works carried out in the quilombola territory called Sítio Histórico Kalunga, located in the northeast of the state of Goiás, in the central west of Brazil and the work carried out between 2000 and 2020 and in the “Memorial Slavery and Trafficking Negreiro” located in Cacheu, Guinea Bissau. In the case of Sítio Histórico Kalunga, the focus is on institutional support from the Ministry of Culture (MINC), the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) and the Goiás State Art and Culture Fund (FAC-GO) passing through transversal policies that collaborate in this context, including those aimed at people of African descent, consolidated in a simple booklet presented as an annex to this research. In the case of Cacheu, identify and know the safeguard actions carried out at the Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro. In both realities, we identified the presence of safeguard policies in the light of the Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage, of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), the body responsible for actions that aim to preserve, make visible and enhance the intangible cultural heritage in the world.

**Keyword:** Intangible Cultural Heritage, Quilombo, Kalunga, Cacheu, Slavery Memorial, Cultural policies





# ÍNDICE

<i>Agradecimento</i>	iii
<i>Resumo</i>	v
<i>Palavras-chave:</i>	v
<i>Abstract</i>	vii
<b>ÍNDICE</b>	<b>9</b>
<b>ÍNDICE DE FÍGURAS</b>	<b>10</b>
<i>Glossário de Siglas</i>	11
<b>1. Introdução</b>	<b>12</b>
<b>2. Cultura e Património</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Cultura e Património Cultural</b>	<b>20</b>
<b>2.1.1 Cultura</b>	<b>20</b>
<b>2.1.2 Património Cultural</b>	<b>27</b>
<b>2.2 O Património cultural imaterial</b>	<b>29</b>
<b>3. Salvaguarda do património imaterial</b>	<b>37</b>
<b>3.1 O Património cultural imaterial no Brasil e as políticas de salvaguarda</b>	<b>37</b>
<b>3.1.1 Património Cultural Imaterial no Quilombo Kalunga</b>	<b>45</b>
<b>3.2 O Património cultural imaterial na Guiné Bissau e as políticas de salvaguarda</b>	<b>57</b>
<b>Metodologia</b>	<b>70</b>
<b>4.</b>	<b>71</b>
<b>4.1.</b>	<b>55</b>
<b>Desenho da investigação</b>	<b>55</b>
<b>4.2. Estratégias de recolha de dados</b>	<b>55</b>
<b>4.3. Técnicas de tratamento de dados</b>	<b>57</b>
<b>5. Apresentação, análise e comentário dos estudos de caso</b>	<b>71</b>
<b>5.1 Estudo de caso das experiências de salvaguarda do Património imaterial no Quilombo Kalunga, urgências, reflexões e contribuições</b>	<b>71</b>
<b>5.1.1 O Museu Iaiá Procópio</b>	<b>71</b>
<b>5.1.2 O CD Livro e canal Youtube - O Que É O Que É? Infâncias Kalunga</b>	<b>73</b>
<b>5.2 Estudo de caso da experiência de salvaguarda do Património imaterial na cidade de Cacheu</b>	<b>76</b>
<b>5.2.1 O Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro</b>	<b>77</b>
<b>6. Considerações finais</b>	<b>81</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>84</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>89</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1 Localização do território Kalunga. Autoria: Nascimento (2015). Fonte <https://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/11392/img-2.png>.

Figura 3.2 Mapa Guiné Plano Estratégico Para Desenvolvimento Sustentável do Setor de Cacheu 2019-2025. Cacheu, Junho de 2019.

## Glossário de Siglas

ACCRA Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África

AFRICOM Conselho Internacional de Museus Africanos

AIN Associazione Interpreti Naturalistici

AME Atlantic Music Exchange

CI Setor de Comunicação e Informação

CIE Centro Internacional de Património e Atividades

DENARP - Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza

FAC-DF Fundo de Arte e Cultura do DF (Brasília / DF / Brasil)

FAC-GO Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás (Brasília / DF / Brasil)

FINATEC Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

FMI Fundo Monetário Internacional

FNC Fundo Nacional de Cultura (Brasil)

ICOM Conselho Internacional de Museus

IDRC Década Internacional para a Aproximação de Culturas

IEPHA Instituto Estadual do Património Histórico e Artístico de Minas

### Gerais

IHC Intangible Cultural Heritage

IMVF Instituto Marquês de Valle Flor

INEP – Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

MINC Ministério da Cultura (Brasil)

ONU Organização das Nações Unidas

PAIGC Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCI Património Cultural Imaterial

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## Introdução

Este trabalho se propõe conhecer, descrever e analisar as ações para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial no Território Quilombola Kalunga denominado “Sítio Histórico Kalunga”, em Goiás, no Brasil, e no “Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro” em Cacheu, na Guiné Bissau. Vou reflectir sobre os instrumentos de reconhecimento e valorização do Patrimônio imaterial presente em ambas realidades, nomeadamente sobre o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e dos órgãos responsáveis pelo Patrimônio imaterial em ambos os países. Também irei observar o papel desempenhado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ligado ao Ministério da Cultura do Brasil<sup>1</sup>. A análise incide sobre o discurso de preservação e a consolidação de políticas de proteção ao Patrimônio cultural imaterial pelos órgãos responsáveis nestas duas realidades especialmente IPHAN, no Brasil e UNESCO, na Guiné Bissau e no Brasil.

Duas convenções foram muito importantes no âmbito desta problemática: a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial<sup>2</sup> adotada na 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em Paris entre 29 de setembro e 17 de outubro de 2003 e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais<sup>3</sup>, instituída na 33ª reunião, celebrada em Paris, de 03 a 21 de outubro de 2005, tendo o texto sido ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006<sup>4</sup>. Tais documentos foram fundamentais para a base de criação de políticas de salvaguarda especialmente no Brasil, mas também refletidos nos projetos realizados por organizações internacionais na Guiné-Bissau.

## Questão de partida e objetivos

Nesta dissertação proponho-me a analisar o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), internacionalmente, do Governo federal a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), também nos âmbitos estadual e municipal, no Brasil e dos órgãos responsáveis pelo patrimônio imaterial na Guiné Bissau, com foco na preservação e valorização do patrimônio cultural imaterial quilombola e guineense.

---

<sup>1</sup> A atual gestão do Estado Brasileiro reduziu o Ministério da Cultura a uma Secretaria.

<sup>2</sup> UNESCO, 2003. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

<sup>3</sup> UNESCO, 2005. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

<sup>4</sup> Decreto Legislativo 485/2006, 2005.

A partir de um histórico temporal da existência de políticas de património cultural imaterial direcionadas às comunidades quilombolas e dos africanos da Guiné Bissau, irei identificar e questionar a verdadeira eficácia e a compreensão dos instrumentos de reconhecimento e valorização do património imaterial destas realidades, a partir das experiências vivenciadas pela autora na comunidade Kalunga, no centro-oeste brasileiro e através de documentos e entrevistas, digitalmente, na Guiné Bissau.

Escolhi o período de 2000 a 2020 para compreender as políticas de salvaguarda existentes e implantadas em duas realidades, no Sítio Histórico Kalunga, em Goiás, no Brasil e em Cacheu, na Guiné Bissau, mais especificamente no Memorial da Escravatura e do Tráfico Negroiro.

São colocadas as seguintes questões para orientação da pesquisa:

Existem ações de salvaguarda do património imaterial na Comunidade Quilombola Kalunga, em Goiás, Brasil? Se sim, como elas funcionaram, desde a idealização à realização? Quais são os atores destas ações? Elas são resultado de alguma política? Em que âmbito?

Existem ações de salvaguarda do património imaterial na Guiné Bissau, realizadas no Memorial da Escravatura e do Tráfico Negroiro?

Existe alguma ação direta da UNESCO nas ações existentes nestas realidades? Se sim, qual?

Os conceitos de “cultura”, “cultura popular”, e “património imaterial” converteram-se em recursos simbólicos, jurídicos e políticos essenciais para confirmar a importância da diversidade cultural, contribuindo fortemente para a gestão e formulação de políticas públicas direcionadas à preservação e manutenção deste património.

Defini os seguintes objetivos de investigação:

- Analisar a presença direta da UNESCO na salvaguarda do património imaterial em Cacheu, na Guiné-Bissau e na Comunidade Quilombola Kalunga, em Goiás, Brasil;
- Analisar em que medida as ações ou políticas de salvaguarda existentes são realizadas por atores internos ou dependente de atores externos;

## Metodologia

### Desenho da investigação

O desenho de investigação assenta em uma abordagem qualitativa, baseada nos modelos de etnopesquisa a partir de ferramentas como a etnografia e a pesquisa ação. Em dois períodos de

trabalho de campo, 2018 e 2019, pude recolher informações, apontamentos para posterior análise. O foco de minha investigação resultou em perguntas baseadas na pertinência e importância da salvaguarda do patrimônio imaterial Kalunga.

As perguntas foram surgindo ao longo da revisão bibliográfica e das visitas exploratórias ainda em 2018 quando decidi investigar quais poderiam ser as políticas públicas existentes no território Kalunga que decidi comparar com uma experiência em África, mais tarde definida na Guiné-Bissau. Naquele momento não era possível prever que estaríamos em meio a uma pandemia.

As questões foram alteradas várias vezes, pois a primeira perspectiva era mais antropológica do que política. Reformulei em diálogo com dados mais amplos relativos a continuidade e manutenção da tradição pelo caminho de sua salvaguarda. O Que É O Que É? Infâncias Kalunga e o Museu Iaiá Procópio.

Ainda na fase etnográfica, a ferramenta inicial de pesquisa foi a observação participante, que segundo Spradley (1980), possui o objetivo de engajar o pesquisador nas atividades estudadas e possibilitar a observação das mesmas. Nessa etapa, realizei as 2 visitas à comunidade, onde estive com 2 lideranças importantes para responder às questões dos projetos selecionados para análise. Esses momentos de relações próximas e constantes prolongou-se posteriormente pelos meios digitais, tendo até promovido uma live sobre o projeto “Museu Iaiá Procópio”<sup>5</sup>.

A pandemia trouxe limites para a minha ação em campo e escolhi 4 entrevistados em cada estudo de caso. As dificuldades foram maiores com os participantes da Guiné Bissau pois não pude estar em campo para conhecer de perto o contexto de minha investigação. Mesmo assim os entrevistados contribuíram fortemente com as suas respostas, dando a informação fundamental para a análise.

### Estratégias de recolha de dados

Fiz dois períodos de trabalho de campo no Brasil, em 2018 e 2019 e pude recolher informações, para posterior análise. Aqui o foco de minha investigação resultou em perguntas baseadas na pertinência e importância da salvaguarda do patrimônio imaterial Kalunga. Não fiz nenhuma deslocação à Guiné-Bissau devido à interdição de viagens dada a existência da pandemia.

---

<sup>5</sup> Facebook Vozes de Mestres (2020). Entrevista a Iaiá Procópio. Disponível em: <https://www.facebook.com/vozesdemestres/videos/599750783969343>

As questões orientadoras da pesquisa foram alteradas várias vezes, pois a primeira perspectiva de estudo era mais antropológica e etnográfica. Reformulei a orientação da pesquisa em diálogo com dados mais amplos relativos à continuidade e manutenção da tradição pelo caminho de sua salvaguarda. As perguntas foram surgindo ao longo da revisão bibliográfica e das visitas exploratórias ainda em 2018 quando decidi investigar quais poderiam ser as políticas públicas existentes no território Kalunga e compará-las com uma experiência em África, mais tarde definida como a Guiné-Bissau. Naquele momento não era possível prever que estaríamos em meio a uma pandemia.

A ferramenta inicial de pesquisa foi a observação participante, que segundo Spradley (1980), possui o objetivo de engajar o pesquisador nas atividades estudadas e possibilitar a observação das mesmas. Nessa etapa, realizei as 2 visitas à comunidade Kalunga, onde estive com 2 lideranças importantes para responder às questões relativas aos projetos selecionados para análise. Esses momentos de relações próximas e constantes prolongaram-se posteriormente por meios digitais, tendo promovido uma *live* sobre o projeto “Museu Iaiá Procópio”, uma das ações analisadas, promovida pela política nacional que permite premiar mestres da cultura popular. Nesta *live* pudemos apurar informações relevantes para a pesquisa, como pode ser visto no link.<sup>6</sup>

As dificuldades foram maiores com os participantes da Guiné Bissau pois não pude estar em campo para conhecer de perto o contexto de minha investigação. Mesmo assim os entrevistados contribuíram fortemente com as respostas, dando-me subsídios suficiente para conduzir a análise.

---

<sup>6</sup> Facebook Vozes de Mestres (2020). Entrevista a Iaiá Procópio. Disponível em: <https://www.facebook.com/vozesdemestres/videos/599750783969343>

A recolha de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas e de observação naturalista. Toda a informação recolhida convergirá num entendimento abrangente do tipo de relações conceptuais entre os problemas e, eventualmente, na indicação de novos problemas (Mónico, 2010). Em relação ao estudo dos Kalunga fiz observação participante:

Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. (Correia, 1999, p. 31)

As entrevistas semiestruturadas, presentes neste estudo, seguiram um guião que, após ter sido testado e retificado, de acordo com os objetivos do estudo, foi aplicado, mas tendo que ser adequado a cada entrevistado(a), como poderá ser visto no Anexo A, Uma das entrevistas sobre a Guiné Bissau foi com o Presidente da AIN - Associazione Interpreti Naturalistici , realizada por Skype.

Por isso, não foi para nós um guião estático tendo permitido a alteração de algumas questões, como a ordem das perguntas de acordo com o processo da entrevista que foi feita por Skype, zoom, e em alguns casos por e-mail

Assim, construí a tabela com o resumo das entrevistas que foram realizadas e dois guiões da entrevista semiestruturada disponíveis no ANEXO A. Ao total foram contactadas 16 pessoas, sendo 8 da Comunidade Kalunga de Goiás e 8 da Guiné-Bissau, tendo sido obtidas apenas 5 respostas de cada país, sendo 3 de cada país diretamente ligadas ao estudo de caso e 2 relacionadas com as ações de salvaguarda nacionais ou estaduais.

## Técnicas de tratamento de dados

Fizemos a análise de conteúdo das entrevistas qualitativas compreendendo os contextos e inserindo os resultados das entrevistas institucionais no decorrer da escrita como referências o Capítulo 2.

Já as 2 entrevistas de cada país que tratam dos 2 estudos de caso foram apresentadas, analisadas e comentadas na sequência da apresentação de cada caso no capítulo IV. Neste momento de tratamento das respostas de cada entrevistado, consideramos suas respostas em perspectivas paralelas seja no âmbito de realização da ação em si ou as suas construções e impactos na comunidade aquando da realização destas ações.



## Trabalho de campo

O trabalho de campo na comunidade Kalunga foi realizado quando da minha permanência na comunidade durante o desenvolvimento dos projetos “Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros” entre os anos de 2013 a 2017, a produção do “CD-Livro e canal de Youtube O que é o que é: infâncias kalunga” (Barbosa, 2018) e a elaboração, produção e escrita do Livro “Sertão Kalunga”, ambos durante o ano de 2018 e ainda o “Bolsa de Mestrado em Estudos Africanos” durante o mês de julho de 2019. No contexto do Brasil recorri a documentos digitais e realizei entrevistas aos moradores da comunidade Kalunga, que serão citados durante o trabalho. As entrevistas fundamentais foram com Procópio dos Santos Rosa (matriarca e liderança Kalunga, idealizadora do Museu Iaiá Procópio) e Marise Glória Barbosa (Barbosa, 2018) Etnomusicóloga e idealizadora do Projeto “CD-Livro e Canal Youtube O que é o que é: infâncias Kalunga”. Também trabalhei com informações das seguintes instituições: Secretaria de Cultura do Estado de Goiás na pessoa de Keith Valéria Tito, Gerente de Museus, Bibliotecas, Instituto Goiano do Livro e Arquivo Histórico; à Diretoria de Monitoramento e Controle de Resultados de Ações Culturais Fomentadas, o Fundo de Apoio à Cultura da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - GDF (FAC-DF) e à Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), respondendo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na pessoa de Anderson Oliveira da Silva.

Para a investigação da realidade na Guiné Bissau recorri a documentos do próprio Memorial além de entrevistas ao Presidente da AIN - Associazione Interpreti Naturalistici e atualmente coordenador técnico-científico do Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro de Cacheu (Guiné-Bissau); ao Presidente do Memorial, à Assessora para Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Guiné-Bissau, à subdiretora de Projetos do Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF) e ao atual Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura da Guiné Bissau.

## Organização da dissertação

No capítulo um apresento os conceitos de património cultural, património cultural imaterial e o desenvolvimento histórico desse conceito pela UNESCO. Essa organização tem sido um espaço importante no processo de inclusão da diversidade cultural especialmente no que estabelece nos dois documentos que vamos trabalhar, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais<sup>7</sup> e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> UNESCO, 2005. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

<sup>8</sup> UNESCO, 2003. Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

O segundo capítulo contém o caminho percorrido na institucionalização dos conceitos, expressões, definições e percursos na construção de políticas ou ações de salvaguarda do Património imaterial no Brasil e na Guiné Bissau.

Para esta investigação da diversidade e similaridades entre Brasil e Guiné Bissau, os conceitos de Cultura desenvolvido por Thompson (1995) e de Património Cultural Imaterial desenvolvido pela UNESCO serão os conceitos de partida.

Dada a necessidade de compreensão da estrutura e conjuntura brasileiras torna-se importante incluir reflexões sobre o racismo, colonialismo e território, inseparáveis de toda discussão que se dedique à população brasileira onde 52% da população se autodeclara negra; preta ou parda.

No terceiro capítulo apresentamos, analisamos e discutimos os resultados obtidos na investigação realizada nas duas realidades, a Comunidade Quilombola Kalunga, em Goiás, Brasil e o Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro em Cacheu, na Guiné Bissau. Para conhecer um pouco mais do cenário de políticas de património imaterial na Guiné nos apoiamos também em alguns documentos oficiais em busca de indicações sobre o assunto, o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau, DENARP I<sup>9</sup> - 2005 e o DENARP II - 2011-2015<sup>10</sup>, o Programa do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau 2014-2018<sup>11</sup>, o Plano Estratégico Operacional Terra Ranka 2015- 2020<sup>12</sup> e os Resultados da III Conferência Nacional da Cultura, além de documentos não oficiais, tais como matérias, entrevistas e artigos publicados em jornais e revistas, na internet. Também recorremos a uma entrevista on-line, do ex-secretário de Estado da Cultura da Guiné-Bissau António Spencer Embaló publicada no Facebook do PAIGC2020.

Em seguida, no quarto capítulo, apresentamos as nossas considerações finais.

Como parte integrante desta investigação, apresentamos três anexos contendo documentos complementares:

ANEXO A - Tabela e guiões das entrevistas;

---

<sup>9</sup> DENARPI - Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau, 2005.

<sup>10</sup> DENARPII- Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau, 2011-2015.

<sup>11</sup> Programa do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau 2014-2018.

<sup>12</sup>O Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 *Terra Ranka* consiste num abrangente plano de desenvolvimento para Guiné-Bissau que teve como base um documento inicial apresentado pelo IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau, concebido em colaboração com vários agentes da sociedade civil guineense, e apresentado durante a Conferência dos Doadores e Parceiros Internacionais que se realizou em Bruxelas, em Março de 2015. Este projeto implica a realização de um conjunto de ações em diferentes áreas de intervenção, entre as quais biodiversidade, cultura, educação, saúde, infraestruturas, agricultura etc.

ANEXO B - Diário de campo com imagens e comentários das visitas realizadas na comunidade Kalunga para reconhecimento visual da Comunidade Kalunga;

ANEXO C - Cartilha de políticas públicas direcionadas a povos e comunidades afrodescendentes levantadas aquando da realização deste trabalho São fonte de pesquisa das oportunidades existentes, especialmente para a comunidade Kalunga na elaboração de projetos para a salvaguarda do património cultural imaterial Kalunga, contendo algumas oportunidades internacionais.

# 1. Cultura e Património

## 1.1 Cultura e Património Cultural

### 1.1.1 Cultura

O conceito de cultura aplica-se a uma variedade de fenômenos e a um conjunto de interesses que são hoje compartilhados por estudiosos de diversas disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a história e a crítica literária. Apesar de compreender a complexidade em definir o termo cultura pela sua constante transformação em meio a globalização e outros fatores de mudança tentarei aqui traçar um percurso de entendimento do termo considerando as análises de Thompson (1995) mas trazendo à luz deste trabalho a particular reflexão de Clifford Geertz:

“Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade.”  
(Geertz, 1989:10).

Thompson (1995), em *Ideologia e Cultura Moderna* esclarece que, apesar de pouco consenso em relação ao conceito em si, muitos analistas concordam que o estudo dos fenômenos culturais é uma preocupação de importância central para as ciências sociais.

Na sua obra o autor aponta os vários sentidos que o conceito de cultura ganhou ao longo do processo histórico e estabelece quatro conceitos norteadores:

1. Conceção clássica de cultura;
2. Conceção antropológica descritiva: evolucionismo e funcionalismo
3. Conceção antropológica simbólica;
4. Conceção estrutural.

Para Thompson (1995) o primeiro sentido da palavra surgiu em discussões entre filósofos e historiadores alemães no final do século XVIII e início do XIX, quando o termo era usado para se referir a um processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual. O uso tradicional do termo como concepção clássica de cultura foi definido por Thompson (1995), como:

“o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna” (Thompson, 1995:170).

Embora essa concepção tenha se mantido em usos cotidianos, já se encontra em desuso na academia. A mudança essencial surge no fim do século XIX, com o surgimento da Antropologia

onde a construção do conceito de cultura dialoga com os métodos da descrição etnográfica. Por esse caminho a primeira concepção perde lugar para novos conceitos. Thompson aborda a “concepção antropológica descritiva” recorrendo para isso a vários autores que discorrem sobre o assunto, desde o evolucionismo de Morgan e Taylor até ao estruturalismo de Levi Strauss, ao funcionalismo de Malinowski e ao neo-evolucionismo de White (2009). Esta concepção é definida por Thompson da seguinte maneira: “a cultura de um grupo ou sociedade é o conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefactos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade” (Thompson,1995). O evolucionismo inscreve-se nesta concepção descritiva: as produções culturais de uma sociedade são consideradas como significantes do seu lugar ou estágio de desenvolvimento no quadro da evolução da humanidade.

Uma outra perspectiva parte da “concepção simbólica de cultura”, a qual pode ser considerada, de forma ampla, como:

“cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças” (Thompson,1995:176).

Segundo Thompson (1995), nas últimas décadas a concepção simbólica da cultura foi colocada no centro dos debates antropológicos por Clifford Geertz, o qual defende que o conceito de cultura é essencialmente semiótico, diferente do simbólico defendido por White (2009).

White (2009) considera que o Homem e a cultura são inseparáveis, ou seja, um não existe sem o outro. A explicação para essa afirmação pode ser feita por meio dos símbolos e dos significados que lhe são atribuídos, uma capacidade inerente ao Homem. A cultura é, então, realizada pela simbolização. Quando os processos biológicos naturais de evolução e revolução produziram um animal simbolizador, a cultura surgiu como uma consequência do exercício e da capacidade de simbolizar, com o discurso articulado, que é a forma típica de simbolização. O mundo inteiro se tornou classificado, conceitualizado e verbalizado, e as relações entre coisas se estabeleceram com base nessas concepções (White e Dillingham, 2009).

Na obra *A Interpretação das Culturas* (1989), Geertz apresenta cultura como as teias de significado tecidas pelo ser humano e considera que a antropologia se dedica à análise dessas relações. Segundo Thompson (1995), esta abordagem manifesta claramente a concepção simbólica de cultura, o que a caracteriza como o padrão de significados incorporados nas formas

simbólicas em função da qual as pessoas se comunicam umas com as outras e partilham as suas experiências, concepções e crenças. Compreende que a maior dificuldade e fraqueza da concepção simbólica de cultura é que ela não dá atenção devida aos problemas de poder e conflito, passando por cima dos contextos sociais estruturados dentro dos quais os fenômenos culturais são produzidos, transmitidos e recebidos. Destaca ainda que os fenômenos culturais são vistos, acima de tudo, como constructos significativos, como formas simbólicas, e a análise da cultura é entendida como a interpretação dos padrões de significado incorporados nessas formas.

As ações e manifestações verbais do dia-a-dia, fenômenos como rituais, festivais e obras de arte, são sempre produzidos ou realizados em circunstâncias sócias históricas particulares, por indivíduos específicos, providos de certos recursos e possuidores de diferentes graus de poder e autoridade. Uma vez produzidos ou realizados, circulam, são recebidos, percebidos e interpretados por outros indivíduos situados nas circunstâncias sócio históricas que compartilham valores e experiências, captam o sentido dos fenômenos em questão. (Thompson, 1995).

Thompson (1995) propõe então uma outra abordagem do conceito, com o objetivo de agregar fortemente os contextos sociais nos quais os fenômenos culturais estão inseridos, definindo:

“o estudo das formas simbólicas - isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos - em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. Os fenômenos culturais, deste ponto de vista, devem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas” (Thompson, 1995: 180)

Na perspectiva de uma análise das políticas de salvaguarda do Patrimônio Imaterial em realidades com similaridades é preciso considerar os fenômenos culturais em seu contexto e construções históricas a partir das matrizes africanas.

É importante trazer aqui um dado sobre a constituição da população brasileira. 56,10% de pessoas se declaram negras no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE. Os negros – que o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos – são, portanto, a maioria da população.

De tal forma, para falar sobre políticas culturais para a população negra no contexto deste trabalho torna-se fundamental o conhecimento de alguns conceitos como os de Quilombo,

Territorialidade e Património, mas também, Decolonialidade e Racismo Estrutural, que abordaremos de seguida.

Esta análise pretende levar em conta a observação dos lugares que estes códigos estruturais ocupam na constituição das políticas culturais e no acesso a elas. Apesar de serem temas para muito trabalho e estudo precisam aqui ser minimamente tratados para compreendermos que o envolvimento dos atores na estrutura de constituição das políticas públicas de uma sociedade, de forma integral é cada vez mais necessário para valorizar e reconhecer a própria cultura e história, como nos remete claramente o pedagogo brasileiro Paulo Freire, que conheceu de perto a primeira campanha de alfabetização planeada em 1975 e iniciada em 1976, pelo Ministro Mário Cabral, quando organizou os círculos culturais nas áreas rurais, vilarejos e na capital de Guiné-Bissau, reafirmando a importância do investimento em educação para todos, com o objetivo de reorganização política de uma sociedade recém liberta do jugo colonial:

O sentido da descolonização das mentes determina, entretanto, a permanente revolução, ponto chave para Amílcar Cabral e que aparece na prática de Paulo Freire no intuito da reafricanização das mentalidades. Era claro, para Freire que a autonomia de um povo é diretamente proporcional à valorização e reconhecimento da sua história e cultura, confrontando com o modelo colonial de escola:

A educação colonial herdada, de que um dos principais objetivos era a “desafricanização” dos nacionais, discriminadora, mediocrementemente verbalista, em nada poderia concorrer no sentido da reconstrução nacional, pois para isto não fora constituída. A escola colonial, a primária, a liceal, a técnica, esta separada da anterior, antidemocrática nos seus objetivos, no seu conteúdo, nos seus métodos, divorciada da realidade do país, era, por isso mesmo, uma escola de poucos, para poucos e contra as grandes maiorias. (FREIRE; GUIMARÃES, 2011:24).

É neste sentido que trazemos para esta análise ainda o conceito de Racismo estrutural como forma de controlo da classe social sem privilégios afastando-a ao máximo dos lugares de expressão na sociedade, criando ferramentas de silenciamento e subalternidade.

Começo por considerar ainda o pensamento de Amílcar Cabral que discute essa questão no texto, “As noções de raça, de identidade e de dignidade”, na Reunião de Peritos sobre noções de raça, identidade e dignidade. UNESCO, Paris, 3-7 de Julho de 1972, quando traz a reflexão:

“a dinâmica da luta exige a prática da democracia, da crítica e da autocrítica, a crescente participação das populações na gestão de sua própria vida, a alfabetização, a criação de escolas e serviços sanitários, a formação de ‘quadros’ extraídos dos meios camponeses e operários, e outras tantas realizações que implicam em grande aceleração do processo cultural da sociedade. Tudo isso torna claro que a luta pela libertação não é apenas um fato cultural mas também um fator de cultura”. (Cabral, 1972:136)

Sobre o conceito do racismo estrutural, apontamos aqui alguns. Trazer o importante pensador do movimento pan-africanista, Franz Fanon, nos auxilia na percepção do racismo e colonialismo na forma estabelecida de ver e viver o mundo.

“O racismo colonial não difere dos outros racismos”. (Fanon, 2008:87)

Fanon considera que as estruturas sociais coloniais são internalizadas na subjetividade do colonizado e a transformação dependeria de uma mudança fundamental das estruturas da sociedade.

Todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo “objeto”: o homem. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se o problema capital, fundamental, que é repor o homem no seu lugar. (Fanon, 2008:87)

O pensamento de Fanon demonstra que seja qual for o projeto nacional, o mesmo não pode estar dissociado do enfrentamento do racismo, pois se assim for, não se sustenta. E ainda não se sustenta refletir sobre o racismo apenas na perspectiva identitária.

Assim como define o conceito um intelectual brasileiro que tem se debruçado sobre essa questão, o advogado e doutor em filosofia Silvio Almeida, em seu livro *Racismo Estrutural*:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, tornasse imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (Almeida, 2019: 33)

Apresento aqui a relação do conceito com o tema da política cultural direcionada a população negra, especialmente no que diz respeito a falta de democratização ao seu acesso e o que este conceito demonstra neste cenário, acentuando a falta de unidade social. Assim como ilustra Silvio Almeida, a seguir:

A politicidade do racismo apresenta-se, basicamente, em duas dimensões: a) dimensão institucional: por meio da regulação jurídica e extrajurídica, tendo o Estado como o centro das relações políticas da sociedade contemporânea. Somente o Estado pode criar os meios necessários – repressivos, persuasivos ou dissuasivos – para que o racismo e a violência sistêmica que ele engendra sejam incorporados às práticas cotidianas;



b) dimensão ideológica: como manter a coesão social diante do racismo? A política não se resume ao uso da força, como já dissemos. É fundamental que as instituições sociais, especialmente o Estado, sejam capazes de produzir narrativas que acentuem a unidade social, apesar de fraturas como a divisão de classes, o racismo e o sexismo. É parte da dimensão política e do exercício do poder a incessante apresentação de um imaginário social de unificação ideológica, cuja criação e recriação será papel do Estado, das escolas e universidades, dos meios de comunicação de massa e, agora, também das redes sociais e seus algoritmos. Veremos adiante que os chamados “nacionalismos” sempre tiveram as classificações raciais como vetor importantíssimo de controle social. (Almeida, 2019: 35-36)

Na dimensão estrutural, o pensador deixa claro que as instituições somente são racistas, porque a sociedade também é racista, ou seja, as estruturas que solidificam a ordem jurídica, política e econômica dão valor a autopreservação entre brancos, assim como a manutenção de privilégios, uma vez que criam condições para a prosperidade de apenas um grupo. Como resultado, as instituições praticam violentamente o racismo de forma cotidiana.

Na cultura, o racismo é refinado, porque dissemina o multiculturalismo e o relativismo cultural como forma de adstração de corpos, destacando a superioridade, o valor e o significado da cultura dominante em detrimento de outros grupos dos quais a branquitude produz a exotificação e a inferiorização dos mesmos.

Silvio Almeida chama a atenção para o fato de que o indivíduo que se apresenta como antirracista não deve argumentar que o racismo é estrutural como desculpa para não reavaliar as suas atitudes, uma vez que a responsabilização é parte do processo. Assim, é fundamental perceber que há uma dialética entre as ações individuais e a estrutura.

Nelson Maldonado-Torres (2006) reforça a relação entre trabalho acadêmico e ativismo social e político decolonizador. O autor define transdisciplinaridade decolonial como orientação e suspensão de métodos e disciplinas a partir da decolonização como projeto e como atitude. Inclui desvendar e visibilizar a matriz colonial do poder, que, em última instância é uma rede de crenças sobre as quais se atua se racionalizando as ações e desse modo se tira vantagens ou se sofre as consequências. Por isso é necessário, é urgente, se desvendar seu mecanismo e dismantela-la. Esta atitude e este projeto são parte do que podemos chamar de consciência decolonial (decolonial consciousness), em contraposição à consciência moderna (modern consciousness). Enquanto a consciência moderna se encarrega de afiançar as bases das linhas seculares e ontológicas moderno-coloniais, a consciência decolonial busca decolonizar, des-segregar e des-generar<sup>13</sup> o poder, o ser e o saber (Maldonado-Torres, 2006).

---

<sup>13</sup> No original *des-generar*. Trata-se de um trocadilho pelo qual se supõe dismantelar o poder, o ser e o saber, ao mesmo tempo em que se pretende superar as marcações de gênero presentes no poder, no ser e no saber. Ver citação em Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

Ainda sobre os efeitos da colonização e dos seus resultados, Mudimbe, Valentin Y., (1988), considera:

“As formas e formulação da cultura colonial e de seus objetivos, serviram de banalização de todo o modo de vida tradicional e o seu enquadramento espiritual” (Mudimbe, 1988:09).

As políticas de salvaguarda do património devem ser analisadas à luz da interdisciplinaridade conduzida por pensamentos filosóficos extra cânones institucionais hegemónicos europeus, levando em consideração o saber popular e sobretudo, a oralidade.

É preciso compreender o contexto no qual as políticas de salvaguarda são implantadas ou propostas, considerando a observação e inclusão sistémica dos participantes das comunidades. Esses participantes são protagonistas e usufruem destas políticas como realizadores e não como parte recetora de propostas externas.

De tal forma, consideramos aqui os conceitos decolonialidade e racismo estrutural como fatores relevantes para a compreensão do distanciamento estrutural da maioria dos negros e afrodescendente na consolidação das políticas públicas no Brasil. Este deslocamento se mostra quando os principais atores das ações de preservação do património imaterial, da história oral e da cultura de um povo são marginalizados a partir colonização e da presença do racismo estrutural, sendo asism subalternizados ou até desconsiderados.

Esta realidade vem sendo posta em pauta por alguns autores e resolvemos trazer aqui para compreendermos o espaço político que analisando tratando-se de uma comunidade quilombola no Brasil e do Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro, na Guiné- Bissau, que tem como objetivo ser um espaço de construção de conhecimento pela comunidade que o acolhe, com as histórias orais sobre os objetos e todo o contexto do tráfico que camuflou toda uma cultura imaterial de memórias, músicas, rituais e crenças que nos fazem perceber a importância de compreendermos este cenário e quais as suas realidades,

Esta deslocação das populações originárias como os quilombolas, por exemplo, parece não acontecer somente no Brasil, demonstrando traços desta realidade também na Guiné-Bissau trazemos a reflexão de Carlos Arbore quando diz:

Apesar de considerar a retórica independente dos anos da luta de libertação, eminentemente nacional, que usou e, portanto, tentou construir uma memória do tráfico de escravos e da escravidão em uma chave emancipatória, devemos considerar esta construção memorial como marginal e estritamente funcional para a construção da memória mais urgente de luta de libertação, processo e fundando o mito subjacente à legitimidade das novas estruturas de poder e sistemas de República no rescaldo da independência, que chegou em 1974. Devemos, no entanto, considerar este processo de transformação de uma província colonial em um estado moderno como um processo interrompido. Hoje, de fato, estamos falando de um Estado fraco

e fragmentado, marcado por grande instabilidade política e conflito generalizado, caracterizado por veios de etnicismo que se polarizam em nacionalismos étnicos, ao invés de alimentar uma identidade nacional comum. (Arbore, 2018:90).

### 1.1.2 Património Cultural

É importante destacar que o papel da UNESCO é fundamental para o reconhecimento e a operacionalização dos conceitos relativos ao património cultural e ao impulso na institucionalização e formalização de políticas de preservação e salvaguarda do património, tanto material quanto imaterial, no mundo. No intuito de incentivar a identificação, proteção e preservação do Património cultural e natural no mundo, considerado valor para a humanidade, os Estados-membros estabeleceram na 17ª Conferência Geral da UNESCO em Paris, no ano de 1972, a “Convenção do Património Mundial”<sup>14</sup>. As missões estabelecidas nessa convenção foram:

- “encorajar os países a assinar a Convenção do Património Mundial e para assegurar a proteção do seu património natural e cultural;
- incentivar os Estados partes na Convenção de nomear locais dentro do seu território nacional para a inclusão na Lista do Património Mundial;
- incentivar os Estados partes para estabelecer planos de gestão e criação de sistemas de informação sobre o estado de conservação dos seus sítios do Património Mundial;
- ajudar os Estados Partes de salvaguarda do Património mundial, prestando assistência técnica e formação profissional;
- prestar assistência de emergência para a Património Mundial em perigo imediato;
- apoiar as atividades dos Estados-Partes pública de sensibilização para a conservação do Património mundial;
- incentivar a participação da população local na preservação do seu Património cultural e natural;
- incentivar a cooperação internacional na conservação do património cultural e natural do nosso mundo (Convenção do Património Mundial, 1972).

Nessa convenção, definiu-se Património Cultural como: monumentos:

“obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações de características, que são de valor universal excepcional do ponto de vista, história da arte ou da ciência; grupos de edifícios: ou grupos de edifícios separados que, devido à sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista, história da arte ou da ciência;

---

<sup>14</sup> UNESCO, 1972. Convenção do Património Mundial.

sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e natureza, e áreas, incluindo os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do, estético, etnológico ou antropológico ponto de vista histórico” (Convenção do Património Mundial, 1972:02)

O Comitê do Património Mundial, principal órgão encarregado da implementação da Convenção, desenvolveu critérios precisos para a inscrição de propriedades na Lista do Património Mundial e para a prestação de assistência internacional sob o Fundo do Património Mundial. Tudo isso está incluído em um documento intitulado "Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Património Mundial". Este documento foi revisado pelo Comitê para refletir novos conceitos, conhecimentos ou experiências.

Periodicamente a UNESCO revê estas Orientações Técnicas para refletir as decisões do Comitê do Património Mundial<sup>15</sup>.

Conforme o tipo de património cultural e o seu contexto cultural, pode-se considerar que os bens satisfazem as condições de autenticidade se os seus valores culturais, tais como são reconhecidos nos critérios da proposta de inscrição, estiverem expressos de modo verídico e credível através de uma diversidade de atributos, entre os quais:

- forma e conceção
- materiais e substância
- uso e função
- tradições, técnicas e sistemas de gestão
- localização e enquadramento
- língua e outras formas de património imaterial
- espírito e sentimentos
- outros fatores intrínsecos e extrínsecos.

---

<sup>15</sup>UNESCO, 2020. Orientações Técnicas.

## 1.2 O Património cultural imaterial

O Património cultural imaterial pode ser considerado como o invisível, o intangível, o saber fazer, o conhecimento, o que não se mede, como por exemplo modos e formas de fazer utensílios, arte, artefactos, memórias, histórias, conteúdos do imaginário coletivo de um povo ou nação, grupo ou indivíduo.

Consideramos o conceito e as orientações básicas estabelecido na Convenção de 2003 da UNESCO:

“entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade [...]” (UNESCO, 2003:03).

E importante considerar o Decreto n.º 3551, de 4 de agosto de 2000 que criou o Programa Nacional do Património Imaterial no Brasil, e instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial:

### *1 - Património Cultural Imaterial pela UNESCO – a criação de uma política*

É importante apresentar uma evolução das ações, destacando os principais marcos cronológicos relativos aos esforços desenvolvidos para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial a nível internacional pela UNESCO.

Em 1972, por ocasião da adoção da Convenção para a Salvaguarda e Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, diversos Estados membros da UNESCO sublinham a importância dedicada à salvaguarda do que mais tarde vem a ser conhecido como Património Imaterial.

Em 1973, a Bolívia propõe acrescentar à Convenção para a Salvaguarda e Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural um Protocolo sobre o direito de propriedade intelectual, a fim de proteger a Cultura Popular.

Em 1982, a UNESCO organiza um Comité de peritos sobre a salvaguarda do Folclore. É criada a Secção para o Património Não-Material da UNESCO. A Conferência mundial sobre as políticas culturais (Mondiacult, México) reconhece a importância do "património cultural imaterial", incluindo-o na sua nova definição de "cultura" e de "património cultural".

Em 1989, a UNESCO aprova a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, culminando um trabalho de 16 anos até à redação da sua proposta final.

Em 1993, a UNESCO lança o projeto do "Livro Vermelho das Línguas em Risco de Desaparecimento", com vista à sistematização de informação e promoção de investigação sobre o tema.

Em 1994, a UNESCO lança o programa Tesouros Humanos Vivos. Em 1996, o Relatório sobre Diversidade Criadora sublinha o caráter inadequado da Convenção 1972 para a celebração e a proteção do artesanato ou de formas de expressão como a dança e as tradições orais, propondo o desenvolvimento de formas de reconhecimento adaptadas à diversidade e riqueza do património considerado à escala global. A UNESCO lança o Programa Memória do Mundo, que visa promover a salvaguarda e o acesso a património documental de âmbito diverso, entre o qual documentos, manuscritos, tradições orais, registos audiovisuais e eletrónicos, registos sonoros e espólios bibliográficos e arquivísticos de "valor universal".

Em 1997 a UNESCO lança o programa de Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.

Em 1999 a UNESCO e a Smithsonian Institution organizam em Washington a Conferência "Avaliação mundial da Recomendação de 1989: empoderamento local e cooperação internacional". Em 2001 acontece a primeira proclamação das "Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade".

Em 2002 a Assembleia Regional do ICOM da Ásia/Pacífico, realizada em Xangai (China), é dedicada ao PCI numa abordagem holística, considerando os Museus como veículos-chave para a documentação, salvaguarda e promoção destes recursos. No âmbito da Conferência foi elaborada a Carta de Xangai, que afirma o significado da criatividade, adaptabilidade e identidade dos povos, lugares e comunidades, reconhecendo o seu papel de enquadramento no âmbito do qual as manifestações do PCI são reconhecidas e promovidas a partir das práticas museológicas e patrimoniais. Recomenda igualmente que os museus assumam o papel de facilitadores de parcerias construtivas para a salvaguarda deste património da Humanidade.

Em 2003 a CG UNESCO adota em Paris a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Realiza-se a Segunda Proclamação das "Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade".

Em 2004 O ICOM promove a celebração do Dia Internacional dos Museus dedicado ao tema do Património Imaterial. Na Conferência sobre o mesmo tema realizada no Japão, um grupo de peritos aprova a Declaração de Yamato para a abordagem integrada para a Salvaguarda do Património Material e Imaterial.

Em 2005 realiza-se a Terceira Proclamação das "Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade".

Em 2006 a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial entra em vigor.

Em 2008 realiza-se a 3ª Sessão do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do PCI (Istambul, Turquia, 4 a 8 de novembro), da qual resulta a integração na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade das 90 "Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade".

Em 2009 realiza-se a 4ª Sessão do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do PCI (Abu Dabi, Emiratos Árabes Unidos, 28 de setembro a 2 de outubro), da qual resultam 76 inscrições na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e 12 inscrições na Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente, já decorrentes de candidaturas apresentadas à UNESCO no âmbito da Convenção de 2003.

Em 2010, o IPHAN disponibiliza o Banco de Dados do PCI Brasileiro, que permite o acesso online aos processos relativos aos bens culturais brasileiros registados como Património Cultural Imaterial, num total de 19 desde 2002. A criação do Banco de Dados dos Bens Culturais Imateriais Registrados é enquadrada pelo Decreto n.º 3551, de 4 de agosto de 2000<sup>16</sup>, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Património Imaterial no Brasil.

Em 2013 celebra-se o 10.º aniversário da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Para além do seu inegável contributo para a ampliação da definição e significados do património cultural, o sucesso internacional deste Tratado exprime-se em particular no «ritmo sem precedentes» da sua ratificação, por mais de três quartos dos 195 Estados membros da UNESCO até novembro de 2013.

Em dezembro de 2012 a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período 2013-2022 como a “Década Internacional para a Aproximação de Culturas” abarcada pela Resolução 57/249<sup>17</sup>.

De acordo com a UNESCO a Década Internacional para a Aproximação de Culturas (IDRC) baseia-se no forte momento criado e nas realizações da Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo (2001-2010) e o Ano Internacional para a reaproximação de culturas (2010).

---

<sup>16</sup> Brasil (2000) Decreto n.º 3551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm).

<sup>17</sup> UNESCO, 2003. Resolução 57/249.

“A atual onda de conflitos, atos de violência e intolerância exige ações urgentes. Povos e nações precisam unir forças para o desenvolvimento de uma consciência global universal livre de estereótipos e preconceitos. A Década Internacional para a Aproximação de Culturas deve ser entendida como um compromisso para atender a essa necessidade premente de levar em conta e demonstrar claramente novas articulações entre diversidade cultural e valores universais. A ‘aproximação das culturas’ implica que a segurança internacional e a inclusão social não podem ser alcançadas de maneira sustentável sem o comprometimento com princípios como dignidade humana, convívio e solidariedade, que são as pedras angulares da convivência humana, em todas as religiões e ideologias seculares”<sup>18</sup>.

Desde 2003, a Secretaria da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial investe constantemente na gestão do conhecimento para fornecer aos Estados informações detalhadas e serviços on-line para sua implementação. Ao fazê-lo, muitos dados foram acumulados, principalmente em relação às tradições e manifestações do patrimônio cultural imaterial inscritos nas listas da Convenção de 2003. No entanto, até agora os dados sobre esta patrimonialização foram apresentados ano a ano, país por país, lista por lista, mas não de acordo com o conteúdo cultural real à que se referem. Em 2016, a Seção de Patrimônio Cultural Imaterial iniciou uma reflexão sobre como:

- reunir elementos que tratam de tópicos semelhantes;
- compartilhar diferentes maneiras pelas quais os elementos podem ser conectados entre si por meio de conceitos.
- desenvolver um mapa com base nos conteúdos e significados e não na geografia.

O Thesaurus da UNESCO foi identificado como uma estrutura útil para indexar essas tradições e manifestações, uma vez que seu vocabulário é compartilhado por toda a UNESCO. Cria a possibilidade de compartilhar interconexões entre dados relacionados à Intangible cultural heritage (ICH) e a outros programas da UNESCO, posteriormente.

Em 2017, todas as manifestações inscritas foram indexadas de 10 a 15 conceitos escolhidos no Thesaurus da UNESCO ou, quando necessário, a partir de conceitos criados num vocabulário complementar, contendo termos mais específicos. Para refletir melhor a importância relativa dos conceitos selecionados para um determinado elemento, um a quatro conceitos foram definidos como primários, sendo os restantes definidos como secundários. Elementos semelhantes compartilham os mesmos conceitos primários, enquanto nuances semânticas são trazidas pelos conceitos secundários. No total, os elementos referem-

---

<sup>18</sup> UNESCO, 2013. Década Internacional para a Aproximação das Culturas (2013-2022).



se a quase 1.000 conceitos e foram criadas 15.000 relações entre tradições, conceitos, países e regiões. Com base nesses dados, um protótipo foi elaborado no início de 2018.

A sua apresentação convenceu os Países Baixos a apoiar o seu desenvolvimento. Os dados foram refinados com a ajuda de especialistas e versões adicionais das visualizações foram preparadas (biomas, ameaças e domínios) para o lançamento do site *Dive into Intangible Cultural Heritage*, durante o primeiro dia da décima terceira sessão do Comitê do Património Mundial da UNESCO, realizada de 26 de novembro a 01 de dezembro de 2018.

No mundo, até 2019 foram catalogados 549 elementos como Património imaterial da humanidade, que podem ser vistos detalhadamente no mapa.<sup>19</sup>

Na plataforma criada pela UNESCO, com o apoio dos Países Baixos, é possível experimentar várias formas de navegar por um espaço dinâmico e interativo de práticas e expressões vibrantes do Património Cultural Imaterial. Esta plataforma propõe uma navegação teórica e visual mais ampla através das 500 tradições ou manifestações inscritas nas Listas da Convenção de 2003 da UNESCO.

Pode-se conhecer e explorar os vários elementos entre domínios, temas, geografia e ecossistemas e visualizar interligações profundas entre eles. As visualizações estão em constante evolução à medida que novos elementos são inscritos e a indexação é apurada. A plataforma "Mergulhe no Património Cultural Imaterial" está disponível em: <https://ich.unesco.org/en/dive>.

Nos últimos anos, temos visto um crescente deslumbramento pelos bens imateriais que muito se deve à atuação da UNESCO e nesse património está incluída a cultura popular.

No seu livro *Cultura Posta em Questão*, Ferreira Gullar (1965) diz que a expressão “cultura popular” é um fenómeno novo na vida brasileira, cuja importância está na razão direta dos complexos fatores sociais que o determinam. Segundo o autor: A expressão *cultura popular* surge como uma denúncia dos conceitos culturais em voga que buscam esconder o seu carácter de classe.

Em contraponto, as mudanças nos modos de vida e no cotidiano dos hábitos e expressividade culturais populares incluem transformações nos âmbitos do consumo, da especialização da produção, e da valorização da leitura e da escrita, em detrimento da cultura oral.

A emergência da indústria cultural leva à compreensão de como o popular se desloca em direção ao consumo, conduzido tanto pela indústria da cultura, quanto pelas políticas culturais.

---

<sup>19</sup> UNESCO, Constelação de elementos do Património Vivo, 2019.

Renato Ortiz (1994) no seu livro *Mundialização da Cultura*, questiona o papel da cultura popular, quando afirma que ela, no início do século XXI, não desfruta mais da aura que a envolvia. Segundo o autor, no mundo globalizado, já não é possível pensar como fazíamos há alguns anos, num projeto de construção nacional a partir do “popular”. Para Ortiz, nem a nação “incompleta”, nem o popular, “autêntico” ou “radical”, têm forças para se constituírem como sinais de alteridade. Eles não são mais a metáfora preferencial para se imaginar o futuro.

Entendemos, como Ortiz, que a nova configuração mundial não permite mais se pensar a nação, o popular e o próprio conceito de cultura, como categorias estáveis e centradas, e isso torna uma possível criar uma nova abordagem da noção de cultura popular o que é uma tarefa complexa.

O Património cultural imaterial manifesta-se no campo das tradições e expressões orais, incluindo o idioma e nas expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; técnicas artesanais tradicionais.

Depois da definição do objeto da Convenção, o documento atribui aos Estados-membros a tarefa de “adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do Património cultural imaterial presente em seu território”.

Em 1989 o órgão máximo deliberativo da UNESCO aprovou as “Recomendações sobre a Salvaguarda de Cultura Tradicional e Folclore”, tendo como principal objetivo recomendar aos Estados-Membros que estabelecessem medidas legislativas para fins de salvaguarda do folclore<sup>20</sup>, observando os princípios e as medidas acordados na Conferência-Geral.

Foram enumeradas sugestões de políticas culturais relativas à criação de inventários e de tipologias de manifestações folclóricas como a construção de arquivos e museus para o Património imaterial, estímulo à produção artística e à vinculação do folclore com a educação,

---

<sup>20</sup> Há anos o termo folclore tem sido evitado por muitos estudiosos, por seu desgaste semântico. Um dos motivos dessa deterioração se deu pela maneira como os fatos culturais populares, tradicionais, foram concebidos, estudados e divulgados por muitos folcloristas: de modo descontextualizado, considerados apenas em aspetos fragmentados das expressões em si, nas suas exterioridades e formas, independentemente das suas funções e sentidos profundos para as pessoas e comunidades onde se preservam. Nestes termos, acabavam servindo como alegoria e representação da cultura nacional, da brasilidade, ou das regionalidades, ou ainda como manifestações de arte, para o usufruto estético e de entretenimento. Tais abordagens provocaram nas pessoas visão negativa a respeito desses fatos, como se fossem expressões curiosas, rústicas, anedóticas, exóticas diante da vida moderna, vinculados aos ignorantes e à pobreza. O folclore se prestava a exaltação romântica e reconhecimento do “povo” brasileiro, como referência da identidade da nação. O sociólogo Florestan Fernandes, desde a década de 1940, alertava para as questões epistemológicas relacionadas aos estudos do folclore, em diversos artigos publicados em jornais e revistas, como: “Folclore e Ciências Sociais” (1959); “Objeto e campo do folclore” (1958); “Folclore e sociedade” (1960); “O folclore como método” (1944) e outros, que podem ser encontrados em Fernandes (1961). Ver, também, Vilhena (1997).

apoio à divulgação e ao intercâmbio de tradições e experiências. Na seção dedicada à proteção, sublinhou-se a importância das ações de proteção não ligadas a aspetos de propriedade intelectual. Foram previstas medidas concernentes à cooperação internacional.

A 3ª Conferência Geral da UNESCO em 2001, adotou a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, que, além de afirmar a diversidade cultural como um “Património comum da humanidade”, relembra o papel da UNESCO como “ponto de referência e fórum no qual os estados, as organizações governamentais e não-governamentais, a sociedade civil e o setor privado podem unir-se para elaborar teorias, objetivos e políticas a favor da diversidade cultural” e define as linhas gerais de um plano de ação que incluiu a “oportunidade de um instrumento legal internacional sobre a diversidade cultural”.

Entre 2001 e 2003, o trabalho realizado pela UNESCO tinha um carácter sobretudo conceitual, concentrando a sua atividade normativa no que se refere à cultura, preferencialmente na área de Património.

A decisão de negociar uma convenção vinculante sobre a proteção dos conteúdos culturais e expressões artísticas aproxima a UNESCO das questões culturais mais importantes da atualidade. O procedimento adotado para a elaboração da nova convenção seguiu as normas adotadas pela UNESCO: numa primeira etapa, foram convidados, a título pessoal, especialistas encarregados de discutir o escopo do futuro instrumento e elaborar uma primeira versão do texto; num segundo momento, os Estados Membros foram convidados a debater o anteprojeto proposto, bem como a encaminhar, por escrito, os seus comentários ao Secretariado Geral. Em setembro de 2004, iniciou-se, então, o processo de negociação intergovernamental, com vista à elaboração e à adoção, pela 38ª Conferência Geral da UNESCO, no mês de outubro do mesmo ano, de uma Convenção Internacional para a Proteção da Diversidade dos Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 surge com a reflexão necessária: “A diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade” (UNESCO, 2005). De fato, as ideologias da diversidade e da cooperação como características essenciais do género humano são inerentes aos objetivos da UNESCO desde a sua fundação, por volta dos anos 1940.

Atualmente vemos que o maior desafio da Convenção de 2003 é envolver os Estados a inscreverem as suas manifestações na Lista de Salvaguarda, para que eles mesmos possam promover ações concretas de salvaguarda do património cultural imaterial e, conseqüentemente, garantir a manutenção destas manifestações culturais da humanidade.

Um dos grandes desafios da UNESCO, ainda hoje, passa a ser ampliar e uniformizar amplamente os princípios da Convenção de 2003, harmonizando os objetivos internacionais com os governamentais locais em todo o mundo.

Apresenta-se aqui uma dificuldade: a política de uniformizar e ampliar os princípios da Convenção a grupos sociais com regimes culturais totalmente diferenciados uns dos outros. A Convenção celebra a diversidade e a união entre povos e culturas, mas, acaba por colocar em risco as especificidades de cada região, reforçando homogeneidade e não a diversidade. Passa a ser necessário compreender cada universo de símbolos e práticas culturais, respeitando as diversidades e formas, garantida em políticas e legislações específicas a cada realidade. Como reforça o antropólogo Hermano Vianna, quando diz:

“A diversidade se mantém assim, na transformação produzida por misturas de todos os tipos – feitas por culturas que não têm medo da mistura transformadora (porque elas mesmas são misturadas e heterogêneas) – e não pelo estabelecimento de um regime de manutenção das diferenças a todo o custo (com combate à mistura e ao novo). É preciso, então, circular, fazer circular, inventar novas conexões”. (Vianna, 2005: 312-313).

## 2. Salvaguarda do património imaterial

### 2.1 O Património cultural imaterial no Brasil e as políticas de salvaguarda

Só recentemente podemos observar uma retomada do protagonismo e da hegemonia dos povos locais no Brasil, considerando o campo das culturas tradicionais e do património imaterial. As políticas culturais tinham estado voltadas maioritariamente para as Artes de espetáculo. Assim, apresento uma síntese deste percurso para o reconhecimento do Património cultural imaterial no Brasil.

No Brasil a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216<sup>21</sup>, ampliou a noção de Património cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Patrimónios é definido como:

"as formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Assim os bens culturais materiais são os palpáveis como construções, sítios arqueológicos, paisagísticos, acervos museológicos, fotográficos, arquivísticos, cinematográficos, documentos etc." (Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216).

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão no Património a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos constituintes da sociedade brasileira. O Património imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

No artigo 215 da Constituição Federal de 1988 é determinado que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". E no parágrafo primeiro especifica que: "O Estado protegerá as manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional." Atento às determinações legais e com o objetivo de indicar instrumentos adequados para o reconhecimento e preservação de bens imateriais, o IPHAN fez publicar o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de

---

<sup>21</sup> Brasil (1988). Constituição de República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

Lia Calabre (2005) considera que a elaboração do que se pode considerar políticas culturais governamentais, no Brasil, começou ainda na era Vargas. É esta também a opinião de Albino Rubim (2007), que diz não se poder caracterizar o início das políticas culturais no Brasil no período do Segundo Império, mesmo tendo o Imperador Pedro II assumido, por vezes, a figura de mecenas.

Lia Calabre (2005) diz que se pode entender por políticas públicas em cultura um conjunto organizado e coerente de princípios que orientam linhas de ações estatais mais imediatas na área da cultura. Assumindo esta definição de políticas públicas estatais e considerando o obscurantismo da colônia portuguesa que negava as culturas indígenas e africanas não pensamos que as políticas culturais possam ter existido antes de Getúlio Vargas.

O período getulista é marcado pela construção e estruturação formal da área da cultura no Brasil. Nesta época pode-se considerar dois momentos marcantes para o setor da cultura: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo entre os anos de 1935 a 1938 e a presença de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde.

No decorrer da história da cultura no Brasil ocorreram vários processos de descontinuidade em governos posteriores, tendo a política pública em cultura sido retomada somente no governo Fernando Henrique Cardoso e ampliada magistralmente pelo governo Luís Inácio Lula da Silva.

Devemos considerar um histórico de ações anteriores para destacar, por exemplo, a importância das inovações de Mário de Andrade na sua passagem breve pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, tendo-se refletido na esfera Federal desse período e até mesmo em gestões mais recentes.

A pesquisa de Mário de Andrade inspirou artistas e pesquisadores atuais como é o caso do Grupo A Barca<sup>22</sup> que refez trajetos investigados por Mário de Andrade na recolha de músicas de devoção, tanto nos cantos dos terreiros brasileiros – como tambor de mina, candomblé e samba de caboclo – quanto em outros gêneros ligados à devoção religiosa como o bumba-boi.

---

<sup>22</sup> A BARCA é um grupo paulista que pesquisa gêneros tradicionais brasileiros desde 1998. “O trabalho da Barca partiu do estudo da obra de Mário de Andrade, particularmente do material musical recolhido por ele em suas diversas viagens, além das gravações feitas em 1938 pela Missão de Pesquisas Folclóricas, projeto idealizado por ele quando chefe do Departamento de Cultura de São Paulo”, afirma Renata Amaral, contrabaixista do grupo. O acervo encontra-se disponível em: <http://www.acervobarca.com.br/>.

Também os catimbós nordestinos, inspirados na viagem de Mário de Andrade na década de 1920, quando chegou anotou melodias de próprio punho.

Mário de Andrade inovou ao estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura como podemos ver em Rubin (2007:103):

- Pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”.
- Propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, entre outras, as culturas populares;
- Assumir o património não só como material, tangível, na posse das elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente para os diferentes estratos da sociedade;
- Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar culturas populares, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais.

Em 1930 é criado o Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) levando em conta, acima de tudo, toda a herança europeia colonial. Ainda destacamos o discurso folclorista de preservação cultural articulado à identidade nacional, mas voltado para os elementos da cultura popular, buscando a sua preservação através de documentação.

Entre 1979 e 1985, ocorreu o fortalecimento e a consolidação de algumas instituições e linhas de atuação do governo federal no campo da cultura. Em 1981, na gestão do Ministro Rubem Ludwig, foi criada a Secretaria de Cultura, que englobava a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) e a área de patrimônio, ambas sob a direção de Aloísio Magalhães até 1982.

Entre outras instituições culturais que podemos citar dentre elas: Fundação Nacional das Artes - FUNARTE (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Radiobrás (1976) e Fundação Pró-Memória (1979).

No período da ditadura no Brasil, de 1964 a 1985, não houve continuidade ou grande relevância para as políticas culturais de património, apesar da criação de algumas frentes como a Política Nacional de Cultura (1975)<sup>23</sup>. O documento é apresentado já desde o início como expressão da concepção básica do que se entende por política de cultura, cujo intuito é definir e situar a cultura brasileira, estabelecendo os fundamentos legais da ação do governo na cultura, buscando delimitar as diretrizes que norteiam o trabalho do MEC, especificando objetivos e componentes básicos, ideias e programas, e acima de tudo, apontando formas de ação desta política. Conforme o Ministro Ney Braga, o objetivo geral do documento era

---

<sup>23</sup> Brasil (1975). Política Nacional da Cultura (1975). Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7834/1/753%20Política%20nacional%20de%20cultura%201975.pdf>

“[...] apoiar e incentivar as iniciativas culturais de indivíduos e grupos e zelar pelo patrimônio cultural da Nação, sem intervenção do Estado, para dirigir a cultura.” (Brasil, 1975:5).

Entretanto, durante os governos de Sarney (de março de 1985 a março de 1990) durante a década de 80, e do Collor de Melo (de março de 1990 a dezembro de 1992) toda a estrutura federal no campo da cultura foi interrompida. Em 1992, o presidente da República, Itamar Franco, recriou o Ministério da Cultura e nomeou como Ministro Antônio Houaiss. Em 1994, algumas das instituições extintas no governo Collor foram recriadas.

A nova estrutura do Ministério mantinha como entidades vinculadas: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em seguida, o foco do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (de janeiro de 1995 a janeiro de 2003) é a Lei Rouanet, que foi aperfeiçoada ao longo do seu governo quando foram promulgadas algumas regulamentações que permitiram uma maior agilidade em sua aplicação. Durante a gestão do Ministro Francisco Weffort (1995-2002) o governo federal diminuiu o nível dos investimentos públicos na área da cultura, repassando toda a responsabilidade para os agentes e produtores culturais.

Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo IPHAN a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Em 2010 foi instituído pelo Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010 o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira. O Patrimônio Cultural pode então ser definido como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a nossa identidade.

De 2004 a 2014 o Ministério da cultura realizou várias ações na consolidação de políticas públicas de preservação do Patrimônio cultural através do programa Cultura Viva, cuja linha do tempo confirma a consolidação de importantes conquistas durante o Governo de Lula. Na avaliação de Juca Ferreira, secretário executivo do Ministério da Cultura na época, houve na instituição uma visão mais antropológica na valorização dos modos de expressão fazendo o Ministério dialogar mais com as culturas populares, grupos étnicos dando-lhes o justo valor cultural, preenchendo lacunas e reparando erros (Rubim, 2007).

Foi esta atenção dada pelo Ministério da Cultura aos grupos e redes excluídos do alcance do governo que estimulou a criação de um dos mais importantes programas da gestão de Gilberto Gil, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, criado



em 2004 - através da Portaria 156 de 06 de Julho de 2004<sup>24</sup>, do Ministério da Cultura, mas que em 2014 passou a ser uma política de Estado, com a sanção da Lei 13.018<sup>25</sup>, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, que simplifica e busca desburocratizar os processos de reconhecimento, prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil.

Para Célio Turino, coordenador do programa, o Cultura Viva volta-se para aqueles que denomina de “os sem Estado”, ou seja, os milhares de brasileiros e brasileiras que não acessam os direitos básicos da cidadania, inclusive o cultural.

Em busca de um “Estado ampliado”, o programa Cultura Viva promove o acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamento e economia. (Rubim, 2007).

Fruto desta e de outras políticas de salvaguarda do Património cultural brasileiro, de 2008 a 2020, foram registados como património imaterial da humanidade:

- Samba de Roda - No Recôncavo Baiano (2008)
- Arte Kusiwa – A pintura corporal e arte gráfica dos povos indígenas Wajãpi, no Amapá (2008)
- Yaokwa – Principal cerimônia do calendário ritual dos enawenê-nawê, povo indígena do noroeste do Mato Grosso (2011)

Como Registo de boas práticas de Salvaguarda estão:

- O Museu Vivo do Fandango (2011)
- A chamada para projetos do Programa Nacional do Património Imaterial, realizada pelo IPHAN (2011)
- Frevo - A expressão artística do carnaval de Recife (2012)
- Círio de Nazaré – A celebração religiosa de Belém (PA) (2013)
- Roda de Capoeira (2014)
- Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão (2020)

Quando falamos da salvaguarda do Património imaterial pensamos na política internacional, realizada pela UNESCO, na política nacional realizada pelo IPHAN, mas

---

<sup>24</sup> Brasil (2004). Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva.

<sup>25</sup> Brasil (2014). Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Lei nº 13.018, de 22 de Julho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm)

também precisamos considerar as políticas chamadas setoriais, ou seja, políticas regionais, mas que atingem e transformam realidades locais. No Brasil e no caso do povo quilombola Kalunga consideramos duas medidas: O Prêmio Culturas Populares<sup>26</sup> e o Fundo de Arte e Cultura de Goiás<sup>27</sup>.

De seguida apresento alguns acontecimentos culturais promovidos pelo governo federal, pelos governos estaduais e municipais por todo o país, como por exemplo algumas ações relativas à criação de grupos, coletivos e outros tipos de organizações com a participação de produtores culturais, investigadores, educadores, com o objetivo de refletirem e conceberem um lugar de expressão para o apoio à formulação de políticas públicas direcionadas às culturas populares.

Esta articulação surge primeiramente com a criação do Fórum Permanente de Cultura Popular Tradicional (FPCP), em agosto de 2002, composto pela associação de artistas e produtores culturais de todo o Brasil. A sua ação, de âmbito estadual, destacou-se na construção do Fundo Estadual de Arte e Cultura e posteriormente no Plano de Ação Cultural (ProAC).

Realizou ações de capacitação das comunidades tradicionais para a participação mais efetiva e qualitativa em processos de seleção pública e para se assumirem como protagonistas das políticas que os afetam. Esse foi o objetivo das oficinas de Elaboração de Projetos Culturais realizadas em 2006 (ProAC 17 – Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo), 2007 (ProAC - Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e Prêmio Culturas Populares/MinC), 2008 (ProAC - Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e Prêmio Culturas Populares/MinC) e 2009 (ProAC - Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e Prêmio Culturas Populares/MinC).

No âmbito nacional o Fórum promoveu a realização do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, o Fórum de Culturas Populares, Indígenas e Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro e a então nascente Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) do Ministério da Cultura. Este seminário contou com alto grau de participação popular na construção de diretrizes, tornando-se referência para a construção de projetos, programas e ações governamentais, como o Prêmio Culturas Populares. O Fórum participou também, com grande destaque, na I e na II Conferências Nacionais de Cultura, no II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, em 2006, e no I e II Encontro Sul-americano de Culturas Populares, realizados, respectivamente, no Brasil e na Venezuela,

---

<sup>26</sup> Brasil (2013). Prêmio Culturas Populares, 2013.

<sup>27</sup> Goiás (2016). Secretaria de Estado de Goiás - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte com o Conselho Estadual de Cultura do Fundo de Arte e Cultura de Goiás.

avançando na conquista de espaços institucionais de representação para as culturas populares como a participação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e a criação dos colegiados Setoriais de Culturas Populares e Indígenas.

Em 05 de junho de 2006 o Fórum constituiu-se como associação, tendo colaborado com a criação de fóruns regionais em diversos estados. A partir de outubro de 2011, o Fórum passa a atuar em todo o território brasileiro. A partir desta estratégia, foi eleito como Secretaria Executiva da Rede das Culturas Populares e Tradicionais, movimento criado em 2006 que conta, atualmente, com mais de 5.000 agentes culturais interconectados, trocando informações e enriquecendo o cenário das culturas populares e tradicionais em todo o país, reunindo também, agentes de outros países como Portugal, Argentina e Bolívia.

É a partir deste percurso que a legislação e as iniciativas relativas à salvaguarda do Patrimônio imaterial no Brasil começam a tomar corpo, nomeadamente Os Pontos e Pontões de Cultura do Ministério da Cultura.

De acordo com o Departamento de Comunicação do Ministério da Cultura, a Política Nacional de Cultura Viva é uma das iniciativas com mais capilaridade e visibilidade do Ministério e registra mais de 4,5 mil iniciativas em todo o País. Está presente em mais de mil municípios do Distrito Federal e em 26 estados brasileiros. As ações da política reúnem cerca de 8 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Um exemplo, fruto a nível estadual, foi a instituição pelo governo do Estado do Ceará, em 2003, do Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará. Os Mestres da Cultura do Ceará são reconhecidos pelas leis 13.351/2003<sup>28</sup> e 13.842/2006<sup>29</sup> que instituem o registro dos Tesouros Vivos da cultura tradicional popular. Por meio de seleção pública, os mestres agraciados passam a receber um auxílio financeiro vitalício, e os grupos tradicionais recebem apoios para suas atividades. Uma política que dialoga com o conceito estabelecido pela UNESCO de “Tesouros Humanos vivos” 30 de 1993, que contempla uma pessoa que possui um alto grau de conhecimento e as habilidades necessárias para executar ou recriar elementos específicos do Patrimônio cultural intangível.

---

<sup>28</sup> Ceará (2003). Assembleia Legislativa do Ceará (2003) Lei 13.351, de 22.08.03.

<sup>29</sup> Ceará (2006). Assembleia Legislativa do Ceará (2006) Lei 13.842, de 27.11.06. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/5087-lei-13-842-de-27-11-06-d-o-de-30-11-06-proj-lei-n-6-871-06-executivo>

<sup>30</sup> UNESCO Living Human Treasures: a former programme of UNESCO (s.d.). Disponível em: <https://ich.unesco.org/es/tesoros-humanos-vivos>

Em Goiás, estado aonde fica localizado o Sítio Histórico Kalunga, foi em 2006 que o governo criou o Fundo Estadual de cultura que pela Lei nº 15.633<sup>31</sup>, de 30 de março de 2006, estabelece:

Art. 1º Fica criado o Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás - FUNDO CULTURAL, integrante da Secretaria de Estado da Cultura, destinado a apoiar a pesquisa, a criação e a circulação de obras de arte e a realização de atividades artísticas e/ou culturais por meio de financiamento a: I – projeto de patrimônio cultural, histórico e artístico que promova o desenvolvimento cultural do Estado, apresentado por pessoa física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos, aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura acerca de sua relevância e oportunidade. (Lei nº 15.633, de 30 de março de 2006. Regulamentada pelo Decreto nº 7.610, de 07-05-2012<sup>32</sup>).

Ainda em Goiás, mas agora a nível municipal destacamos a Lei Orgânica municipal, de 01 de março de 2004, que diz que no Art. 11 cabe privativamente ao Município, dentre outras, as seguintes atribuições:

X – promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

Desta forma inicia-se em todo o Brasil uma movimentação para a descentralização dos recursos e a implementação de políticas públicas regionais com orientações e dinâmicas estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura de Gilberto Gil, que teve duração entre 2003 a 2008, sendo dada sequência e encaminhamento a mesma política pelo seu sucessor que se manteve de 01 de janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016, já no Governo Dilma Rousseff.

---

<sup>31</sup> Goiás (2006) Governo do Estado de Goiás (2006). Lei 15.633, de 30 de Março 2006. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/79675/lei-15633](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/79675/lei-15633)

<sup>32</sup> Goiás (2012). Governo do Estado de Goiás (2012). Decreto nº 7.610, de 07 de Maio de 2012. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/65477/decreto-7610](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/65477/decreto-7610)

### 3.1.1 Património Cultural Imaterial no Quilombo Kalunga

#### *Quilombos no Brasil*

Antes de apresentar o estudo de caso referente ao Quilombo Kalunga vamos aqui tratar alguns conceitos importantes para nossa reflexão e compreensão dos fatos de forma epistemológica e estrutural. Vamos apresentar quatro importantes conceitos fundamentais para a compreensão da realidade deste território, que são eles: Quilombo, territorialidade, *descolonialidade* patrimonial e Racismo Estrutural.

Entre os séculos XVII e XVIII, o Brasil vivia o período auge da escravidão. Os europeus colonizadores que habitavam o país, faziam uso da mão de obra de negros escravizados, considerados mercadorias e eram avaliados fisicamente como os animais. As condições da viagem eram péssimas fazendo com que o índice de mortalidade fosse elevado. Assim aqueles com melhor saúde tinham alto preço.

Para contextualizar as especificidades da população que estudei no Brasil vou apresentar alguns aspetos históricos, de forma genérica, apoiada em dados de alguns autores para essa reflexão.

Etimologicamente a palavra "quilombo" tem origem nos termos "kilombo" (Quimbundo) e "ochilombo" (Umbundo), estando presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitam a região de Angola, na África Ocidental. Originalmente, designava apenas um lugar de pouso, utilizado por populações nómadas ou em deslocamento; posteriormente passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio da cera, escravos e outros bens cobiçados pelos colonizadores. Porém é só no Brasil que o termo "quilombo" ganhou o sentido de comunidades autónomas de escravizados fugitivos.

No entanto, outro significado foi indicado pelo autor Osmundo Pinho, como “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial (Nascimento, 1980 *apud* Arruti, 2008).

O Conselho Ultramarino em 1740, definia quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele” (Schimitt et al., 2002).

A Associação Brasileira de Antropologia define quilombo como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (Ungarelli, 2009).

Em entrevista, a professora Lourdes Fernandes de Souza ou Bia Kalunga diz que:

Para muitos o termo Quilombo remete à ideia de esconderijo, mas para mim atualmente me traz uma ideia de que somos Quilombos de aparecer e viver igualmente nesta sociedade com os demais humanos com suas histórias, culturas e acessibilidades às políticas públicas e culturais que de fato contribuam para o fortalecimento e preservação da cultura Kalunga.

Com o fim formal, mas não real, da escravidão em 1888, a marginalização destes grupos foi aprofundada e ainda hoje é grande a necessidade de luta por direitos territoriais. Território constrói presença e direitos de existência.

Em Leite (2008) no Brasil a ocupação das terras pelos colonizadores, deu-se por meio da expulsão de povos indígenas, e utilização de mão de obra africana e escravizada. Dessa forma, a territorialidade negra foi construída desde o seu início sobre um constante estado de tensão e conflito. Para Escobar, (2005) o conceito de territorialidade refere-se ao vínculo de significado criado e perpetuado culturalmente. De acordo com o sentido de territorialidade, lugar significa

“experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (Escobar, 2005:233).

As lutas de quilombolas pelo direito à terra, reiteram a sua necessidade de fortalecer e marcar sua identidade na sociedade contemporânea, e isso deve-se também ao reconhecimento de direitos culturais e à participação protagonizada nas formulações e execuções de políticas específicas e de salvaguarda deste ambiente na sua íntegra.

### *O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga*

Na região centro oeste do Brasil, no nordeste do estado de Goiás nos vãos entre as serras na região da Chapada dos Veadeiros, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, está o Quilombo Kalunga.

O município de Cavalcante (10.398 habitantes/IBGE 2009) construiu grande parte da história do nordeste goiano. Ele abrange 65% da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, reconhecida pela Unesco/ONU como Sítio do Patrimônio Natural Mundial, além do título de Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz. Consolida-se como a principal porção preservada de Cerrado de Altitude do País, bem como uma das áreas de maior biodiversidade localizada ao longo do vale do Rio Paranã, Bacia do Rio Tocantins. Nesse ambiente vive o povo Kalunga.



Figura 3. 1 - Mapa com Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Fonte: Nascimento (2015)

Denominado pelo IPHAN como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, em 1991, o território inclui área de 253 mil hectares já certificados, dos quais 31 mil já foram titulados e entregues à Associação Quilombo Kalunga, em 2014. Em 30 de Junho de 2014 a Associação Quilombo Kalunga recebeu do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o contrato de concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), referente a 31 mil hectares do território tradicional, onde vivem cerca de 600 famílias quilombolas Kalunga. Aproximadamente 8.000 pessoas residem e organizam-se em 56 lugares cuja ocupação se orienta por famílias em áreas comuns e ou cercadas para uso privado.

O provável início da ocupação do território e a formação do povo costuma ser considerado em finais do século XVII, formado por pessoas de diferentes origens. Ali se reuniram construindo a sua forma de viver e resistir coletivamente ao longo do tempo. Um senhor, antigo habitante do Tinguizal, ao refletir sobre esse processo político, material e cultural da formação do povo Kalunga, relata:

“Tem uma superstição que o povo que veio pr’aqui veio fugido. Agora, eles vêm de lá de longe, e quer que eu conte como é que foi o primeiro que veio pr’aqui! Eu num intendo disso!” diz Dona Procópio dos Santos Rosa, sua prima, complementa:

“Eu também não sei. Os mais véi num ispricou pra nós como é que veio e quem podia contar era a avó de nós, mas acho que nem ela sabia como é que veio pr’aqui. Pra contar assim: o meu povo veio de tal lugar, ninguém contou, ninguém! O povo me procura isso, e eu não sei contar essa história. É conhecido dês pra cá. Mas ês num ispricou como é que o povo dês veio, como é que não veio! Chega um aqui e diz: Não! Cês veio foi de tal lugar. Mas eu não sei!” (Barbosa, 2018:09)

Há mais de 200 anos, esse território tem sido um espaço de resistência que abriga gerações vivendo em sistema autônomo com produção de subsistência e com as trocas com o exterior. Essas trocas acontecem pela venda de produtos derivados do uso de recursos vegetais nativos do bioma cerrado para elaboração de remédios, ou ainda a extração de cocos e castanhas. Costumam cultivar feijão, arroz, milho, mandioca, algodão, vegetais para seu consumo e trocas. Têm rebanhos de bovinos. As trocas com o exterior também sempre existiram com o trabalho dos homens nas cidades ao redor. A princípio as mulheres não saíam da comunidade.

Contemporaneamente participam regularmente em feiras e eventos políticos e culturais como o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros<sup>33</sup>. Este é um grande cenário de exposição da comunidade, pois aproximadamente 100 pessoas kalunga são convidadas a participar das edições do Encontro desde o ano 2000. Ali apresentam as suas manifestações culturais e cortejos devocionais, participam de rodas de conversa sobre diferentes temas.

Para contextualizar fatos históricos da comunidade apoiei-me na investigação da antropóloga Mari de Nazaré Baiocchi, na sua obra *Kalunga – Povo da Terra*, 1999. Foi a primeira pesquisadora que realizou trabalhos de investigação na comunidade do Quilombo Kalunga desde o início da década de 80.

A história oficial conta que em 1722, Bartolomeu Bueno, conhecido como o Anhangüera, e João Leite da Silva Ortiz lideraram incursões que resultaram no que é conhecido por ciclo minerador das “Minas dos Goyazes” (Baiocchi, 1999). Com a ocupação das terras do planalto central e a criação do estado de Goiás por exploradores, denominados “bandeirantes” descendentes de Portugueses, desenvolveu-se um ciclo de exploração do ouro em garimpos.

Africanos da costa da África Ocidental e Central, especialistas em mineração foram trazidos escravizados para o estado de Goiás, para servir de mão de obra na mineração. A cidade

---

<sup>33</sup> Goiás (2000). Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. <https://www.encontrodeculturas.com.br/>



de Arraias que hoje se localiza no Estado do Tocantins, era um grande lugar de chegada desses especialistas. O trabalho duro e a violência a que eram submetidos resultava em constante resistência, revoltas e fugas para locais de acesso difícil, como vales, morros e serras, onde os que ali conseguissem chegar organizavam-se em comunidades: Os Quilombos. Baiocchi considera que os Kalunga ocupam a região do quilombo há mais de 200 anos:

“A história dos Kalunga remete-se a 1722 quando Bartolomeu Bueno, o Anhangüera, e João Leite da Silva Ortiz, ao iniciarem a colonização e a implantação do ciclo minerador, as ‘Minas dos Goyases’, desencadeiam um processo de povoamento. A sede d ouro movia a todos, nacionais e estrangeiros. As populações autóctones, Acroá, Xacriabá, Capepuxi, Caiapó, Xavante, Karajá, destruídas ou procuram outro habitat”. (Baiocchi, 1999:27)

E ainda:

“Os Kalunga remete-nos à África quando o isolamento geográfico cultural possibilita a reificação das tradições e costumes. Metodologicamente são vistos como descendentes de escravos que à deriva da sociedade institucional, constroem uma cultura própria, tendo como parâmetro sua história de grupo “isolado” (1981). Isolado no sentido de (como um quilombo) delimitar fronteiras e, coletivamente seguir uma história e cultura peculiar. Como especificidade, poem em pauta a discussão da historicidade dos quilombos, enquanto luta, residência, e/ou lugar de moradia e construção de uma nova vida, como também não se esgota como “lavrador negro” e “comunidade negra isolada no mundo rural”. (Baiocchi, 1999:12).

Nos Quilombos os escravizados africanos e brasileiros adaptavam-se desenvolvendo técnicas para se manterem invisíveis. Os Kalunga construíram a sua moradia nos vãos entre as serras, locais ainda hoje de difícil acesso.

Quanto ao termo Kalunga para um morador do Riachão, primeiro professor Kalunga o tyemo vem de uma planta chamada Kalunga e nativa do Cerrado: “se você quiser conhecer um pouco dos Kalunga, é só prová ela. Ela serve pra verme; amarga demais”.

A planta Kalunga ou calungueira – (simaba ferrugínea) dá nome ao Vão da Serra e do lugar que ela nasce e cresce, perto do córrego homônimo, onde a terra é considerada sagrada e nunca seca. “Boa de plantar alimentos para toda a vida”. Um morador do Vão de Almas, numa conversa informal, garante: “Os Kalunga tiveram origem aqui no Vão de Almas; nossa raiz é aqui”. Ele diz ainda que é só lá que tem essa árvore.

Uma observação que não será aprofundada neste trabalho é a origem do território Kalunga reclamada por várias comunidades, desvelando uma estrutura clânica presente no território. “Etimologicamente, este termo foi criado a partir do quimbundo ka’lunga, que significa

literalmente ‘mar’, mas também pode ser usado para transmitir a ideia de ‘imensidão’ e ‘grandeza’ ”<sup>34</sup>

A política de preservação do Patrimônio Kalunga foi acionada por Baiocchi, precocemente em 1985, antes da consolidação de uma perspectiva ampliada de Patrimônio pela Constituição Federal de 1988, como forma de proteger o quilombo Kalunga (GO) das diversas ameaças que a comunidade vinha sofrendo:

O que temos assistido assemelha-se a um rolo compressor que desagrega ou assimila as comunidades, impondo um processo aculturativo onde a identidade histórico-cultural é relegada a segundo plano. Impõe-se, não se propõe, não se leva em conta a vida, a cultura que cada grupo possui, as particularidades. Seu modo de amar, trabalhar, sorrir, cantar e morrer, que pode e deve ser assegurado. (Processo nº 1.304-T-90 - Referente ao tombamento do Quilombo Vão-do-Moleque, Cavalcante/GO<sup>35</sup>)

Mari Baiocchi solicita o tombamento da área do quilombo, a partir de uma perspectiva que leva em consideração várias especificidades culturais da comunidade, sem diferenciar bens materiais de imateriais. Pode-se ver neste caso uma relação de patrimônio cultural como patrimônio territorial<sup>36</sup>, considerando aspetos e formas de fazer como um grande cânone da cultura kalunga.

O reconhecimento veio a ser realizado em 1991 pelo Governo do Estado de Goiás, através da Lei Estadual nº 11.409/91, como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, também reconhecido como parte integrante do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Posteriormente a lei estadual foi ratificada pela Lei Complementar n. 19, do ano de 1995 que prevê a propriedade exclusiva, a posse e a integridade territorial, a demarcação, a desapropriação e a titulação a favor da comunidade.

A lentidão no processo de regularização das terras arrastou-se até 2000, quando a Fundação Cultural Palmares, pela Portaria Interna n.º 40 emitiu o título de reconhecimento que concedeu o domínio do território dentro do perímetro demarcado a favor da Associação Quilombo dos Kalunga, mas tal medida prevaleceu sem aplicação e a discussão só foi retomada após o Decreto 4.887/2003, que teve como marco inicial a “Ação Integrada Kalunga”, evento de cunho político realizado em 2004, com a presença do então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva.

---

<sup>34</sup> Significado do Calunga. s.d. Disponível em: <https://www.significados.com.br/calunga/>

<sup>35</sup> Brasil (2007). Processo nº 1.304-T-90 [Referente ao tombamento do Quilombo Vão-do-Moleque, Cavalcante/GO]

<sup>36</sup> O tema Patrimônio territorial não será abordado nesta dissertação. Para o entendimento do tema sugere-se Dallabrida (2020).

Em 2005 a Fundação Cultural Palmares legalizou a certidão de autorreconhecimento da comunidade remanescente dos quilombos Kalunga. Foi só em 30 de setembro de 2014 que a comunidade teve reconhecida a posse de 31 mil hectares do seu território que possui cerca de 260 mil hectares.

“O fato do governo brasileiro emitir a posse definitiva para essas comunidades é um avanço significativo porque, com esse direito de posse, a garantia de outros direitos e de políticas públicas e sociais ocorre com maior rapidez”. Essa é a compreensão de Socorro Guterres, então gerente de Projetos da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). “A comunidade tem a garantia de que não haverá mais nenhum tipo de contestação” (Agência Brasil)<sup>37</sup>.

A presença da pesquisadora Mari Baiochi na comunidade é até hoje lembrada como um marco para o alcance de inúmeras melhorias básicas para o quilombo, conforme relata Procópio dos Santos Rosa moradora, matriarca Kalunga da região do Riachão, no município de Monte Alegre:

“Desde quando veio aqui a Dona Mari ela foi percurando comigo e eu junto com ela a fui contando pra ela como foi tudo sofrido. As mulheres não iam a cidade só os homens, e um dia ela perguntou: cês tem terra? Vou fazer um jeito de vocês terem o levantamento das terras, eu falei pra ela: mas nos não temos nem registro, como é que faz? E ela disse: eu vou mandar aqui fazer o registro pra vocês, e ela mandou. Eu estava com a perna quebrada quando, mesmo quando Bia, minha neta, nasceu e quem tirou meu registro foi meu filho, de tão difícil que era aquilo, não tinha rodagem ia a cavalo. Ela mandou tirar o registro de tudo de nós tudo, ela veio aqui até de avião registrou tudo e ela foi lá tirar um direitinho da terra e até hoje estamos assim, cada um tem seu direito”<sup>38</sup>.

Considerando os desafios que a ética contemporânea traz ao tema da valorização do pertencimento presente na comunidade Kalunga, nos momentos de resistência, nas festas e no dia a dia, em nossas visitas vemos que suas decisões são, na maioria das vezes coletivas, de acordo com os valores dos ancestrais Kalunga.

Em 1999 foi fundada a Associação Quilombo Kalunga, com o objetivo de representar e defender os direitos do povo Kalunga. Nos últimos dez anos as ameaças de desocupação do território e de retirada de outros direitos ao povo Kalunga reduziram-se significativamente, e até se extinguíram na maioria das localidades, mas a titulação das terras ainda não está

---

<sup>37</sup> Martins, H. (2014). Kalunga ganham posse definitiva de parte do território de Goiás. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-09/comunidade-quilombola-kalunga-recebe-31-mil-hectares>

<sup>38</sup> Disponível em: Facebook Vozes de Mestres, 2020 - <https://www.facebook.com/vozesdemestres/videos/599750783969343>.

concluída e muitas fazendas, que ocuparam o território, não foram desapropriadas, bloqueando grandes áreas cultiváveis. Por exemplo: A empresa Rialma, tenta há 20 anos, construir uma Pequena Central Hidrelétrica na região. “Essa Pequena Central Hidrelétrica, ela pode ser pequena para eles, mas para nós é muito grande. A comunidade não quer” - relata o presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK) e eleito prefeito da cidade de Cavalcante nas recentes eleições.

A região tem sido alvo de grandes empresas de agronegócio de monocultura de exportação que utiliza o bioma cerrado, destruindo-o. Em 2018 o filme “Ser Tão Velho Cerrado”<sup>39</sup> promoveu uma grande campanha em defesa do Cerrado, bioma predominante na comunidade Kalunga. O cerrado sofre com imensos desmatamentos que trazem consigo a ameaça de extinção do bioma. O filme mostra a preocupação de alguns moradores da Chapada dos Veadeiros que se unem para a sua defesa. As populações locais, incluindo os Kalunga, são desafiados a conciliar interesses aparentemente incompatíveis, abrindo um diálogo necessário entre a comunidade científica, agricultores familiares, grandes proprietários de terra e defensores do meio ambiente. O filme tem algumas participações de pessoas do povo kalunga. Entre elas, a Presidente da Associação de Guias do Quilombo Kalunga que diz:

“Eu tenho orgulho de ser kalunga. Quem é o kalunga honrado de verdade continua kalunga até hoje usando a tradição tanto nas plantas medicinais, no modo de ser e a cultura. A gente tem que preservar sempre a cultura nossa e não a pobreza... De Ouro, diamante, tudo tinha neste rio e estava sendo explorado, tinha as balsas e dessas pessoas não ficava nada pra comunidade, deixando aqui só o estrago. Minha opinião sobre as mineradoras aqui no nosso território é não, logo devido as coisas ruins que ficam pra gente. Os kalunga sempre precisou usar disso aqui para a sobrevivência, caça, madeira pra fazer sua própria casa, a pesca, mas nada assim de forma que estragasse o meio ambiente. A gente trabalha com a roça de toco, planta um ano num lugar o outro ano refloresta”.

Outro morador diz o seguinte:

“A gente planta de 5 a 6 anos seguidos, depois a gente deixa essa roça e faz outra roça em outro campo... isso que a gente faz é passado de geração em geração... esse tipo de terra aqui é terra de cultura, produto mesmo orgânico nativo da terra, não precisa colocar nada de químico, são sementes criolas, são sementes centenárias que a gente utiliza, o qual nós alimentamos nossa família e pra os vizinhos também.”

Sobre o uso responsável da terra outro morador afirma:

---

<sup>39</sup> “Ser Tão Velho Cerrado”. Direção de André D'Elia e disponível na Netflix.

“Aqui não tem nada de trato e nem veneno, aqui a gente planta ai é, da por conta própria, tudo é daqui, é feijão, arroz, milho pra dar galinha, porco, meu pai me ensinou eu a trabalhar desse jeito. É importante destacar que a base alimentar é mantida pelo trabalho na terra e integra a consolidação de uma identidade étnica e cultural da comunidade quilombola kalunga. São conhecimentos que compõe os seus valores civilizatórios.”

O depoimento da líder matriarca kalunga é claro:

“Eu nasci e criei aqui, e as coisas pra nós tudo aqui era difícil, tudo é dificultoso. A gente tem que cuidar é das coisas de nós mesmo, das coisas aqui do mato, cuidar das raízes de pau, pra sobreviver pra tratar da saúde, e neste tempo o povo aqui era tudo sadio era difícil ouvir falar que morreu uma pessoa aqui. Hoje em dia a doença aqui tá mais do que era. Eu quero é mais forças pro Kalunga, pra ‘miorá’ nossa comunidade, mas não quero nada de destruir nossa comunidade não... o povo garimpou aí, intoxicou a água do Paranã”<sup>40</sup>. Entrevista Procópio dos Santos Rosa (ANEXO A).

Nos últimos 20 anos várias pesquisas vêm sendo realizadas na região, por investigadores externos à comunidade, mas especialmente por estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (Ledoc), da Universidade de Brasília – UnB, na Universidade Federal de Goiás - UFG e na Universidade de Tocantins – UFT. Essa licenciatura tem o seu foco na formação de professores quilombolas e tem formado professores para o trabalho em escolas no Território. Uma iniciativa que pode integrar a cultura local e a educação formal. O curso de Graduação de Licenciatura em Educação do Campo, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE – da Universidade de Brasília, e cuja primeira turma teve início em 2007, atende à demanda formulada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, endereçada à Universidade de Brasília mediante carta-convite em novembro de 2006. Tem como objeto a escola de Educação Básica do Campo, com ênfase na construção da organização escolar e do trabalho pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

A Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília é um dos grandes avanços no acesso à formação profissional pela educação universitária. Essa formação permite também o emprego desses profissionais e é um avanço para a educação de crianças e jovens no território quilombola, pois passam a ter professoras que vivem, conhecem e dialogam com sua cultura.

Fernandes (2015) em seu artigo “O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás”, apresenta uma retrospectiva

---

<sup>40</sup> “...importante caudal que possibilita a existência e persistência da vida” (BAIOCCHI, 2010).

da literatura acadêmica dos últimos trinta anos, sobre as demandas da comunidade Kalunga. A autora analisa vinte e cinco textos, que visibilizam as principais demandas Kalunga. Ela classificou as demandas como persistentes, parcialmente sanadas e recentes, em busca de compreensão das transformações vividas por essa comunidade. Destaco dois entre esses 25 artigos que discutem a atuação do governo na consolidação de políticas públicas que contribuiriam para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial dos Kalunga. São eles: “Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro”, de Gilmar Alves de Avelar e Marise Vicente de Paula, e o artigo “Identidades territoriais em sítio patrimonializados: comunidade de quilombolas, os Kalunga de Goiás”, de Maria Geralda de Almeida.

De acordo com a análise de Fernandes, são muitas as reivindicações na comunidade, a maioria delas discute a regularização das terras quilombolas. Muitos trabalhos são teses, documentários, livros com a palavra e reivindicações dos moradores.

Para os Kalunga as festas têm um papel social fundamental. É momento em que festejam e reafirmam a sua identidade. As famílias ampliadas se reencontram - irmãos, primos, famílias, crianças são batizadas, casamentos são realizados, reivindicações comunitárias são encaminhadas aos poderes públicos.

Na Festa da Senhora DÁbadia, um Império Kalunga com Reis, rainhas, guarda-mor, bandeiras, rememora os antigos autos populares de origem ibérica que se misturam com a memória ancestral de matriz africana, comparáveis com o Tchiloli São tomense.

### *Políticas de Salvaguarda – datas fundamentais*

No seu artigo “A economia criativa e o campo étnico-quilombola: o caso Kalunga”, Thais Alves Marinho, numa análise das redes de interdependência institucionais, buscando compreender como os saberes são adquiridos e acomodados diz o seguinte:

“A atuação do governo nas comunidades quilombolas<sup>41</sup> como a Kalunga, baseia-se na constatação de que o reconhecimento étnico-cultural gera a valorização do grupo, de seu modo de vida, de seus produtos, que passam a ser vistos como emblemas culturais, identitários e tradicionais, os quais, por isso, devem ser patrimonializados e preservados.” (Marinho, 2013:243)

O governo de Lula da Silva foi enfático na crítica do mito da democracia racial no Brasil, por isso desenvolveu políticas afirmativas e viabilizou instrumentos de promoção do

---

<sup>41</sup> Veja o Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003, 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015.

desenvolvimento sustentável. Alguns projetos foram desenvolvidos na comunidade Kalunga. Trago aqui a citação desses projetos a partir do trabalho de (Marinho, 2008). São eles:

- Girau dos Saberes, que visou estimular a produção do artesanato na comunidade;
- Quintais Ecológicos, que buscou ampliar a renda por meio da produção de alimentos produzidos com frutos do cerrado;
- Kalunga Sustentável em parceria com o Programa “Desenvolvimento e Cidadania”, da Petrobras, cujo foco é a atividade turística sustentável e a valorização cultural.

Além dos projetos citados damos destaque ao I Encontro da Cultura Negra Kalunga, uma iniciativa da comunidade, realizado em novembro de 2009, durante a comemoração do Dia da Consciência Negra, organizado especialmente por Lucilene Santos, kalunga e ativista, que estava Secretaria municipal de Igualdade Racial de Cavalcante.

Em parceria com o Ministério da Cultura instaurou o Programa de Afirmação Quilombola, visando o resgate e a preservação da memória cultural dos Kalunga, tendo como resultado principal a construção do “Centro de Referência da memória cultural Kalunga” e ainda o “Memorial Casa de Leó”, em Teresina de Goiás, no povoado da Ema. Estas ações deram origem a outras como a entrega de um Kit com instrumentos musicais, entre eles sanfonas, violões, violas, zabumbas, pandeiros, caixas, microfones, além de bombas a diesel e geradores entregues à comunidade durante o festejo de Nossa Senhora do Livramento no mesmo ano. Pretendia-se ainda construir 2 memoriais, o Memorial Casa de Pedro em Cavalcante e o Memorial Casa de Santana em Monte Alegre de Goiás.

Em 2010, coordenado novamente por Lucilene Santos aconteceu o II Encontro de Cultura Negra Kalunga. Também o Encontro de Pesquisadores sobre Quilombo Kalunga<sup>42</sup> que reúne pesquisadores de várias regiões do país, mas fundamentalmente estudantes quilombolas que são os organizadores.

O trabalho de Marinho (2008) identifica as dificuldades em realizar projetos com a comunidade kalunga. Diz que há falta de conhecimento sobre os meandros dos processos produtivos e sobre como dialogar com o governo e as ONG’s.

Há dificuldades na compreensão dos editais e das suas exigências, o que traz dependência de produtores(as) externos à comunidade. A proposta de projetos como resposta a editais, exige muito tempo na elaboração e compreensão da burocracia documental. É preciso o domínio do

---

<sup>42</sup> Mais informações e os Anais do Encontro podem ser consultados em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-historia/publicacoes/encontro-de-pesquisadores-sobre-os-quilombolas-kalunga/>

jargão dos editais, dos meandros de sua leitura e dos caminhos da argumentação. Os grupos desistem de participar, fruto de muitas tentativas e pouquíssimos resultados positivos.

Os governos democráticos fizeram esforços significativos para democratizar o acesso aos recursos, mudando as exigências administrativas, adaptando linguagens, incluindo gravações de voz como caminho para a inclusão do universo da oralidade nesse circuito. O Estado Brasileiro tem procurado dialogar com públicos com outras experiências de vida como são as comunidades tradicionais no Brasil.



## 2.2 O Património cultural imaterial na Guiné Bissau e as políticas de salvaguarda



Figura 3. 2 Mapa da Guiné-Bissau. Fonte: Plano Estratégico Para Desenvolvimento Sustentável do Setor de Cacheu 2019-2025. Cacheu, Junho de 2019.

Não pretendo no curto espaço de tempo de um mestrado, compreender a atual realidade da Guiné-Bissau. O meu trabalho escolhe um pequeno recorte dessa realidade que foi possível visitar virtualmente e por pesquisa bibliográfica. Recorro a informações básicas, publicitadas pelos órgãos oficiais do país e por entrevistados. Este trabalho de pesquisa ficou fortemente limitado pela atual pandemia que impossibilitou a minha viagem à Guiné-Bissau para pesquisa de campo, como planejado.

A Guiné-Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, é um país da costa ocidental de África. Faz fronteira a norte com o Senegal e a sul e oeste com o oceano Atlântico. Além do território continental, integra ainda cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós, separado do continente pelos canais do rio Geba, de Pedro Álvares, de Bolama e de Canhabaque. A sua capital é a cidade de Bissau, a moeda é o franco CFA e a língua oficial é o português, sendo a língua de comunicação o crioulo. Cerca de 62% do PIB da Guiné-Bissau é proveniente da agricultura e da pesca de acordo com o Relatório do FMI No. 11/353, de Dezembro/2011. O país exporta mariscos e peixe, amendoim, semente de palma e produtos das

atividades extrativas florestais e ocupa o sexto lugar na produção mundial de castanha de caju. O arroz é o cereal mais produzido. O turismo tem sido, também, uma aposta crescente do país, apesar da “instabilidade política”<sup>43</sup> prejudicar a sua expansão em todos os setores.

A Guiné-Bissau foi uma colônia portuguesa e declarou a sua independência em 24 de setembro de 1973, reconhecida por Portugal em 1974. O país tem atravessado muitas dificuldades decorrendo, em grande parte, da instabilidade política permanente por isso se fala de um *estado falhado*. Estamos a falar de um estado fraco e fragmentado, marcado por grande instabilidade política e conflito generalizado, caracterizado por veios de etnicismo que se polarizam em nacionalismos étnicos, ao invés de alimentar uma identidade nacional comum (Arbore, 2018).

A Guiné-Bissau tem um património cultural muito rico e diversificado. O ex-secretário de Cultura da Guiné Bissau, António Spencer Embaló (que esteve a frente da Secretaria de Estado da Cultura no período entre 04 de julho de 2019 a 27 e fevereiro de 2020), e a 25 de fevereiro de 2020, em entrevista dada a ONU News<sup>44</sup> disse:

“Uma das nossas maiores riquezas é o facto de, praticamente, todos os grupos étnicos na Guiné-Bissau são representados também com a sua própria língua. Significa que o último recenseamento geral da população aponta 30, 32 grupos étnicos. E todos os grupos têm a sua língua. Então podemos assumir que temos pelo menos 32 línguas maternas. As diferenças étnicas e linguísticas produziram grande diversidade nas expressões culturais como a dança e na música tradicional entre outras manifestações”.

Amílcar Cabral sempre defendeu a valorização e a preservação da cultura guineense como fundamental ferramenta de resistência cultural face às tentativas opressoras do país colonizador. Para Amílcar Cabral, o desenvolvimento da Guiné-Bissau estava diretamente relacionado com o investimento na educação e na criação de condições para que a cultura e a informação fossem de fácil acesso (Amílcar Cabral, 1974):

A realidade cultural da nossa terra é essa. Mas devemos pensar bem na nossa cultura: ela é ditada pela nossa condição económica, pela nossa situação de subdesenvolvimento económico. Temos que gostar muito da nossa cultura africana, nós queremos-la muito, as nossas danças, as nossas cantigas, a nossa maneira de fazer estátuas, canoas, os nossos panos, tudo isso é magnífico, mas se esperarmos só pelos nossos panos para vestirmos a nossa gente toda,

---

<sup>43</sup> Marafona, M. (2020, Maio 18). Guiné-Bissau: instabilidade política sem fim à vista. *JUP*. Acedido em 2020, Novembro 20 em <https://www.juonline.pt/politica/artigo/35791/guine-bissau-instabilidade-politica-sem-fim-a-vista.aspx>.

<sup>44</sup> Entrevista ao Secretário da Cultura da Guiné-Bissau quer crioulo guineense como língua oficial. (2020). Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1705191>

estamos mal. Temos que ser realistas. A nossa terra é muito linda, mas se não lutamos para mudar a nossa terra, estamos mal. A nossa cultura tem que ser popular, quer dizer, cultura de massas, toda a gente tem direito à cultura. Além disso, respeitando aqueles valores culturais do nosso povo, que merecem ser respeitados. A nossa cultura não pode ser para uma elite, para um grupo de pessoa que sabe muito, que conhece as coisas. Não. Todos os filhos das nossas terras, na Guiné e em Cabo Verde, têm que ter o direito a avançar culturalmente, a participar nos nossos actos culturais, a manifestar e a criar cultura. (Cabral, 1974:34)

E ainda reitera a importância da educação para que a liberdade de expressão fosse garantida:

O nosso Partido, no plano cultural, procurou tirar o maior efeito possível, o maior rendimento possível da nossa realidade cultural. Quer não proibindo aquilo que é possível não proibir sem prejudicar a luta, quer criando no espírito dos camaradas novas ideias, nova maneira de ver a realidade. E quer ainda, aproveitando o melhor possível todos aqueles que já tinham um pouco mais de instrução, tanto para dirigir a própria luta como para os mandar estudar para preparar quadros para o futuro. (Cabral, 1974:37).

A história das políticas culturais na Guiné-Bissau conhece limitações, em primeiro lugar devido à destruição dos arquivos nacionais colocados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Bissau durante a guerra civil de 7 de Junho de 1998. Este conflito provocou danos irrecuperáveis nos domínios culturais pois foi perdido grande parte tanto do arquivo como do Centro de Documentação sobre Música e Dança e do Museu Etnográfico. Sendo assim, conforme relata Alonso Cassama em entrevista, que consultar documentação para escrever sobre política cultural antes da década de 90 é muito difícil. Para obviar a este problema optámos por realçar as políticas culturais anunciadas pelos programas estruturais nacionais lançados neste século: DENARP 1 (2005-2010), DENARP 2 (2011-2015) e Terra Ranka.

Em 2005, o Governo lança o DENARP I (Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza) documento orientador de uma tentativa de formulação de diretrizes prioritárias para (vi) um país pacífico na diversidade, que valorize o património cultural e garanta a igualdade de oportunidades entre géneros; (DENARP I: 25). A implementação tanto deste programa como do seu sucessor foi interrompida pelo golpe de estado de 2012 que conduziu à retirada dos doadores internacionais e ao congelamento dos apoios internacionais e da maioria dos programas em curso. Após 2 anos de governo de transição, foram realizadas eleições livres no ano de 2014, o PAIGC venceu com 56% dos votos. Foi, neste ano constituído o IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau tendo como Presidente da República José Mário Vaz e como Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira. Este estabelece o Programa de governação para a IX Legislatura (de 2014 a 2018), que traz os seguintes pontos relacionados com o património:

- Assegurar uma gestão racional do património natural (florestas, solos, água e biodiversidade) visando um desenvolvimento económico durável e auto-sustentável, redutor da pobreza e disciplinador do saneamento, o que implica o condicionamento das ajudas públicas à utilização de práticas agrícolas favoráveis ao ambiente (eco-condicionalidade); (Programa do IX Governo, 2014: 19)<sup>45</sup>
- Recuperar as empresas, terrenos e/ou patrimónios pertencentes ao setor industrial em inatividade, não adquiridos no âmbito da lei das privatizações e/ou liquidação; (Programa do IX Governo, 2014: 28)
- Promover programas, projetos, medidas e ações que visem assegurar a preservação do património natural e construído, o bom funcionamento dos ecossistemas, a manutenção e fomento da biodiversidade, a conservação e valorização da natureza; (Programa do IX Governo, 2014: 40)
- Requalificar o património natural do Arquipélago dos Bijagós enquanto oferta Turística principal, pondo ênfase na sua riqueza ecológica; (Programa do IX Governo, 2014: 43)
- Promover iniciativas de valorização do nosso património histórico e simbólico, legado pela luta anti-colonial e os que visam a consolidação do Estado democrático e de direito; (Programa do IX Governo, 2014: 52)
- Implicar os órgãos de comunicação social na descoberta, valorização, promoção e difusão do vasto e rico património cultural, artístico e histórico da Guiné Bissau; (Programa do IX Governo, 2014: 61)
- Preservar, valorizar e difundir o Património Cultural Nacional; (Programa do IX Governo, 2014: 63)
- Promover a preservação, o restauro e a valorização do património fílmico e audiovisuais nacionais, em particular sobre o acervo da Luta de Libertação Nacional. (Programa do IX Governo, 2014: 63).

O Memorial da Escravatura e do Tráfico Negroiro, nosso estudo de caso, é um dos espaços de memória da Guiné Bissau, que se dedica à preservação da memória do tráfico colonial no país. O trabalho relativo ao património material e imaterial dos museus e das coleções, aos níveis de administração, gestão, preservação, conservação, inventariação ou historiografia é quase inexistente, e não conta com especialistas da área para formação.

---

<sup>45</sup> Programa do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau 2014-2018.

Nas resoluções da III Conferência Nacional da Cultura, como medidas para o património é destacada a construção do Palácio da Cultura, da Biblioteca Nacional do Museu Nacional, da Escola de Música, do Centro de Recursos Culturais e, por fim, a criação do Instituto do Património Cultural da Guiné-Bissau (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3-5).

O documento Plano Terra Ranka foi lançado em 2015, com um plano de ação até 2025, mas nunca chegou a ser implementado devido aos conflitos políticos que caracterizaram o mandato do presidente José Mário Vaz (2014-2020). Este documento propunha um programa de promoção do renascimento cultural chamado “Programa 35a: Cultura”. Este programa visava tornar a cultura uma alavanca-chave de reconstrução e transformação Guiné-Bissau. Neste quadro a cultura do país, com toda a sua diversidade, seria destacada e promovida. Neste sentido, seria organizada anualmente uma semana da cultura, reunindo o conjunto de povos e grupos culturais da Guiné-Bissau para promover as culturas locais e apoiar melhor a criação cultural. Para além disto, seria lançado um vasto programa de renovação do património cultural com o objetivo de restaurar a preciosidade histórica e arquitetural da Guiné-Bissau (a exemplo de Bolama, antiga capital, que contribuirá com um forte componente cultural à oferta do turismo do Arquipélago Bolama-Bijagós). Neste sentido, o Estado guineense mobilizaria o conjunto de talentos do país, sendo aí compreendidos vários artistas e homens de cultura da diáspora guineense. Para além disto, seriam construídos dois novos locais de cultura: o Palácio da Cultura e a Biblioteca Nacional. (Plano Terra Ranka, 2015: 119). Também eram destacadas as seguintes ações: “elaborar um Plano Global de desenvolvimento Integrado para a gestão sustentável e recuperação física e cultural das cidades históricas” e “revitalizar a memória dos resistentes da libertação da Guiné-Bissau (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3).

Os constrangimentos à aplicação de grandes programas de política cultural foram longamente debatidos na entrevista realizada ao antigo secretário de estado da cultura António Spencer Embaló (julho 2019-fevereiro 2020), o qual considerava que existiam três grandes dificuldades a serem enfrentadas<sup>46</sup>:

- Sem recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente para responder os desafios da cultura enquanto estrutura governamental;
- Secretaria de estado sem pacotes ativos suficientes e sem uma regulamentação do setor, um dos aspetos estruturantes do setor obviamente que o estado não se faz sem pacotes ativos e própria regulamentação para permitir que os operadores do setor

---

<sup>46</sup> PAIGC 2020. Entrevista do Secretário de Estado da Cultura da Guiné-Bissau, António Spencer Embaló. (2019, 7 de Agosto). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=752942871827787>

possam operar dentro dos limites legais para que suas ações sejam legais e que promovam o desenvolvimento do setor. Não existe uma carta política orientadora do setor, sendo um dos aspetos mais frágeis, pois tudo o que foi se fazendo estes anos todos foram ações avulsas não existe uma política da cultura que seja capaz de orientar todas as ações que vão decorrendo neste setor;

- Falta de infraestrutura que possa responder às ações, não existe um museu nacional, salas de cinema, biblioteca, um palácio da cultura, falta infraestrutura e até espaço para intervir como secretaria de estado da cultura. Além do aspeto estruturante que convém deixar aqui, é que não encontrei nenhum tostão, ou seja, estamos começando do zero.

Aponta os principais desafios:

- Identificação e recrutamento de recursos humanos;
- Elaboração da nossa visão política capaz de orientar a ação governativa durante os próximos 4 anos;
- Capacidade de mobilização de recursos materiais para a realização das ações;
- Apresentação e aprovação da Nova orgânica do Setor que espelha a visão e a ambição que tem no setor destacando 2 ferramentas importantes:
- Criação de uma nova direção geral do Património Cultural

O Secretário de Estado da Cultura apresenta a sua visão política para o setor da cultura para o período governativo (4 anos) que pretendia ser materializada em programas setoriais concretos:

- Promoção dos símbolos nacionais, bandeiras, hino nacional:

“estamos a falar do nosso Amílcar Cabral, do português, do crioulo, e das línguas maternas, promoção das indústrias criativas, esperamos concretizar em programa setorial de governação, que é extremamente importante e depois a questão da promoção do diálogo e de mudança de comportamento, porque a cultura faz-se mudando o comportamento como vetor de avanço do setor e ainda a valorização e promoção dos ativos culturais. Edificação, porque também se faz cultura em espaços”;

Outro especto trata dos passos de diplomacia política:

“recebemos o ministro dos negócios estrangeiros de Portugal na semana passada e consequentemente também fizemos uma viagem rápida a Portugal para podermos consolidar aspetos aqui discutidos, estamos com um protocolo com uma autarquia portuguesa de Torres Vedras, que nos abriu uma porta em termos de cooperação cultural de acordo com nossas aspirações, convidando Cabo Verde para o carnaval de Torres Vedras, aonde iremos promover nosso intercambio para perceber a melhor forma como tem organizado sem excluir como é a

base cultural do nosso carnaval. Em 1 mês de governação foi isso que conquistamos até ao momento.”

Como meta a atingir o ex-secretário enfatiza que:

“É inadiável o setor da cultura ter uma carta política, o que queremos eliminar é um leque de ações esporádicas, não faz sentido estarmos a agir com questões laterais que acabam por ser imprudentes, sem discriminar nenhum subsetor, mas é importante e fundamental que todas as ações estejam estruturadas em uma carta política dentro de um quadro de um programa e dentro de vários projetos que iremos levar a cabo. Também a infraestrutura é inadiável, como uma biblioteca nacional, para promovermos uma rede de bibliotecas nacionais, não só em Bissau, mas municipais que possam responder todas as necessidades”.

No entanto, todo o planeamento do ex-secretário cai por terra quando é empossado o novo Secretário Francelino Cunha, que assume a pasta com o novo lema: “A afirmação da nossa identidade cultural depende de cada um de nós”<sup>47</sup>, em março de 2020.

Diante de uma política pública em vias de realização, mas ainda fragilizada os efeitos são totalmente visíveis. Em se tratando de reconhecimento pela UNESCO do Património Cultural Imaterial da Humanidade, enquanto o Brasil possui 6 bens inscritos na UNESCO a Guiné-Bissau possui apenas o Sosso-Bala, o Balafon Sagrado, na Lista Representativa do Património Cultural da Humanidade. O Sosso-Bala é uma espécie de xilofone de 1,5 m de comprimento, composto por 20 folhas meticulosamente esculpidas de dimensões desiguais e sob cada uma delas uma cabaça, que é a caixa de ressonância.

Considerado o símbolo da liberdade e coesão do povo Mandinga, disperso num território que pertenceu ao império maliano, o referido instrumento pertenceu e foi originalmente tocado pelo rei Soumaoro Kanté, que subiu ao trono no século XIII. Desde então acompanha, ao longo dos séculos, a transmissão de poemas épicos, principalmente o poema épico Sunjata e seus hinos, que glorificam o fundador do império maliano.

Segundo fontes escritas e orais, o Balafon poderia ter sido feito pelo próprio rei, ou seria um presente de um jinni (gênio). O Sosso-Bala original é preservado com outros objetos sagrados e históricos numa morança localizada na aldeia de Nyagassola, no norte da Guiné. Ali está o berço da família Dökala. O balatigui, patriarca da família Dökala, é o guardião do instrumento e só pode tocá-lo em determinadas ocasiões, como no feriado do ano novo muçulmano ou em alguns funerais. Além da infraestrutura precária e das difíceis condições de

---

<sup>47</sup> Secretaria do Estado da Cultura de Guiné-Bissau. (2020, 14 de Julho). *Novo LEMA da Secretaria de Estado da Cultura. A afirmação da nossa identidade cultural depende de cada um de nós*. Disponível em: <https://www.facebook.com/102617111506151/photos/a.135372221563973/135372181563977/>

vida em Nyagasola, a diminuição progressiva do número de estudiosos do instrumento musical devido ao êxodo rural é considerada um dos principais fatores que comprometem a permanência dessa tradição musical. No entanto, os Balatigui e outros membros da família Dökala, que ainda ocupam uma posição importante na sociedade Mandinga, prometeram passar as técnicas para as gerações futuras. (UNESCO, s.d.)<sup>48</sup>

É importante refletir sobre as diferenças da patrimonialização de forma geral entre Brasil e África. Trajano Filho (2012) em seu artigo Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos, afirma algo que tenho observado em vários discursos e realidades em comunidades quilombolas brasileiras:

“Analiso neste trabalho a tendência de redução semântica correlata ao processo que transforma instituições totais voltadas para a solidariedade, a reciprocidade e a convivialidade em ícones da cultura nacional – movimento necessariamente anterior aos esforços explícitos e formais de patrimonialização”. (Trajano Filho, 2012:16)

A partir desta ótica o autor faz um recorte sobre as similaridades e diferenças das políticas culturais brasileiras e africanas:

...interessante notar as agendas diferenciadas que informam os estudos de patrimonialização no Brasil e na África Ocidental. Assentadas sobre concepções diferentes do patrimônio nos dois contextos (concepções que também têm uma variação intracultural) estão as agendas, também elas diferenciadas, dos observadores analistas. No caso do Brasil, eles provêm majoritariamente do próprio país cujo patrimônio é analisado, levando consigo a agenda política e cultural (juntamente com os mecanismos e os elementos que a compõem) da sociedade da qual são parte. No caso da África Ocidental, a maior parte dos analistas observadores não é oriunda das sociedades que produziram os bens patrimonializados. São especialistas (arquitetos, antropólogos, historiadores da arte, museólogos, artistas plásticos etc.) europeus e norte-americanos que, de algum modo, carregam com eles parte da agenda cultural e política de suas comunidades de origem: suas concepções de memória, história, nacionalidade e formas de representar valores e ideias. (Trajano Filho, 2012:16)

A análise apresentada por Trajano Filho leva-me a identificar a diferença dos atores proponentes dos projetos concebidos e executados em África e no Brasil.

Ainda que o Brasil tenha que percorrer um longo caminho para a descentralização e desburocratização do acesso às políticas e aos seus recursos, ainda que o racismo estrutural esteja presente na estrutura social brasileira, vemos um crescimento da presença popular no protagonismo destas políticas. Tenho como exemplo, aqui neste trabalho, mas também em outros, o reconhecimento de um quilombola como Mestra da Cultura Popular, lugar

---

<sup>48</sup> UNESCO (s.d.) *El espacio cultural del sosso-bala*. Consultado em 20 de Outubro de 2020. Disponível em: <https://ich.unesco.org/es/RL/el-espacio-cultural-del-sosso-bala-00009?RL=00009>



conquistado com o apoio de produtoras culturais externas à comunidade. As eleições municipais levaram muitas candidaturas progressistas para o executivo ou legislativo. O prefeito eleito em Cavalcante é ex-presidente da Associação Quilombo Kalunga. Cavalcante é um dos municípios em cujo território está o Quilombo Kalunga há mais de 200 anos e que pela primeira vez, elege um prefeito Kalunga.

Quanto à Guiné-Bissau, a análise de ROWLANDS (2007, p. 15), citado por Trajano Filho (2012), é a seguinte:

“Estudos recentes sobre os processos de patrimonialização em África sugerem que as políticas estatais de monumentalização, que criam lugares de memória atuantes e ativos nos processos de construção nacional, têm sido reforçadas por agências internacionais como a UNESCO, que promovem tecnologias do patrimônio para a produção e a reificação de passados e futuros domesticados, sempre circunscritos à dimensão oficial da vida coletiva. Propõem eles que, talvez derivada da impossibilidade prática de os Estados africanos disporem de recursos tecnológicos, financeiros e humanos para objetificar o passado através da preservação dos artefatos culturais materiais (edificações, formas urbanísticas etc.) e por meio de projetos mutuamente inteligíveis ao olhar das agências internacionais (ocidentais), dos Estados nacionais e das populações locais, a política da UNESCO, depois de ter criado uma oposição entre o tangível e o intangível, tem privilegiado a ideia de uma África autêntica como performativa e não como monumental”.

A assessora para Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Guiné-Bissau, afirma o seguinte:

“Hoje na Guiné Bissau não existe um ministério da cultura, mas sim uma Secretaria de Estado da Cultura, recém-criada. O último governo tentou desenhar um modelo para a cultura, mas após ter caído, tudo voltou ao começo. Para a consolidação de uma agenda pública de salvaguarda antes será necessário a criação de uma política cultural contínua”. (Entrevista com Paula Matos da Costa, Assessora para Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Guiné-Bissau).

E acrescenta mais adiante: “Houve a intenção de registo da Kora<sup>49</sup>, mas caiu por terra não havendo esse ciclo de política cultural constante. Agora vamos ver se haverá uma nova possibilidade.

Claudio Arbore no texto intitulado “*Práticas memoriais, identidade territorial e desenvolvimento local na Guiné-Bissau*” relata:

---

<sup>49</sup> O kora é um instrumento de cordas tradicional dos povos mandingas da África Ocidental, tendo uma caixa de ressonância feita de cabaça e suas cordas eram originalmente feitas de pele de antílope com um braço que sustenta até 21 cordas, e nos certos casos mais. Mais informações disponíveis em: <http://www.koraawards.com/pt/cultura/a-historia-do-kora/>.

“O caso do Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro de Cacheu é de particular interesse para a análise dos quadros espaciais da memória, pois envolve dinâmicas de tipo transcalar e atores sociais que nos obrigam a sair do nacionalismo metodológico de *lieux de memoire* de Pierre Nora, tendo no estado-nação um referencial teórico e normativo próprio. O fosso entre o Estado-nação, referência estrutural e normativa herdada da territorialização colonial, e o Estado expresso pela Guiné-Bissau é de facto tal que induz muitos observadores e estudiosos a falar hoje de um estado falhado”. (Arbore, 2018:89)

A política cultural na Guiné-Bissau iniciou seu desenvolvimento desde 1976 e vem sendo apoiada pela ajuda internacional para o desenvolvimento, com projetos propostos pela sociedade civil do país ou em parceria com outras organizações internacionais, como foi o caso do Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro.

Apesar da crise no país e das várias demandas emergenciais, a cultura era tida como uma das prioridades da política do presidente Luis Cabral, irmão de Amílcar Cabral. Destacamos a seguir os objetivos da resistência cultural propostos por Amílcar Cabral que se mantiveram presentes na base do programa político de Luís Cabral até 1980, são eles:

- Desenvolvimento de uma cultura e de todos os valores culturais positivos, autóctones;
- Desenvolvimento de uma cultura nacional baseada na história e nas conquistas da própria luta;
- Elevação constante da consciência política e moral do povo (de todas as categorias sociais) e do patriotismo, espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência, da justiça e do progresso;
- Desenvolvimento de uma cultura científica, técnica e tecnológica, compatível com as exigências do progresso;
- Desenvolvimento, com base numa assimilação crítica das conquistas da humanidade nos domínios da arte, da ciência, da literatura, etc., de uma cultura universal tendente a uma progressiva integração no mundo actual;
- Elevação constante e generalizada dos sentimentos de humanismo, solidariedade, respeito e dedicação desinteressada à pessoa humana.

Toda uma estratégia para a política cultural pública foi delineada pelo PAIGC que visava, sobretudo elucidar o conteúdo ideológico da cultura, erguer o nível cultural das massas, desenvolver e afirmar a cultura nacional.

Atualmente, ao pesquisar por outros projetos de apoio à formulação de políticas públicas na Guiné Bissau fiquei a conhecer, por exemplo, o Programa de Apoio aos Atores Não Estatais (UE-PAANE) “Nô Pintcha Pa Dizinvolvimentu”, financiado integralmente pela União Europeia e implementado na República da Guiné Bissau, entre 2011 e 2016, pelo consórcio do qual faz parte a Organização Não Governamental (ONG) portuguesa Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e a empresa portuguesa CESO CI Internacional SA (CESO CI).

Esse projeto visou, entre outras atividades, capacitar agentes na compreensão de quais são as ferramentas e políticas públicas existentes para a preservação e salvaguarda do património.

Neste momento está a iniciar-se o projeto PROCULTURA PALOP-TL, financiado pelo Camões, I.P. e pela União Europeia. Foi publicado um convite à apresentação de propostas de projeto que tenham por objetivo criar emprego durável e rendimento sustentável nos setores da música, artes cénicas e literatura infanto-juvenil nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste.

O convite compreende três lotes para atribuição de subvenções até 7.800.000 EUR, nos termos seguintes:

Tabela 3.1 Subvenções PROCULTURA. Fonte: Instituto Camões<sup>47</sup>

Lote		Subvenção Mínima	Subvenção Máxima	Dotação Orçamental
Lote 1	Projetos de empreendedorismo nos setores da música e artes cénicas, a realizar em um ou mais países da região PALOP/ Timor-Leste	€ 20.000,00	€ 35.000,00	€ 600.000,00
Lote 2	Projetos internacionais nos setores da música e artes cénicas, envolvendo dois ou mais países da região PALOP/ Timor-Leste	€ 500.000,00	€ 1.000.000,00	€ 6.000.000,00
Lote 3	Projetos internacionais no setor da literatura infantojuvenil dos PALOP/ Timor-Leste, envolvendo dois ou mais países da região PALOP/ Timor-Leste	€ 300.000,00	€ 600.000,00	€ 1.200.000,00

De acordo com o site do Instituto Camões<sup>50</sup>: podem ser requerentes de subvenções neste Convite: i) pessoas coletivas de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, desde que ii) constituídas ou registadas num dos países do grupo PALOP ou em Timor-Leste, iii) há pelo menos dois anos, e iv) com atividade efetiva nesse(s) países e v) no setor cultural. Podem também ser requerentes neste convite pessoas coletivas de direito público ou privado constituídas ou registadas noutros países ou territórios, nomeadamente nos Estados-Membros da União Europeia, Estados subscritores do Acordo ACP-UE, Brasil, África do Sul e Austrália, desde que em parceria, associação ou consórcio com pelo menos um parceiro implementador

<sup>50</sup>Subvenções PROCULTURA (2020). Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos/subvencoes-procultura>

que cumpra as condições anteriores. Através desta ação, a União Europeia e os parceiros cofinanciadores pretendem contribuir para o reforço da economia criativa e cultural nos PALOP e em Timor-Leste, incentivar a profissionalização e transformação do setor cultural num vetor dinâmico de desenvolvimento, emprego e inclusão, promover e favorecer a empregabilidade das mulheres e dos jovens. PROCULTURA é um projeto financiado pela União Europeia, cofinanciado e gerida pelo Camões, I.P. e cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Hoje a pasta da cultura na Guiné Bissau é ocupada pelo Secretario de Estado da Cultura Francelino Cunha, cujo chefe de gabinete é o Dr. José Cornélio Correia que nos concedeu uma entrevista onde falou na elaboração da carta da politica nacional da cultura, no próximo dia 05 de dezembro de 2020.

De acordo com José Cornélio “este projeto de elaboração da carta da política nacional da cultura, patrocinado pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), irá realizar conferências regionais por toda a Guiné-Bissau, consultando toda a classe cultural, bem como seus agentes culturais, promotores, artistas, escritores, Organizações não governamentais (ONG’s) do setor, bem como os parceiros diretos do turismo, da comunicação social e da juventude, todos atores da sociedade civil que contribuirão para a formulação das diretrizes que irão nortear o Plano Nacional da Cultura, ponto focal da UNESCO, que também é parceira nesta empreitada”. (ANEXO A).

O Chefe de gabinete, José Cornélio, também ressalta que existem alguns projetos em pauta para aprovação como o Projeto de Lei de combate à pirataria, a Lei de Manifestação cultural, de Direitos de autor e especialmente, a Lei do Património Cultural, para possibilitar a conclusão e formalização do registo de salvaguarda e inventário do património, tanto imaterial quanto material, de toda a Guiné-Bissau. José Cornélio arremata informando que a proposta elaboração da carta da politica nacional levava em consideração todas as convenções, entre elas, Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, 2003 (UNESCO, 2003), a Convenção sobre a proteção do Património Cultural Subaquático<sup>51</sup> (UNESCO, 2001) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005) e todas as suas ratificações. Além de consultar e considerar os documentos de base da construção cultural do país construídos anteriormente, que são eles: DENARP I – 2005<sup>52</sup> e o DENARP II<sup>53</sup> - 2011-

---

<sup>51</sup> UNESCO. (2001). “Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático.” Acedido a 10/06/2020. Disponível em:

[http://www.unesco.org/culture/por/heritage/laws/conv\\_patsubaqu\\_portu.pdf](http://www.unesco.org/culture/por/heritage/laws/conv_patsubaqu_portu.pdf)

<sup>52</sup> DENARPI - Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau, 2005.

<sup>53</sup> DENARPII- Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau, 2011-2015.

2015, Programa do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau 2014- 2018, Plano de Ações da SEJCD, Plano Estratégico Operacional Terra Ranka 2015- 20205 e os Resultados da III Conferência Nacional da Cultura, entre outros.

No Brasil temos um longo caminho a percorrer para a descentralização e desburocratização do acesso às políticas públicas de salvaguarda de patrimônios imateriais, e aos recursos destinados a isso. Temos um racismo estrutural profundamente limitador dos recursos e do desenvolvimento e democratização das capacitações. No entanto temos visto um crescimento da presença popular na proposição e protagonismo destas políticas.

No caso brasileiro há políticas instituídas e algumas delas garantem uma continuidade na realização de ações de salvaguarda em campos específicos do património imaterial. Um exemplo é a premiação aos Mestres da Cultura Popular, incluindo ações afirmativas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Neste trabalho apresentamos o reconhecimento de uma mulher quilombola como Mestre da Cultura Popular. A proposição de sua candidatura teve o apoio de produtoras culturais externas à comunidade.

As recentes eleições municipais levaram muitas candidaturas progressistas para o executivo ou legislativo. O prefeito eleito na cidade de Cavalcante é ex-presidente da Associação Quilombo Kalunga. Cavalcante é um dos municípios em cujo território está o Quilombo Kalunga há mais de 200 anos e que pela primeira vez, elege um prefeito Kalunga.

Na Guiné, a conquista da independência manteve a dificuldade na construção da nação e de políticas estruturais, como nos traz o ex-secretário António Spencer Embaló em entrevista. Ele se refere ao momento entre 1976 e 1980 quando grupos musicais chegaram a ganhar prêmios em festivais em Cuba. “Não havia dinheiro, mas colocamos de pé o Museu Etnográfico, um cinema, o Museu Militar. Na altura, sem nada conseguimos de fato fazer a cultura acontecer, escolas de música e excelentes músicos, neste período conseguimos atingir o que devia ser política pública”, arremata.

Embaló também fala com emoção do seu desejo em divulgar o Carnaval da Guiné-Bissau, e brinca: “como é divulgado o do Brasil”. Ele refirma a necessidade de preservar e recuperar o carnaval tradicional Guineense contando a experiência de 2016 quando fez parte da comissão organizadora e propuseram a recuperação das mascaras dos entrudos e foram muitas as surpresas quando depararam com o talento e a identidade do povo retratada em peças únicas de enorme valor artístico.

Destaque-se que no Brasil a construção é coletiva e envolve muitas pessoas que estarão na avenida desfilando. Não se trata de iniciativa governamental embora parte dos recursos venha do Estado.

Em nossa conversa falamos muito sobre estas realidades das festas populares que encontramos muito na realidade brasileira, tendo sido inclusive uma delas, o Complexo Cultural do Bumba Boi do Maranhão reconhecido como Património Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO. Este é um sonho para o carnaval da Guiné Bissau, colocado aqui como uma das prioridades pelo ex-secretário, basta saber se será o mesmo sonho do atual secretário, e assim, sucessivamente as aspirações de políticas culturais de património seguem assumindo seu carácter individual, enquanto deveria representar a vontade de um grupo, do povo.

## 3. Apresentação, análise e comentário dos estudos de caso

### 3.1 Estudo de caso das experiências de salvaguarda do Patrimônio imaterial no Quilombo Kalunga, urgências, reflexões e contribuições

No contexto da Comunidade do Sítio Histórico Kalunga tratamos 2 casos que poderão elucidar a presença e realização de ações de salvaguarda do patrimônio imaterial no âmbito nacional e estadual, que são o Museu Iaiá Procópia e o Projeto CD Livro e canal Youtube - O Que É O Que É? Infâncias Kalunga, como segue:

#### 3.1.1 O Museu Iaiá Procópia

Em entrevista realizada com Lourdes Fernandes de Souza, neta de Dona Procópia, mestra e liderança da comunidade Lourdes define o projeto:

O “MUSEU IAIÁ PROCÓPIA” como um espaço de referência do modo de viver Kalunga no qual está configurada a História, Memória, Cultura e os Múltiplos letramentos dos povos ancestrais. Está localizado na comunidade Kalunga-Riachão no Município de Monte Alegre de Goiás, surgido de uma proposta inscrita no edital que reconhece Mestres(as) de Culturas Populares, do Ministério da Cidadania em 2017 no valor 10.000,00 (dez mil reais), o qual imediatamente foi investido o recurso do para construção do mesmo. Foi feito a inscrição e contemplada na proposta, fomos informadas e orientadas referentes o pagamento do Prêmio pelas agentes amigas Geovana Jardim e Marise Barbosa que se empenharam ajudaram na inscrição e construção do Projeto. A proposta foi inscrita em nome de IAIÁ Procópia, Procópia dos Santos seguindo as orientações do edital e com participações minha Lourdes Fernandes de Souza e de Iaiá Procópia a proponente, pessoa física. A idealização da construção do “MUSEU” já estava enraizada na memória de Iaiá, uma líder muito importante de HISTÓRIA e MEMÓRIA com seus Múltiplos LETRAMENTOS só bastava de suporte, apoio e informações, no qual surgiram as agentes externas e abriram caminhos para acessos as políticas públicas e culturais no qual foi consolidado de fato no Quilombo Kalunga-Riachão”.

O Edital ao qual se refere Lourdes é o Edital de Seleção Pública nº 01, de 26 de maio de 2017 – Culturas Populares – Edição Leandro Gomes de Barros – Que teve inscrições abertas de 29 de maio a 28 de julho de 2017. Aqui é possível ver o edital de 2018, pois o de 2017 foi excluído do site, mas as orientações são as mesmas:<sup>54</sup>

Na entrevista a matriarca Procópia fala sobre a importância da construção deste Espaço físico, quando diz:

“a construção do museli é importante para a comunidade principalmente para as crianças, jovens, adolescentes e as futuras gerações tendo oportunidades de pelo menos conhecerem um pouco de nossa história, origens e conhecerem alguns instrumentos, objetos da cultura Kalunga produzidos pelos mais velhos”.

---

<sup>54</sup> Brasil (2018). Ministério da Cultura - Secretaria da cidadania e da diversidade cultural. Edital de seleção pública n.º 01, de 26 de abril de 2018.

Lourdes Fernandes de Souza, neta de Dona Procópio, também chamada na comunidade de Bia Kalunga, comenta sobre as dificuldades e desafios enfrentados para a obtenção de recursos e após receber para adaptação e execução do museu:

“Após a aprovação, fomos informadas por elas e daí veio a espera para o pagamento do recurso que só veio a ser executado em abril de 2018, tendo havido um problema de regularização do CPF da minha avó, mas que foi solucionado por um amigo da família”.

Sobre a relação entre as agentes e a etnomusicóloga Marise Barbosa e sobre a execução do projeto Bia comenta:

“Em consideração e a relação de amizades e por outros trabalhos, contatos que as agentes já tinham e tem com o povo Kalunga e principalmente a Iaiá Procópio que se conheciam há muito tempo, não foi cobrado nada, até mesmo pelo valor do Prêmio, que foi recebido na íntegra”...  
“A realização da construção ocorreu tudo bem, cada dia a ideia só ampliava e fortalecia outros olhares e pensamentos de desempenho e sucesso. Hoje temos um espaço Político, Cultural, Identitário e Memorial o qual está consolidado de fato e guardião da História, memória, fotos, artesanatos, instrumentos e objetos que configuram, representam e expressam, os saberes e fazeres do POVO e da CULTURA Kalunga”.

No geral Lourdes acredita que o projeto foi realizado na sua íntegra e destaca:

“Apesar do recurso do Projeto foi um Prêmio que contemplava o reconhecimento e valorização de mestres (as) com saberes e fazeres acredito que cumprimos 100% do seu objetivo inicial porque Iaiá poderia usá-lo, aplicar em que quisesse, mas priorizou a mais da metade do recurso em construiu o ‘museli’ nome rebatizado por ela na linguagem Kalunga, e o restante usado para cuidados com saúde”.

Hoje em dia o Museu encontra-se aberto, mesmo sem se agendar visitas, pois a Dona Procópio vive ao lado e basta chamá-la que ela nos apresenta o seu acervo e ainda nos conta boas histórias da comunidade, canta ladainhas e nos honra com a sua companhia.

Neste caso trata-se de uma política pública institucionalizada pelo Governo Lula, conforme explicitado no capítulo II que privilegia os Mestres dos saberes tradicionais diretamente. Considero uma ação que reflete resultados muito diretos ao bem imaterial, no caso os saberes da Mestre Dona Procópio dos Santos Rosa. Este tipo de salvaguarda é totalmente louvável e deveria ser exemplo para outras políticas regionais, pois desburocratiza o acesso e facilita a prestação de contas e mesmo a inscrição quando da candidatura, que, apesar de contar com nossa ajuda pode ser feito por qualquer mestre que tenha acesso a um telemóvel e possa gravar um pouco da sua manifestação cultural comprovando apenas a sua existência.



Em 2019, na última edição que homenageou Vitor Mateus Teixeira, o Teixeirinha, o Prêmio teve o valor dobrado para R\$20.000,00 (vinte mil reais). Foram destinados R\$ 5 milhões para 250 iniciativas que visam fortalecer e dar visibilidade a atividades da cultura popular e tradicional de todo o Brasil.

Vários são os resultados desta iniciativa, por exemplo o da Pesquisadora de ervas nativas do cerrado e dos seus usos medicinais, Marineide Pereira Moreira da Silva, mais conhecida como Neide das Ervas, que foi uma mestra da Cultura Popular reconhecida pelo governo federal. Agraciada com o Prêmio Culturas Populares em 2018, aproveitou a premiação para investir na própria atividade e na sua comunidade, gerando um fluxo positivo para o seu trabalho.<sup>55</sup>

### 3.1.2 O CD Livro e canal Youtube - O Que É O Que É? Infâncias Kalunga

O projeto “O que é o que é: Infâncias Kalunga” foi financiado pelo FAC – Fundo de Arte da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE – do Governo Estadual de Goiás (Edital 2016)<sup>56</sup>.

Para relatar esta experiência foi contactada a organizadora e proponente do projeto Marise Barbosa.<sup>57</sup>

A seguir um breve relato sobre sua atuação e como nasceu o projeto:

“Este projeto foi elaborado e proposto por mim como pessoa física. Ele nasceu em sala de aula na Licenciatura em Educação do Campo – UnB que se dedica à formação de professores quilombolas e assentados rurais. E a grande maioria dos quilombolas que ali estudam são Kalunga. Como professora de música, eu levei a música e brincadeiras da cultura infantil e pude perceber que o repertório conhecido dos(as) estudantes se assemelhava ao que eu levava. Dessa maneira percebi que um modo de viver tão particular deveria ter outra dimensão que aqueles jovens desconheciam. Eu os convidei para formarmos um grupo de pesquisa, mas não foi possível. O tempo dos estudantes estava comprometido com a elaboração do TCC uma vez que as aulas de música, de acordo com o projeto político pedagógico, era uma disciplina já no final do curso.

Como pesquisadora a questão me pareceu muito importante. Percebi o distanciamento entre as gerações para que aquelas estudantes não conhecessem as memórias ancestrais de seu povo.

A comunidade tem estudantes e professores e pesquisadores que formam um grupo. Consultei a professora Lurdes Fernandes de Souza, a Bia Kalunga sobre a pertinência da minha proposta.

---

<sup>55</sup>Brasil (2018). Secretaria Especial da Cultura - Ministério da Cidadania. (2018). A arte de curar com ervas medicinais: conheça a mestra Neide das Ervas. Disponível em: <http://cultura.gov.br/a-arte-de-curar-com-ervas-medicinais-conheca-a-mestra-neide-das-ervas/>

<sup>56</sup> Goiás, (2016). Secretaria de Estado de Goiás - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte com o Conselho Estadual de Cultura do Fundo de Arte e Cultura de Goiás. Edital de Fomento ao Patrimônio Imaterial.

<sup>57</sup> Historiadora, Etnomusicóloga, Percussionista, Economista. Possui experiência em docência, pesquisa, elaboração e coordenação de projetos, captação de recursos para projetos que desenvolve desde a proposição. Tem experiências concentradas em Patrimônios imateriais e cultura da infância.

A resposta é que esse projeto tem diálogo com o que eles buscam e já têm construído ações junto às escolas.

Elaborei a proposta de pesquisa e contei com a produtora Geovana Jardim para elaborar a planilha de orçamento e o cronograma de trabalho, além de realizar a produção executiva do projeto, através do Instituto Jardim Cultural. O Edital do FAC- GO aprovou e a pesquisa foi realizada com a participação de professoras locais em cada uma das comunidades que pudemos desenvolver a proposta. Foram elas as articuladoras locais junto às comunidades nas quais desenvolvemos o projeto. Como ex-alunas elas já me conheciam e pudemos estabelecer relações de confiança e troca. Nesse processo já em campo, pude ouvir de uma dessas professoras e articuladoras locais sobre o alcance que a música pode ter, sobre o trabalho que ela pode fazer no diálogo com a memória”.

Quanto às dificuldades que podem ter existido durante a realização do projeto Marise Barbosa esclarece:

“Uma grande dificuldade foi a compreensão da Secretaria de Educação do governo do estado que entendeu que não poderíamos ir até as escolas sem que tivéssemos autorização daquele órgão. Isso provocou um atraso de 3 meses e uma mudança de estratégia. Fomos conversar e pesquisar junto às comunidades e não apenas em escolas como havia sido previsto. O resultado foi enriquecedor dessa forma. Mas tivemos oportunidade de levar mestres e mestras para algumas escolas com grande proveito para ambos.”

Quanto ao envolvimento da comunidade Marise Barbosa diz:

“As minhas ex-alunas na LedoC foram as articuladoras locais com a comunidade. Estiveram junto em todo o processo de gravação em campo, entrevistas, articulação e distribuição dos livros. Deixamos caixas de livros para as associações de cada um dos municípios, associação de mulheres, para que pudesse gerar renda em feiras e eventos dos quais participem”.

Marise também nos explica quais foram os pontos fortes do projeto:

“O objetivo de provocar diálogo e visibilidade entre a cultura tradicional e a educação formal foi o conceito que gerou e construiu o trabalho todo. Mais de 50% dos exemplares foi entregue para as comunidades, professores nas escolas, exemplares foram entregues para consulta pelos alunos em suas bibliotecas. Há desdobramentos que são visibilizados no uso do livro/CD e canal Youtube que não havíamos previsto. Por exemplo o uso das histórias contadas e presentes tanto no livro quanto no canal Youtube para o estudo das variações linguísticas na LedoC-UnB”.

Apesar de não ter sido este projeto, especificamente patrocinado pela UNESCO, Marise Barbosa tem outro projeto apoiado pela UNESCO e nos fala sobre ele:

Tenho um projeto apoiado pelo IPHAN para a Salvaguarda do repertório musical das Caixeiras do Divino de Alcântara no Maranhão. “No Bater da minha Caixa, estou convidando as Foliôa” Esse trabalho foi digitalizado e está no acervo do Museu Afro-Digital da Universidade Federal do Maranhão.

Marise considera que o projeto foi realizado em 100%, e fala da importância da política cultural que viabilizou a realização do projeto a nível estadual.

A política cultural dos governos democráticos, permitiu visibilidade da força das cosmovisões que se manifestam culturalmente em festas, celebrações, conhecimentos ligados ao viver e produzir sua vida, em organizar o tempo e educar gerações que se seguem. Um grande avanço para o Brasil.

Neste segundo trabalho analisado, o CD-livro e Canal Youtube “O Que É O Que É? Infâncias Kalunga” (Barbosa, 2018), encontrei formas de viver infâncias em diferentes gerações e a sua exposição contribui com a questão da educação local, com a cultura tradicional dos Kalunga e a educação formal. Por exemplo os espaços para o trabalho desenvolvidos pelas crianças como espantar os pássaros das roças de arroz quando esses soltam os cachos e os atraem. Trabalhos que envolvem o desenvolvimento da responsabilidade das crianças como parte dos valores civilizatórios na formação da pessoa. Não se trata de prioridade para a produção da subsistência, mas do diálogo da cultura tradicional com a educação formal. Muitas mestras relataram que cantavam e inventavam brincadeiras enquanto espantavam pássaros; os “periquitos”.

Um exemplo de impacto na comunidade: Como apresentação artística durante o lançamento do Museu Iaiá Procópio, um grupo de jovens apresentou a *Dança do Boilé*, que há tempos não se dançava. Dona Santina da comunidade *Saco Grande*, sempre dançou, ensinou e conduziu essa dança, que com sua morte, perdeu o dinamismo. O CD-livro e Canal Youtube “O Que É O Que É? Infâncias Kalunga” (Barbosa, 2018) contém um repertório de versos cantados no Boilé que é o resultado da pesquisa em diferentes comunidades, e que foi referenciado para que os jovens conhecessem os versos, retomassem a dança e o canto.

As formas de falar presentes nas entrevistas e expressas pelos contadores de histórias, disponíveis no Canal Youtube do mesmo nome, têm sido utilizadas pela Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília para o estudo das variações linguísticas. Uma das professoras Kalunga formada pela mesma licenciatura admirou-se com o alcance que um trabalho com a música pode ter; uma relação com a memória.

No texto em epígrafe no início do livro, uma mestra fala que por aquele livro, os seus *teterenetos* irão reconhecê-la e valorizá-la pois lá está a sua foto e também de todas as pessoas que levaram a sua fala para o livro.

Esse foi uma ação que teve o seu início em sala de aula de música na Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília e teve, como articuladoras locais da pesquisa nas comunidades, as ex-alunas da autora.

Esses são exemplos de trabalhos que embora não tenham reconhecimento formal como ações de Salvaguarda, têm estreito diálogo com essa proposta e têm impactos como os aqui relatados brevemente, dentre muitos outros. São um espaço de preservação e valorização do património alcançados no campo da prática, mas que merecem total atenção e reconhecimento.

### 3.2 Estudo de caso da experiência de salvaguarda do Património imaterial na cidade de Cacheu

Para compreender o caso do Memorial da Escravatura utilizei bibliografia e documentos institucionais indicados pelo Dr. Claudio Arbore, um dos idealizadores do Memorial, e a entrevista a Alonso Cassama, atual presidente do Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro, além de relatórios concedidos por uma pessoa do Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF).

A escolha pelo caso do Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro em Cacheu deu-se na perspectiva de relacionar a experiência com o Património Imaterial em consonância com o novo modelo de museologia social<sup>58</sup> reconhecendo a importância da memória oral e o envolvimento da comunidade aonde o museu está instalado na coleta e preservação de memórias do património de uma época que também teve importantes componentes imateriais durante sua existência, as tradições, as músicas de trabalho, o modo de fazer estavam presentes e ainda permanecem, mesmo que em mudança constante. Assim como nos esclarece Arbore quando aponta um dos objetivos do Memorial, em:

“O projeto Cacheu Memorial da Escravatura visa a valorização do património cultural tangível e imaterial também com o objectivo de promover e dinamizar o desenvolvimento local, através da economia da cultura e de práticas turísticas incipientes, desde diaspóricas. isso e internacional para os locais. A dinamização dos recursos locais por meio de renovadas cadeias culturais e produtivas visa desenvolver um atrativo turístico consciente. O turismo em Cacheu, através da identidade e promoção cultural que a memória veicula, torna-se a dimensão em que os recursos territoriais são valorizados e o património local assume, para além do valor científico e cultural, relevância económica e social”.

(Arbore, 2018: 96).

---

<sup>58</sup> Esta perspectiva da nova museologia insere-se nas dimensões do desenvolvimento comunitário: “uma dimensão doutrinária pela implícita filosofia personalista que defende; uma dimensão teórica pelos pré-requisitos de análise sociológica e económica a que se obriga; uma dimensão metodológica pelos propósitos de mudança planeada que defende; finalmente uma dimensão prática pelas consequências que a sua aplicação tem no terreno, tanto pela implicação das comunidades no processo do seu próprio Desenvolvimento como pela alteração das práticas profissionais a que obriga.” (Carmo, 2007, p.84 *apud* Barreto e Santos, 2013:407).

Outro fator que chama a atenção com relação ao tratamento dado a museologia social no que tange ao património imaterial no Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro refere-se ao aspeto de envolvimento da comunidade local, relatado também no texto de Arbore:

Um dos princípios norteadores do projeto foi estimular e nutrir as duas narrativas ligadas à escravidão, a historiográfica com os métodos de investigação histórica e arqueológica e a propriamente memorial, que se alimenta das várias histórias, mas que as atualiza e reelabora à sua maneira. Com efeito, a relação entre história e memória se constrói a partir de contínuas seleções e recomposições de informações, categorias, imagens, códigos quase sempre mediados pela palavra proferida, como ato público ou privado, que no nosso estudo de caso renova a tradição de oralidade do negro africano em formas frequentemente novas. A Cacheu, a dimensão espacial da memória é alimentada por dinâmicas apropriativas do discurso das comunidades locais nas formas criativas da arte, da palavra

cantada, da música e das danças, ou da palavra narrada aos microfones das várias rádios comunitárias de região. Um papel particular de mediação cultural entre as duas dimensões da narração, histórica e memorial, é desempenhado pelos “guias culturais” do projeto. São jovens, residentes ou originários de Cacheu, que concluíram a escolaridade obrigatória e estão a participar num curso de formação para desempenharem funções de guias junto dos visitantes e animadores culturais das comunidades residentes. (Arbore, 2018:93-94).

Sendo assim, conhecer esta experiência e avançar com este estudo de caso deu-se no sentido de investigar a dependência estrutural, das organizações (ONG's) e seus atores para aceder a recursos, sejam nacionais ou internacionais. Tal observação é relatada por Arbore no trecho a seguir:

Em nosso estudo de caso, a ONG publicitária está substituindo o Estado na produção da retórica "nacional" e da política da memória, mas atuando como um ator transcalar que consegue construir relações entre as diferentes escalas do projeto memorial, de local, com a comunidade de aldeia ou bairro, à transnacional. No que diz respeito à memória da escravatura, por exemplo, o quadro transnacional está dividido em pelo menos três níveis.

- i) comunidade regional da África Ocidental (Île de Gorée, Senegal; Cidade Velha, Cabo Verde; Boké, Guiné Conakry); ii) Comunidades afrodescendentes da diáspora escrava (comunidade quilombolas 5 do Estado do Maranhão, Brasil);

iii) comunidade de diáspora migratória (associações de migrantes bissau-guineenses em Portugal e França) - restaurando apenas parcialmente a complexidade das redes e processos que atuam na definição da identidade, que só podem ser plurais. Também podemos sublinhar a dimensão transnacional das comunidades e estruturas que se valem da retórica memorial do tráfico para alimentar discursivamente a retórica de sua própria identidade, assim como é importante destacar mais uma vez a capacidade das ONGs de intercetar dinâmicas globais e se tornarem interlocutoras para programas ou projetos internacionais, como os ligados à valorização da história e da memória do tráfico, promovidos por agências como a UNESCO com seu projeto “A rota do escravo o a União Europeia com os seus programas de apoio a projetos de valorização do património cultural. (Arbore, 2013; 2017 in apud Arbore, 2018: 91).

### 5.2.1 O Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro

O projeto Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro, em Cacheu, foi possível mediante a colaboração entre a ONGD guineense Ação para o Desenvolvimento (AD), a Associazione

Interpreti Naturalistici (AIN), de Itália, a COAJQ, Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros, com sede na Região de Cacheu, e a Fundação Mário Soares, de Portugal. Destaque-se o apoio inicial da UNESCO, o financiamento prestado pela União Europeia, pela AD-Ação para o Desenvolvimento e pela Fundação Mário Soares e ainda o patrocínio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa do seu Alto Patrocínio.

Em entrevista com Claudio Arbore, Presidente da AIN - Associazione Interpreti Naturalistici torna-se clara a importância e a saudade de quem sonhou este Memorial, o Eng.º Carlos Schwarz, conhecido como “Pepito” por todos, responsável por realizar em 2010 o 1.º Festival Quilombola em Cacheu, com apoio da União Europeia no âmbito do projeto Percurso dos Quilombos, que procurou produzir diálogos interculturais possíveis entre quilombolas brasileiros(as), guineenses e cabo-verdianos, de acordo com relatório, produzido por Verônica Maria da Silva<sup>59</sup>, que relata:

“Uma das principais motivações da viagem residiu no anseio que os quilombolas tinham de conhecer suas origens e de poder encontrar seus irmãos e irmãs mais próximos de seus antepassados que foram escravizados no Brasil, além de terem a oportunidade de voltar ao seu local de morada (Maranhão/Brasil) e contar aos que aqui ficaram o que conheceram e (re)conheceram além-mar. Outro importante objetivo da viagem foi a difusão da cultura quilombola e da visibilização, além das fronteiras brasileiras, da realidade política da luta quilombola pelo direito aos seus territórios”.

Reafirmando a importância do território como afirmação de identidade, Claudio Arbore reitera ainda que foi nesta época que surgiu a ideia de se fazer o memorial:

“A própria ideia de fazer o memorial amadureceu em 2010 graças a essa capacidade de atuação no marco de um projeto internacional anterior que permitiu a uma delegação de afrodescendentes dos quilombos do Estado do Maranhão visitar Cacheu por ocasião do primeiro Festival Cultural Quilombola”.

O catálogo Memorial da Escravatura, 2016<sup>60</sup> expõe o que mobiliza a história deste espaço de resistência e memória na preservação de momentos, artefatos e fatos de um período da escravatura que requer mais estudos e esclarecimentos a cada dia. Mesmo forçados a abandonarem a sua identidade os escravizados a carregavam como descreve Isabel Castro Henriques, no prefácio do Catálogo Memorial da Escravatura:

“Arrancados ao seu espaço familiar, social, religioso, cultural, territorial, os Africanos escravizados foram transferidos para outros mundos, onde a sua utilização constituiu um fator

---

<sup>59</sup> Doutoranda em Ecologia Humana e Educação Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisadora para o projeto “O Percurso dos Quilombos: de África para o Brasil e o retorno às origens”.

<sup>60</sup> Memorial da Escravatura e Tráfico Negreiro (2016).

económico decisivo de criação de riqueza, levando também ao aparecimento de novas formas culturais, que irromperam e marcaram o mundo. O negreiro e o escravagista, interessados na vertente económica do escravo, não puderam eliminar culturas, valores, divindades que os homens carregavam consigo e que lhes permitiram sobreviver, resistir e reconstruir identidades inéditas em espaços hostis e violentos”. (Memorial da Escravatura e Tráfico Negro, 2016:05).

Num artigo de Barreto & Santos (2013) fica clara a perspetiva baseada nos princípios da UNESCO e mesmo na perspetiva inicial de construção do Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro, bem como a linha estratégica da AD-Ação para o Desenvolvimento, uma das instituições parceiras:

“Efetivamente, este projeto, numa perspetiva de construção de uma identidade nacional, procura potenciar a diversidade cultural étnica enquanto fator de paz, desenvolvimento e unidade nacional. A promoção da convivência interétnica exige que este projeto promova metodologias inclusivas, em que as expressões culturais diversas sejam apreciadas pela sua qualidade intrínseca e possam ser apropriadas pelas diferentes etnias, já que “a valorização da cultura por aquilo que ela tem de global e universal, de beleza e conteúdo, levará todos e cada um a melhor apreciarem e adotarem as manifestações artísticas de grupos sociais que não são necessariamente os seus.” (MC, 2012 *apud* Barreto e Santos, 2013:415)

Havia expectativas em relação às potencialidades do memorial: “Assim, espera-se que o Memorial dinamize a atividade económica da região e que seja promotor de desenvolvimento local, criando trabalho no âmbito das atividades culturais que serão promovidas pelo Memorial, bem como pela oportunidade de promoção de outras atividades paralelas como o pequeno comércio, desenvolvimento da rede de transportes, reconstrução de habitações para alojamento de visitantes, aparecimento de restaurantes e desenvolvimento do artesanato”. (Barreto & Santos, 2013).

Em entrevista ao atual Presidente Cambraima Alonso Cassama sobre os projetos existentes no Memorial observei a presença da UNESCO na maioria das iniciativas, reiterando a perspetiva de maior intervenção da instituição em África do que no Brasil. Sobre esta participação, Cassama relata que “o inventário sobre património cultural e imaterial do Memorial é financiado pelo UNESCO”. E conta ainda a sua experiência antes de assumir a presidência do Memorial:

“Iniciei o meu trabalho com a recolha de tradição Manjaco, como investigador de uma organização académica juvenil. Isso aconteceu desde o ano 2008, com o objetivo de resgatar os valores culturais de grupo étnico Manjaco que estava em extinção”.

De acordo com Cassama (Anexo A) a experiência adquirida na formulação e constituição do projeto ultrapassou a sua expectativa, como relata:

“A minha experiência ultrapassou a expectativa que tinha no início, mas foi boa até ao ponto de assumir o Museu de Memórias da Escravatura. O projeto decorreu com êxito, desde recolha das informações, produção dos relatórios, construção de memorial, musealização e gestão do memorial.”

O presidente Cassama também relata alguns obstáculos demonstrando a importância de conhecer o campo de atuação para se conseguir alcançar os objetivos com mais precisão:

“as minhas dificuldades eram a integração no campo, tendo em conta meios de trabalho, dificuldades da língua, inicialmente era a não cooperação por parte da comunidade”.

A importância do projeto para a salvaguarda do património imaterial guinense é destacada por Cassama a seguir:

“O projecto contribui imenso para salvaguarda de património cultural imaterial, desde recolha de músicas, a língua Cobia, Manjaca e a dança tradicional cathitram, a música da tina e outras. E ainda contamos com o reconhecimento da UNESCO que está a tentar desenvolver atividades para esta região ser reconhecida como zona de reserva de património cultural”.

O presidente destaca ainda a importância do projeto para Cacheu e para toda a Guiné-Bissau:

“Com a dinâmica de dois projetos em Cacheu, Caminho de Escravos e Cacheu di si cultura i istoria, pode haver o desenvolvimento da rádio comunitária, de hotéis, restaurantes, bibliotecas entre outros”.



## 4. Considerações finais

Nos caminhos percorridos no processo desta pesquisa e com as reflexões advindas daí, posso afirmar que muito ainda há para ser feito no campo da salvaguarda do patrimônio imaterial, tanto na Guiné-Bissau, quanto no Brasil.

Trouxe dois estudos de caso de ações de salvaguarda do patrimônio imaterial na Comunidade Quilombola Kalunga, no Estado de Goiás no Brasil, o “Museu Iaiá Procópio” e o CD-Livro “CD-Livro e canal de Youtube O que é o que é: infâncias kalunga” e ainda no “Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro”, em Cacheu, na Guiné Bissau.

As duas situações funcionam de forma distinta, sendo as ações, no Brasil cobertas por legislações de estado que subsidiam sua realização e consolidam uma certa independência de execução dos atores, mesmo em cooperação com alguns agentes externos, mas na maioria das vezes a ação passa pela análise e envolvimento local, desde sua idealização até à conclusão.

No Brasil vemos o resultado de 2 políticas culturais de salvaguarda do patrimônio a atuarem, uma no âmbito federal e outra no âmbito estadual. Mas, na Guiné-Bissau, mesmo que de forma diferente, com uma dinâmica mais dependente da cooperação entre Organizações Não Governamentais e a própria população, as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial foram realizadas. Uma grande ação foi possível graças à recuperação de um espaço físico e de criação de logística para o seu funcionamento. Veio mostrar uma forma real de sobrevivência do patrimônio museológico imaterial. Trata-se de histórias e memórias recolhidas durante o processo de reconhecimento e institucionalização do Memorial, tendo a UNESCO apoiado esta atuação.

Mas há riscos: a criação de dependências e a subalternização de instituições da organização civis a um mercado de bens culturais de entretenimento e a dependência cada dia maior do estado ou da cooperação internacional, como é na situação da Guiné-Bissau e outros países do continente africano.

Este trabalho mostra uma realidade ainda à margem das proposições internacionais da UNESCO, mas com indicações importantes, especialmente no Brasil, quando governos locais viabilizam políticas de salvaguarda possíveis, mesmo que ainda haja muito por torna-las acessíveis.

Um dos objetivos deste trabalho é despertar-nos para a reflexão de qual é o nosso lugar como interlocutores, como proponentes ou como pessoas que usufruem das políticas, sociabilizando-as, ajudando na descentralização ou denunciando casos em que vemos ser privilegiados grupos específicos quando a política deveria ser pública, e não privada.

Mais claro ainda ficou a compreensão de que a riqueza e diversidade cultural do povo de origem africana resiste na sua ancestralidade e reflete nas lutas no campo político, cobrando dos governos e rompendo com estruturas racistas e coloniais. Seria pretensão minha abordar todas as contribuições dos negros escravizados e dos seus descendentes no Brasil para a cultura, e ainda contando com o fluxo transnacional das interações da população negra da diáspora africana.

São necessárias mais ações descentralizadoras e que envolvam os protagonistas desde a sua concepção à realização e finalização dos projetos, ações e políticas culturais, pois, quando a comunidade é envolvida em todo o processo de consulta ou mesmo idealização o resultado tem parecido ser mais satisfatório.

No caso brasileiro há políticas instituídas e algumas delas garantem uma continuidade na realização de ações de salvaguarda em campos específicos do património imaterial. Um exemplo é a premiação aos Mestres da Cultura Popular, incluindo ações afirmativas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana, conforme listamos na Cartilha (ANEXO C).

Na Guiné-Bissau não foi possível identificar uma política pública de salvaguarda já consolidada. O país está em processo de organização e estruturação do órgão que provavelmente assumirá esta responsabilidade, que é a Secretaria de Cultural da Guiné Bissau, conforme apresentação e reflexão no Capítulo II. Também não identifiquei políticas elaboradas ou direcionadas para o património material. Essas envolveriam ações direcionadas ao Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro, podendo ser foco de reivindicação durante as Conferências regionais, ficando aqui este apontamento.

Verifica-se ainda que os documentos oficiais não se encontram disponíveis de forma organizada em algum portal institucional do governo, também não identificamos uma instituição pública ou privada que sistematize informações sobre o setor cultural, nem mesmo do património material ou imaterial, sendo difícil tratar sobre o tema.

Mesmo que de forma superficial trouxemos questões fundamentais para a compreensão do distanciamento que as duas realidades enfrentam devido as estruturas que preservam resquícios sistémicos da memória colonial e um histórico perverso da concepção de raça mantido por tantos séculos, especialmente no caso do Brasil e Guiné-Bissau refletindo na necessidade de um olhar mais amplo e cuidados para as políticas de salvaguarda desta memória imaterial.

Quando o racismo estrutural não proporciona acesso a oportunidades de captação de recursos, por exemplo, pois o texto dos editais fica reservado a profissionais experientes, ou mesmo quando um edital exige uma burocracia fora do alcance das pessoas singulares exigindo que a candidatura só pode ser formalizada por uma ONG. Exemplo disso é quando se muda as regras, aceitando vídeos e áudios gravados por mestres, no caso do Prêmio das Culturas

Populares, desburocratizando o acesso, promovendo a inclusão. São poucas as políticas que possibilitam estes arranjos, mas para um maior acesso essas são totalmente fundamentais. Toda a complexidade dos patrocínios ou doações que demonstram desconfiança na capacidade que a pessoa singular ou a organização de menor capacidade financeira têm de cumprir as regras dadas pela matriz colonial do poder, que reserva o universo das captações e realizações de projetos para quem domina o mundo das discussões ou da capacidade de oferecer tantos papéis, certidões e provas de capacitações técnicas, etc.

É inegável a importância do reconhecimento mundial, e também o é a existência de reconhecimento interno das ações que demonstrem potência de transformação social e de repercussão na vida de grupos sociais. O reconhecimento internacional, ao se aliar à essa repercussão interna, permite a ampliação dos efeitos entre os sujeitos sociais e as esferas do Estado.

Mantêm-se aqui algumas questões que sugerimos para estudos futuros, entre elas a temática da museologia social encontrado nas duas realidades, tanto no Museu Iaiá Procópia quanto no Memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro; e o acompanhamento do atual projeto de elaboração da carta da política nacional da cultura, patrocinado pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), proposto pelo novo Secretário de Estado da Cultura da Guiné-Bissau.

## Referências Bibliográficas

### *Legislação*

- Brasil (1975). Política Nacional da Cultura (1975). Acedida a 10/07/2020. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7834/1/753%20Politica%20nacional%20de%20cultura%201975.pdf>
- Brasil (1988). Constituição de República Federativa do Brasil de 1988. Consultado em 03/04/2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)
- Brasil, 2000. Decreto n.º 3551, de 4 de agosto de 2000. Consultado em 20/05/2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)
- Brasil (2004). Portaria n.º 156, de 06 de julho de 2004 - Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Consultado em 10/07/2020. Disponível em: [http://www.feambra.org/feambra\\_sys/conteudo/legislacao/portaria-156-de-2004.pdf](http://www.feambra.org/feambra_sys/conteudo/legislacao/portaria-156-de-2004.pdf)
- Brasil (2006). Decreto Legislativo 485/2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2006/decretolegislativo-485-20-dezembro-2006-548645-convencao-63819-pl.html>
- Brasil (2014). Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Lei 13.018. Acedida em 13/08/2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm)
- Brasil (2007). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê Quilombos* [Material de subsídio para a definição pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural de uma ação do IPHAN no que tange ao tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.] Rio de Janeiro, 2007. 155 p.
- Brasil (2007). Processo n.º 1.304-T-90 [Referente ao tombamento do Quilombo Vão-do-Moleque, Cavalcante/GO]
- Ceará (2003). Assembleia Legislativa do Ceará. Lei 13.351, de 22.08.03. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/13351.htm>
- Ceará (2006). Assembleia Legislativa do Ceará (2006) Lei 13.842, de 27.11.06. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/5087-lei-13-842-de-27-11-06-d-o-de-30-11-06-proj-lei-n-6-871-06-executivo>.
- Goiás (2006). Governo do Estado de Goiás. Lei 15.633, de 30 de Março de 2006. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/79675/lei-15633](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/79675/lei-15633)
- Goiás (2012). Governo do Estado de Goiás. Decreto n.º 7.610, de 07 de Maio de 2012. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/65477/decreto-7610](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/65477/decreto-7610)

### *Convenções*

- UNESCO. (2020). Orientações Técnicas da UNESCO. Consultado em 30/04/2020. Disponível em: (en) <http://whc.unesco.org/en/guidelines/> (fr) <http://whc.unesco.org/fr/orientations/>
- UNESCO. (2012). Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Consultado em 20/07/2020. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.pdf>
- UNESCO (2005). “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”. Acedida a 10.06.2020, em [https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao\\_sobre\\_a\\_proteccao\\_e\\_a\\_promocao\\_da\\_diversidad\\_e\\_das\\_expressoes\\_culturais.pdf](https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao_sobre_a_proteccao_e_a_promocao_da_diversidad_e_das_expressoes_culturais.pdf)

- UNESCO (2003). “Convenção para a salvaguarda do Património cultural imaterial”. Paris, 17 de outubro de 2003. Consultado em 10/06/2020. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.
- UNESCO. (2003). Resolução 57/249. Acedida a 10/07/2020. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/57/249>.
- UNESCO. (2001). “Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático.” Consultado em 10/06/2020. Disponível em: [http://www.unesco.org/culture/por/heritage/laws/conv\\_patsubaqu\\_portu.pdf](http://www.unesco.org/culture/por/heritage/laws/conv_patsubaqu_portu.pdf)
- UNESCO (2000). Living Human Treasures: a former programme of UNESCO (s.d.). Disponível em: <https://ich.unesco.org/es/tesoros-humanos-vivos>
- UNESCO (1972). “Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”. Consultado em 20/07/2020. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.
- UNESCO (1966). Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-coopcultural.pdf>

### *Editais*

- Brasil (2018). Ministério da Cultura - Secretaria da cidadania e da diversidade cultural. Edital de seleção pública n.º 01, de 26 de abril de 2018 Culturas Populares: edição Selma do Coco. Consultado em 03/06/2020. Disponível em: <http://culturaspopulares.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2018/04/Edital.pdf>
- Goiás, (2016). Secretaria de Estado de Goiás - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte com o Conselho Estadual de Cultura do Fundo de Arte e Cultura de Goiás. Edital de Fomento ao Património Imaterial – Cultura Popular 06/2016 – Fundo Cultural. Consultado em 03/06/2020. Disponível em: <https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/editais-fac/>.
- Subvenções PROCULTURA (2020). Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos/subvencoes-procultura>

### *Livros*

- Almeida M. G. (2012). Identidades Territoriais em Sítios Patrimonializados: Comunidade de Quilombolas, os Kalunga de Goiás. Antropologia e Patrimônio Cultural. Brasília: ABA, 245-264.
- Almeida, Silvio Luiz. (2019). Racismo estrutural - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro).
- Arruti, J. M. (2008). Quilombos. IN: Raça: Perspetivas antropológicas. (Org. Osmundo Pinho). ABA/ Ed. Unicamp / EDUFBA.
- Baiocchi, M. D. N. (2010). KALUNGA: histórias e adivinhações. 1. ed. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira. v. 1. 90p.
- Baiocchi, M. D. N. (1999). Kalunga: povo da terra. Brasília: Ministério da justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. 123 p.
- Baiocchi, M. D. N. (1983). Negros de Cedro:(estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás) (Vol. 97). Editora Ática.
- Cabral, A. (1974). Guiné-Bissau: Nação africana forjada na luta. Lisboa: Publicações Nova Aurora.
- Cabral, A. (1974). Alguns princípios do partido (Vol. 9). Lisboa: Seara Nova. Consultado em 20/10/2020. Disponível em: [https://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/amilcarcabral\\_algunsprincipiosdopartido.pdf](https://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/amilcarcabral_algunsprincipiosdopartido.pdf)
- Fanon, Frantz. (2008). Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA.
- Geertz, C. (2008). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC.

Gullar, F. (1965). *Cultura posta em questão* (Vol. 81). Editora Civilização Brasileira.

Ministério da Educação e Cultura. (1975). *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação. Acedido em 20/10/2020. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7834/1/753%20Politica%20nacional%20de%20cultura%201975.pdf>.

Ortiz, R. (2002). *Mundialização e cultura*, São Paulo, Brasiliense, 2000. Rainho, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*, Brasília, Editora UNB.

#### *Artigos*

Arbore, Claudio. (2018). *Pratiche memoriali, identità territoriale e sviluppo locale in Guinea Bissau in Mondi in movimento Ricerca e social engagement all'Università iulm*. A cura di Massimo de Giuseppe ed Emma Zavarrone. Carocci editore. p. 87-98.

Baiocchi, M. D. N. (1996). *Kalunga e Barreirinho: Mi-soso, Malunda, Ji-sabu, Ji-nangongo, Mi-embu, Maka*. Comunicação apresentada a XX Reunião da ABA e I Conferência sobre relações étnicas e relações raciais na América latina e caribe. Salvador: 1996, p. 139-152.

Baiocchi, M. D. N. (1984). *Kalunga-Liberdade e Cidadania*. Revista do ICHL, 4(2), 219-224. Barbosa, M.G. (2018) *O que é o que é? Infâncias Kalunga*. 1. Ed. Goiânia.

Baiocchi, M. D. N. (1986). *Calunga—kalumba: universo cultural*. Revista Do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, 11, 75-85.

Barreto, A., & Santos, F. (2014, June). *Memoriais culturais e históricos como promotores do desenvolvimento: os memoriais de Guiledje e Cacheu na Guiné-Bissau*. In *African Dynamics in a Multipolar World: 5th European Conference on African Studies—Conference Proceedings* (pp. 405-417). Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Cacheu, Caminho de Escravos (2014). *Objetivos do Memorial de Cacheu*. Consultado em 28 de novembro de 2020. Disponível em: [http://cacheu.adbissau.org/?page\\_id=68](http://cacheu.adbissau.org/?page_id=68).

Calabre, L. (2005). *Política cultural no Brasil: um histórico*. Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 9-21. Consultado em 27/09/2020. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>.

Correia, M. D. C. B. (1999). *A observação participante enquanto técnica de investigação*. Pensar enfermagem, 13(2), 30-36. Consultado em 15/08/2020. Disponível em: [http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009\\_13\\_2\\_30-36.pdf](http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf)

Dallabrida, V. R. (2020). *Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais*. Desenvolvimento em Questão, 18(52), 12-32.

Escobar, Arturo, “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento?”, in Edgardo Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e as ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colection Sur Sur, CLACSO, setembro 2005, 133-168.

Fernandes, C. R. (2015). *O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste do Goiás*. Interações (Campo Grande). Dez. 2015, vol.16, no.2, p.421-431. ISSN 1518-7012. Consultado em 20/08/2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v16n2/1518-7012-inter-16-02-0421.pdf>.

Leite, I. B. (2008). *O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais*. Revista Estudos Feministas, 16(3), 965-977.

Maldonado-Torres, N. (2006). *Pensamento crítico desde a subalteridade: os Estudos Étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI*. Afro-Ásia, (34).

- Marinho, T. A. (2008). Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque. 2008. 208 f (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia).
- Martins, H. (2014). Kalunga ganham posse definitiva de parte do território de Goiás. Consultado em 17/09/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-09/comunidade-quilombola-kalunga-recebe-31-mil-hectares>
- Mudimbe, V. Y. (1988). *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*, London, James Currey. [Trad. port.: *A Invenção de África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*, Luanda, Edições Mulemba, Mangualde, Edições Pedagogo, 2013].
- Mónico, L. S., Alferes, V. R., & Castro, P. A. (2017). A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales*, (Vol. 3). Atas.
- Rocha, G. D. F. F. (2010). A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. e-cadernos CES, (07). Consultado em 08/10/2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/417#tocto1n2>
- Rubim, A. A. C. (2007). Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*. ISSN 1982-2553, (13), 101-113. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641239008.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.
- Schmitt, A., Turatti, M. C. M., & Carvalho, M. C. P. D. (2002). A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Campinas, Ambiente & Sociedade*, (10), 129-136.
- Spradley, J. P. (1980). *Participant observation*. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Thompson, J. B. (2000). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: *Vozes*.
- Trajano Filho, W. (2008). O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau. *Revista de Antropologia*, 233-266.
- Trajano Filho, W. (2012). Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas de identidade*. Salvador: EDUFBA, 11-40. Universidade de Brasília.
- Trajano Filho, W. (2016). O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação. *Estudos Ibero-Americanos*, 42(3), 913-943. Porto Alegre.
- Ungarelli, D. B. (2009). *A comunidade quilombola kalunga do Engenho II: cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes*. 92p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- Vianna, Hermano (2005), “Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras”, *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*, n.º 32 “Patrimônio imaterial e biodiversidade”, 303-315.
- White, L. A., & Dillingham, B. (2009). *O conceito de cultura*. Contraponto.

### *Webgrafia*

- Entrevista ao Secretário da Cultura da Guiné-Bissau quer crioulo guineense como língua oficial. (2020). Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1705191>
- Facebook Vozes de Mestres. (2020). Entrevista a Procópio dos Santos Rosa (Iaia Procópio). (Vídeo) Consultado em 09/07/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/vozesdemestres/videos/599750783969343>
- PAIGC 2020. Entrevista do Secretário de Estado da Cultura da Guiné-Bissau, António Spencer Embaló. (2019, 7 de Agosto). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=752942871827787>

- Secretaria do Estado da Cultura de Guiné-Bissau. (2020, 14 de Julho). *Novo LEMA da Secretaria de Estado da Cultura. A afirmação da nossa identidade cultural depende de cada um de nós*. Disponível em: <https://www.facebook.com/102617111506151/photos/a.135372221563973/135372181563977>
- Secretaria Especial da Cultura - Ministério da Cidadania. (2018). A arte de curar com ervas medicinais: conheça a mestra Neide das Ervas. Consultado em 05/10/2020. Disponível em: <http://cultura.gov.br/arte-de-curar-com-ervas-medicinais-conheca-a-mestra-neide-das-ervas/>.
- UNESCO, 2013. Década Internacional para a Aproximação das Culturas (2013-2022). Consultado em 10/08/2020. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/noticias/decada-internacional-para-a-aproximacao-das-culturas-2013-2022-unesco-lanca-publicacao>.
- UNESCO, Constelação de elementos do Património Vivo, 2019. Consultado em 10/06/2020. Disponível em: <https://ich.unesco.org/fr/plongez>.

#### *Diversos*

- DENARP I - Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. (2005). Guiné-Bissau Consultado em: 10/11/2010. Disponível em: <https://pdf4pro.com/view/documento-de-estrat-201-gia-nacional-de-b91b8.html>
- Fundo Monetário Internacional - DENARP II - Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 2011-2015. Consultado em: 10/11/2010. Disponível em: <https://guinea-bissau.unfpa.org/pt/publications/denarp-ii-2011-2015>
- Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional. (1989). Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf> .
- Memorial da Escravatura e Tráfico Negro (2016). Disponível em: [http://www.fmsoares.pt/iniciativas/ilustracoes/iniciativas/2016/001210/Catalogo\\_Memorial\\_Escravatura.pdf](http://www.fmsoares.pt/iniciativas/ilustracoes/iniciativas/2016/001210/Catalogo_Memorial_Escravatura.pdf)
- Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka”. Guiné-Bissau 2025. Consultado em: 20/11/2020. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf>



## ANEXOS

## **Anexo A**

Quadro de entrevistas semi-estruturadas:

Entrevistado(a)	Função	Objetivos da entrevista	Data	Formato
BRASIL				
Procópio dos Santos Rosa (D. Procópio ou Iaiá Procópio)	matriarca e liderança Kalunga, idealizadora do Museu Iaiá Procópio	Conhecer o processo de idealização e criação do Museu Iaiá Procópio como ação de salvaguarda da memória e história do povo kalunga	02/08/2019	Presencialmente na comunidade e em seguida por Whatsapp para esclarecimento de alguma dúvida
Anderson Oliveira da Silva	Gerência de Projetos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Conhecer as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial kalunga no IPHAN	30/03/2020	Via e-mail institucional
Marise Glória Barbosa	Etnomusicóloga e idealizadora do Projeto "O que é o que é: infâncias Kalunga"	Conhecer o processo de idealização e criação do Museu Iaiá Procópio como ação de salvaguarda da memória e história do povo kalunga	01/06/2020	Via Skype, estando o Dr. Claudio na Itália e eu em Portugal
Keith Valéria Tito	Gerente de Museus, Bibliotecas, Instituto Goiano do Livro e Arquivo Histórico / Secult	Conhecer as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial através de políticas de Estado	07/10/2020	Via e-mail institucional
Lucilene dos Santos Rosa	Superintendente da Secretaria municipal de Igualdade Racial de Cavalcante	Conhecer outras ações de salvaguarda realizadas aquando de sua atuação na Secretaria municipal de Igualdade Racial de Cavalcante	17/11/2020	Via Whatsapp, estando a entrevistada no Brasil e eu em Portugal

GUINÉ-BISSAU

GUINÉ-BISSAU				
Dr. Claudio Arbore	Presidente da AIN - Associazione Interpreti Naturalistici e Professor de Políticas Territoriais e Ambientais da Universidade Iulm de Milão,	Conhecer o processo de idealização e criação do Museu da Escravatura e do Tráfico Negro	01/06/2020	Via Skype, estando o Dr. Cláudio Arbore na Itália e eu em Portugal
Paula Matos da Costa	Assessora para Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Guiné-Bissau	Compreender o cenário cultural da Guiné-Bissau e o envolvimento da Embaixada nas ações	14/10/2020	Via ligação Messenger do Facebook, estando a Paula na Guiné Bissau e eu em Portugal
Hermínia Ribeiro	Subdiretora de Projectos do Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF)	Conhecer o papel do Instituto Marquês de Valle Flor na criação do Memorial da Escravatura e do Tráfico	02/11/2020	Via Zoom, estando a Dra. Hermínia em Lisboa e eu em Portugal
Cambraima Alonso Cassama	Presidente do Memorial da Escravatura e do Tráfico Negro de Cacheu	Compreender o estado atual do Memorial e conhecer as ações de salvaguarda existentes	22/11/2020	Por e-mail, e em seguida conversas por Whatsapp, estando Cambraima em Portugal e em seguida por whatsapp na Guiné-Bissau
José Cornélio Gomes Correia	Chefe de Gabinete do atual Secretário de Estado da Cultura da Guiné-Bissau	Compreender o momento atual da política cultural na Guiné-Bissau	01/12/2020	Por telefone.

## **ANEXO A – Guião básico de entrevista**

### **BRASIL**

1. Existem projetos de salvaguarda do patrimônio imaterial realizados ou em andamento na Comunidade Kalunga? Se sim, pode, por favor, descrevê-los?
2. Dos projetos que descreve, a iniciativa da realização foi/é da comunidade? Se sim, o proponente é da comunidade? Se sim, pessoa física ou jurídica?
3. A elaboração do projeto foi feita pelo proponente ou por outra pessoa? Se foi feita por outra pessoa, foi uma pessoa da comunidade que escreveu?
4. Se não, foi necessário ajuda de alguém de fora da comunidade para elaborar o projeto?
5. Caso o projeto tenha sido apresentado por proponentes externos à comunidade, selecione uma opção:
  - 5.1 O projeto foi construído com a comunidade desde a elaboração, com consulta às suas necessidades.
  - 5.2 O projeto foi construído por terceiros, mas apresentado para a comunidade para ser executado em conjunto com a comunidade.
  - 5.3 O projeto foi apresentado à comunidade, mas executado por terceiros.
  - 5.4 O projeto foi realizado por terceiros sem a participação da comunidade.
6. Se houve agente externo, este recebeu algum recurso do projeto pela elaboração? Se sim, quantos por cento?
7. Após a aprovação do projeto, houve dificuldade de receber o recurso? Se sim, favor descrever quais foram.
8. Durante a realização do projeto houveram dificuldades? Se sim, quais?
9. A seu ver o projeto cumpriu quantos por cento o seu objetivo inicial, de 1 a 10%?
10. Quando da realização do projeto a comunidade foi envolvida em todas as etapas?
11. Descreva brevemente a importância do projeto para a comunidade. Quais foram os pontos fortes e os pontos fracos?
12. Dos projetos que participou/executou/elaborou algum deles envolveu patrimônio reconhecido pelo IPHAN ou pela UNESCO?
13. Se tem algum contributo ou crítica relacionados a esta política cultural, por favor, descreva aqui.
14. Outros aspectos que considere relevante enunciar e que não foram aqui referidos?

## GUINÉ-BISSAU

1. Você conhece, participa ou já participou de algum projeto de salvaguarda do patrimônio imaterial na Guiné Bissau?
2. Como começou a sua intervenção? Há quanto tempo?
3. Quais foram/são seus objetivos com este trabalho?
4. Pode descrever como foi a sua experiência ao longo deste tempo de projeto?
5. Quais foram as suas dificuldades?
6. O projeto contou com algum financiamento? Se sim, sabe dizer-nos qual?
7. Como decorreu? Ou como está a decorrer?
8. O seu projeto contribuiu ou contribui para a salvaguarda do patrimônio imaterial Guineense?  
Se sim, em que âmbito?
9. O projeto teve ou tem o reconhecimento da UNESCO? Qual a forma deste reconhecimento?
10. Considera alguma mudança na comunidade na qual o projeto foi implantado? Se sim, descreva, por favor.
11. Conhece alguma tradição ou modo de fazer, relativos ao patrimônio imaterial da Guiné Bissau que você considera relevante candidatar-se ao título de patrimônio imaterial da humanidade? Se sim, qual?
12. Outros aspectos que considere relevante enunciar e que não foram aqui referidos?

## **ANEXO B**

**Uma viagem pelo SerTão Kalunga**  
**Local: Comunidade Quilombo Kalunga**  
**Municípios: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina | Estado: Goiás**  
**Período compreendido entre: julho de 2013 a agosto de 2020.**



**Vista panorâmica do Vão de Almas, situado no município de Cavalcante, Goiás | Brasil**

Sertão, “lugar interior”, “entre terras”, “local distante do mar”, em sua derivação da África angolana. O seu vocábulo teria sido alterado para “celtão” e depois “certão” até adquirir a forma atual “sertão”. Outra versão atribui a palavra “sertão” ao étimo latino “desertanu”, utilizado para designar regiões interioranas, longe do litoral, porém não necessariamente de clima árido e que teria sido modificado para “desertão” e depois, apenas “sertão”, que provém da palavra deserto, lugar ermo, dando ideia também de lugar sem vida. Este Sertão, porém, não é um lugar destituído de vida. Muito pelo contrário! Cachoeiras e rios caudalosos trazem fartura e enchem os vales de vida. Veredas discretas, surgem silenciosas, cercadas de buritis. Um oásis nos ermos do Brasil Central, onde a palavra sertão emerge com grande força. Flora e fauna que ofertam remédio, cura e alimento. Um magnífico ecossistema que ainda se mantém vivo e preservado pelo modo de vida Kalunga. Ao explorar sabiamente os recursos naturais, os Kalunga se adaptaram a condições extremas. Nesse território isolado, a vida pulsa sob uma transitória inquietude. A natureza, além de bela é dura, rude, e os obstáculos naturais fazem parte do dia a dia das pessoas, trazendo dificuldades básicas como acesso, falta de energia e carência em setores como saúde e comunicação. Trecho escrito por Geovana Jardim, em SerTão Kalunga (2019).



Data: 09 de junho de 2020.

Atividade: Live promovida pelo projeto Vozes de Mestres em Portugal, com Mestra Dona Procópio | Assunto: Museu Iaiá Procópio | O patrimônio imaterial do povo Kalunga preservado através do Museu Iaiá Procópio uma iniciativa realizada através do recebimento de um prêmio promovido pela política pública nacional através do antigo Ministério da Cultura, hoje Secretaria.

Link de vídeo: <https://www.facebook.com/vozesdemestres/videos/599750783969343>

Imagens:

**Vozes de mestras da cultura popular**

Terça-feira . 09/06  
10h (BR) e 14h (PT)

**Vozes de Mestres**

Geovana Jardim convida

Bia, neta de Dona Procópio, escritora e professora, contará sobre o contexto histórico e o sítio histórico da comunidade Kaliunga

Dona Procópio falará sobre a Sussa, tradição cultural considerada sagrada, a origem do quilombo, a luta pelo território e a campanha para construção do Museu Procópio Iaiá

**VOZES DE MESTRES**

apoio

realização

REPÚBLICA PORTUGUESA  
CULTURA  
DRC ALENTEJO

Alcáçovas

A.M.A.T. Alentejo

Data: Entre 02 e 07 de agosto de 2019.

Atividade: Pesquisa de campo para coleta de informações sobre as políticas de salvaguarda existentes no quilombo e como estão a funcionar para o Mestrado em Estudos Africanos no ISCTE/Lisboa e para apresentação no projeto “Mestrado em Estudos Africanos” aprovado no Edital “Conexão – Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência” do FAC-DF que concedeu a bolsa de apoio na realização do primeiro ano da formação.

Patrimônio imaterial conhecido/pesquisado: Sussa, Museu Iaiá Procópia, 6 tipos de folias rezadas por Adão, Pagamento de promessa em festa popular.

Publicação realizada após visita de campo, que durou 5 dias, de 02 a 07 de agosto/2019

00713553410%3A1566755177

000713553410%3A1566755177

Geovana Jardim está em Comunidade Quilombola Kalunga, Chapada Dos Veadeiros, Goiás, Brasil.

10 de agosto às 16:50 · Cavalcante, Brasil · 🌐

Há um ano atrás estava no mesmo lugar que estive entre os dias 02 a 07 deste mês. Desta vez para aprofundar em minha pesquisa do Mestrado em Estudos Africanos, realizado no ISCTE-Lisboa, através do apoio do FAC-DF. Considero um presente da minha avó que resolveu nos deixar dia 19 de julho, me trazendo ao Brasil antes do previsto.

Este presente me proporcionou mais uma das experiências incríveis que o Brasil Profundo tem me proporcionado. Desta vez na companhia de 2 amigos de longa data, a Cris Maia e o Daniel Pantoja e o novo amigo Júlio Lopes, guiados pelas mãos divinas do folião Adão, da Contenda. Foram dias intensos de convivência com muita sabedoria Kalunga, o encontro com Dona Brada, que ao ouvir o Acauã despedia-se de Maria; a prosa na casa de Kita e Lió, o pouso na casa de Bia Kalunga, no dia seguinte a visita a Dona Procópia e o Museu que ela realizou a partir da premiação na 5ª edição do Prêmio Culturas Populares: Edição Leandro Gomes de Barros, cujo projeto elaboramos eu e Marise Barbosa. A caminhada até a Contenda com Adão e o pouso por lá, tendo passado pela casa de Toca... no dia seguinte o caminho para a chegada à capela, passando pela casa do pai da Kika, para a festa, que há muito tempo eu esperava estar presente, de Nossa Senhora das Neves. A entrega da folia, a Sussa, a reza, o mastro, o reencontro com Dona Luzia, uma mestra raizeira que me acolhe sempre quando nos vemos, cuidando de mim com suas ervas milagrosas... o pouso na casa de João e Santa, reencontros mágicos e permeados de um conteúdo que irei absorver neste próximo ano de imersão na escrita da pesquisa.

Gratidão eterna ao povo Kalunga por me alimentar com seu mais nobre alimento, a sabedoria ancestral que me conduz a um lugar de êxtase que só é possível experimentar diante da verdade.

Grata ao FAC-DF que me possibilitou estar no Mestrado por 1 ano com sua colaboração.

Espero um dia retribuir toda a grandeza desta oportunidade com algo tão sublime quanto o que vivo sempre que estou lá.

Aos amigos(as) que não pude visitar nesta vinda espero poder vê-los(las)

Espero um dia retribuir toda a grandeza desta oportunidade com algo tão sublime quanto o que vivo sempre que estou lá.

Aos amigos(as) que não pude visitar nesta vinda espero poder vê-los(las) em breve.

Amanhã embarco para o velho mundo... lá irei sentir cada momento destes dias por aqui, desde a despedida de minha avó materna até a visita aos Kalunga em forma de um ritual de passagem que nunca sairá da minha memória.

Fotos: Cris Maia, Daniel Pantoja, Júlio Lopes e Geovana Jardim

Projeto de pesquisa patrocinado pelo FAC-DF

#conexaoculturadf

Mais 22

8 comentários 1 compartilhamento



### Primeira ação proposta:

Para o compartilhamento da experiência final do projeto propus publicar em **cartilha simplificada das políticas culturais direcionadas aos povos afrodescendentes e o trabalho final**, com o aprofundamento do estudo sobre as políticas de salvaguarda da cultura afrodescendente e ainda as possibilidades de intercâmbio com a diáspora africana na construção de pontes de troca de conhecimento, compartilhando a rede de contatos criada durante esta formação.



Foto1: Dona Eva, parteira, ao fundo do lado direito, no carro. Foto2: Fiota e Zezinho. Lideranças do Vão de Almas.



Com Fiota, liderança que produz remédios, sabonetes medicinais da comunidade Kalunga, além de ser uma das dançarinas mais ativas da Sussa, no Vão de Almas.



Dona Procópio, liderança matriarca da Comunidade do Riachão, no município de Monte Alegre. Vencedora da 5ª edição do Prêmio Culturas Populares: Edição Leandro Gomes de Barros, inscrito por mim em parceria com a etnomusicóloga Marise Barbosa e o apoio da neta Bia Kalunga, com o qual criaram o Museu vivo Iaiá Procópio, ao qual fizemos uma visita.



## Museu Iaiá Procópio



Museu e Casa de Procópio dos Santos Rosa (Iaiá Procópio)



Fotos cedidas por Vanusa Nogueira Neves\_2018\_Riachão\_Fonte.







Adão e Dona Brada, lideranças da Contenda e do Tinguizal, Adão é mantenedor da tradição de cerca de 13 folias na comunidade e Dona Brada é rezadeira e uma das dançarinas da Sussa.



Seu Faustino, primeiro professor na escola do Vão de Almas e tocador de caixa das Folias. Dona Luzia, mestra das ervas medicinais na região do Vão de Almas, também dançadeira da



Data: 10 de agosto de 2018

Atividade: Gravação de série documental Bela Raízes

Patrimônio imaterial conhecido/pesquisado: Sussa, sabão de tingui, parteiras do quilombo  
Objetivo: Acompanhamento e produção local da série documental Bela Raízes de 13 capítulos de 13 minutos, na qual a gastrônoma é protagonista. Bela Gil, filha do ex ministro da cultura Gilberto Gil e grande conhecedora e difusora da alimentação saudável visita a Comunidade Kalunga conhecendo as curandeiras, raizeiras e lideranças femininas que mantêm tradições vivas. Trecho da experiência, com Fiota:

<https://www.facebook.com/watch/?v=1276494555851718&extid=660ZROXKlSA6r5h>

Registo da Sussa, dança tradicional, patrimônio imaterial kalunga, feito pela pesquisadora Geovana Jardim, no dia da gravação:

<https://www.facebook.com/100000713553410/videos/pcb.2032052726828493/2032043796829386>

A seguir algumas fotos:



Equipa de filmagem com as dançadeiras de Sussa na casa da Fiota que também produz sabão de pequi e faz muitos chás de ervas do cerrado





Set de Gravação da Sussa para gravação



Transporte da Fiota e outras dançarinas



Transporte de Dona Eva e a enfermeira Kalunga Milza Farias | Bela Gil, Milza a adolescente grávida e a parteira Dona Eva



Casa de Santa e João que nos receberam na casa deles para a equipe dormir e se alimentar durante 3 dias de trabalho.

Data: 10 de agosto de 2018

Atividade: Projeto “O que é o que é: Infâncias Kalunga”

Patrimônio imaterial conhecido/pesquisado: Várias Tradições relacionadas a cultura infantil, canções, danças, rodas, contos e brincadeiras.

Objetivo: Elaboração de orçamento e plano de trabalho, produção executiva.

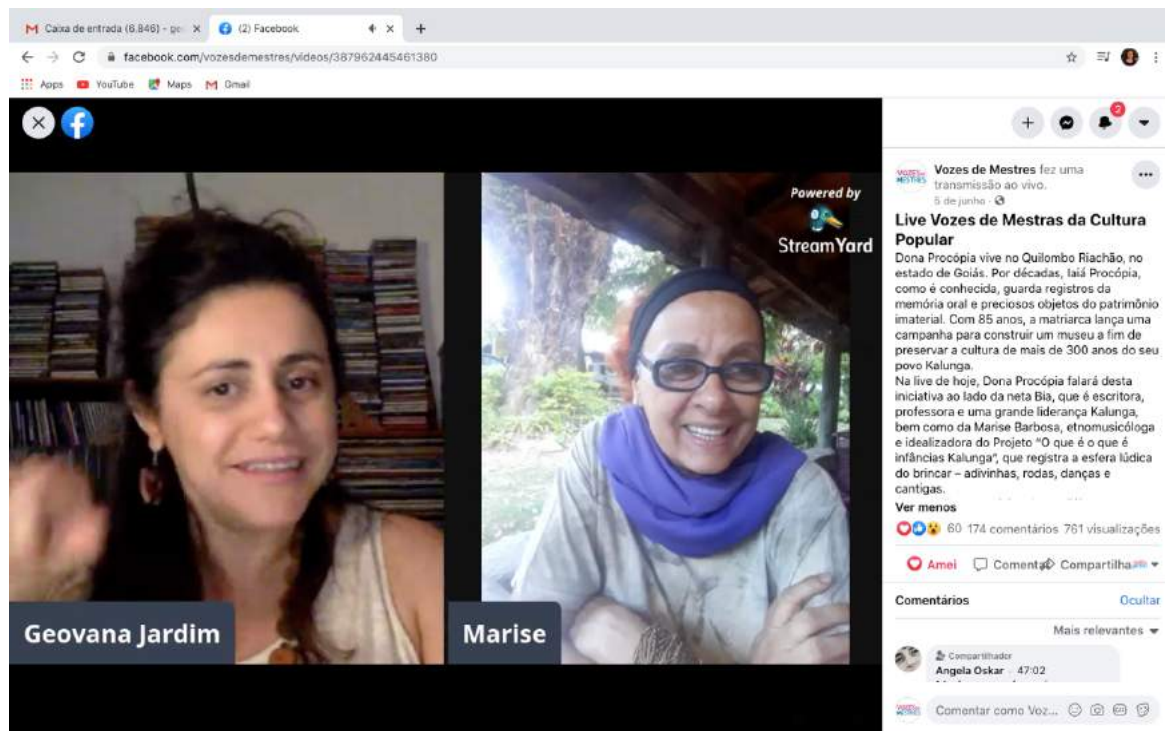
Canal web: <https://www.youtube.com/channel/UC9IDThcskX3FQHzkUaxcb8w>

Facebook: <https://www.facebook.com/infanciaskalunga>

Instagram: cultura.infanciaskalunga

<https://www.facebook.com/518505954898795/videos/387962445461380>

Live realizada com a pesquisadora etnomusicóloga Marise Barbosa, 05 de junho de 2020 sobre o projeto “O que é o que é Infâncias Kalunga”, que registra a esfera lúdica do brincar – adivinhas, rodas, danças e cantigas. Nesta live teríamos a presença de Dona Procópio para contar de perto a experiência de participação no projeto mas também da criação do Museu “Iaiá Procópio”, mas devido a uma dificuldade no Quilombo Kalunga, pois a rede é muito intermitente não conseguimos sucesso tendo este bate papo muito interessante com a musicista e realizadora deste projeto na Comunidade Kalunga, Marise Barbosa.



Imagens da realização do projeto “O que é o que é Infâncias Kalunga”, realizado no ano de 2018:





Data: 10 de agosto de 2018

Atividade: Projeto “O que é o que é: Infâncias Kalunga”

Patrimônio imaterial conhecido/pesquisado: Várias Tradições relacionadas a cultura infantil, canções, danças, rodas, contos e brincadeiras.

Objetivo: Elaboração de orçamento e plano de trabalho, produção executiva.

Canal web: <https://www.youtube.com/channel/UC9IDThcskX3FQHzkUaxcb8w>

Facebook: <https://www.facebook.com/infanciaskalunga>

Instagram: cultura.infanciaskalunga

O projeto SerTão Kalunga registro em 1 livro de mesmo nome, de com 112 páginas, imagens inéditas capturadas através da lente do fotógrafo André Dib, e legendas complementares, elucidativas, sob a cultura dos povos Kalunga, escritas por Geovana Jardim mostrando como vivem em comunidade e como se relacionam com os elementos da natureza. A proposta foi aproximar o Brasil deste outro Brasil profundo aos olhos de quem reconhece seu próprio olhar, tornando-se uma ponte entre o real e o imaginário deste povo, que de tão forte, culturalmente e historicamente, resiste até hoje, preservando seu modo de fazer e de viver com muita alegria, música, fé e amor no coração. O lançamento foi realizado a 16 de junho de 2018 além da realização de uma exposição na comunidade, registrando a doação de 30% dos exemplares e ainda o mesmo percentual das vendas para a Associação Quilombo Kalunga, parceira na realização do projeto, demonstrando assim o reconhecimento e a importância de envolver a comunidade em todo o processo, tanto na elaboração e execução quando foram contratados serviços internos da comunidade, bem como transporte, hospedagem e alimentação, uma ajuda financeira para cada pessoa fotografada e ainda o percentual de livros e ainda percentual financeiro na venda dos demais que foram comercializados pelo artista.





Equipa de realização e produção do Livro “SerTão Kalunga”



Devolutiva a comunidade do Quilombo Kalunga referente a fotos realizadas para o Livro SerTão Kalunga



Registro das visitas ao Quilombo Kalunga que confirmam a trabalho de campo iniciado desde 2013 pela pesquisadora tendo criado uma relação e um vínculo de pesquisadora e parceira no desenvolvimento de alguns projetos, desde esta época, nomeadamente a gestão de projetos no Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, nas edições de 2013 a 2015 - <http://www.encontrodeculturas.com.br/>.

Atividade: Participação no Evento TEIA da Cultura 2014 – Natal / Rio Grande do Norte / Brasil

TEIA Nacional da Diversidade – 5º Encontro Nacional dos Pontos de Cultura e das redes da diversidade que integram o Programa Cultura Viva. A TEIA 2014 tem o objetivo de fortalecer o exercício dos direitos culturais e promover a atuação cultural em rede.

Data: 20 de maio de 2014.

Patrimônio imaterial conhecido/pesquisado: Sussa, sabão de tingui, parteiras do quilombo

Atividade: Acompanhamento do grupo para a primeira viagem de avião de suas vidas.



Nesta primeira viagem de avião vemos nos rostos a sensação de resistência e resinificação do lugar de pertencimento a uma sociedade com uma estrutura basicamente racial. Aqui vivemos um grande momento de pulsação cultural e reconhecimento das comunidades tradicionais possibilitando sua participação em congressos e feiras nacionais, como é o caso da TEIA – Natal / Rio Grande do Norte / Brasil.

## Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros entre os anos de 2013 e 2015

O Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros é sobretudo um espaço para se pensar e se debater políticas públicas para povos e comunidades tradicionais. Com isso espera-se alavancar a economia dessas comunidades, inserindo-as socialmente e incluindo-as economicamente. A comunidade Kalunga é uma das envolvidas desde a primeira edição do encontro em 1999. Mas minha experiência de gestão e produção no projeto foi de 3 edições entre os anos de 2013 e 2015 e relato aqui as vivências com os Kalunga, que me fez aprofundar nesta realidade das políticas de salvaguarda na região.

Nos anos de 2013 a 2015 aconteceram os 3 Encontros Quilombolas como programação oficial do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros.

Representantes das 22 comunidades de descendentes de escravos já reconhecidas pelo estado de Goiás puderam debater, juntas, suas demandas e desafios. O encontro conta com a parceria, também, da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge e da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção de Igualdade Racial de Goiás (Semira).

Entre as comunidades, está o povo Kalunga, considerado o maior grupo quilombola do país. Domingos da Cunha Fernandes é o representante da comunidade Kalunga de Fazenda da Ema, no município de Terezinha de Goiás. Segundo ele, as demandas por lá são muitas. Falta um posto médico, faltam estradas. Domingos ressalta que o problema mais urgente é a demora na demarcação do território tradicionalmente ocupado, que está nas mãos de fazendeiros.

“Todo dia vai um lá e diz que as terras estão para sair. Nosso povo vai morrendo de velho e nunca [a regularização] sai. Eu vou até acabando a fé. O que está faltando é o seguinte: diz que é o Inbra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] ir lá, medir e liberar ela. Mas nunca foi ninguém lá, não. Vai um bocado de gente lá, faz umas propostas bonitas lá, diz que agora, daqui uns dois dias, uns dois meses está liberado”, relatou o representante da comunidade.



## **ANEXO C**



**VOZES DE  
MESTRES**

cartilha  
simplificada

Portugal | África |  
Brasil 2019/2020

# Políticas Culturais

para Povos e Comunidades  
Tradicionais de Matriz Africana





**Portugal | África |  
Brasil 2019/2020**

# Sumário

Sumário .....	2
Apresentação .....	3
Marcos legais .....	4
Formações académicas nacionais .....	6
Formações académicas internacionais .....	8
Políticas culturais nacionais .....	10
Políticas culturais regionais .....	13
Intercâmbios Internacionais .....	17
Eventos Culturais regionais .....	22
Quadro RESUMO .....	26



## Apresentação

Esta cartilha simplificada apresenta políticas culturais para povos e comunidades tradicionais, especialmente de matriz africana. Este material objetiva a sistematização de oportunidades para as associações e grupos desfavorecidos, de forma simples e direta, considerando oportunidades de valorização da cultura afrodescendente, seu registro e sua preservação. Este levantamento de ações direcionadas demonstra que muito ainda há por ser feito para que sejam conquistados espaços nesta direção. Tendo trabalhado há cerca de 20 anos, inicialmente em Minas Gerais, recentemente no DF, Goiás e região, com projetos voltados a cultura afro-brasileira a jornalista e gestora cultural Geovana Jardim estudante do Mestrado em Estudos Africanos, na Escola de Sociologia e Políticas Públicas - ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, considera esta formação importante para alargar o conhecimento sobre a realidade dos povos e comunidades tradicionais afrodescendentes, estudando sua história, origem e contexto. Muitas das tradições existentes nos grupos culturais, como as folias de reis, os candomblés, os congos, Moçambiques, influenciados por jongos, lundus, maracatus, afoxés e cocos, contribuem, de um lado, para a valorização do legado africano no âmbito da cultura brasileira e para outro na manutenção de suas raízes. Estudar a fonte destas tradições e os desafios políticos de fronteiras colonizadoras tem trazido uma amplitude para a construção e gestão de projetos bem mais consolidados e que contribuam para a luta contra a desigualdade cultural, social e políticas nestes grupos. A Partir desta formação pretende-se contribuir para a capacitação e valorização destes povos e Comunidades Tradicionais com o objetivo primordial de colaborar com a salvaguarda da tradição africana, ainda preservada no Brasil, sendo composto por um conjunto de políticas culturais e públicas que visam principalmente a garantia de direitos e a proteção do seu patrimônio. Para o compartilhamento desta experiência apresentamos neste material conteúdo relativo a estes estudos atuais e anteriores, vivências com os grupos, entre outras ações de apoio à preservação da tradição cultural, como a idealização e realização do Vozes de Mestres – Encontro Internacional das Culturas Populares, que, além da abordagem à tradição também propõe sua valorização através do seu diálogo com o contemporâneo.

## Referências importantes

### **Marcos Legais orientadores do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**



**PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DOS POVOS E  
COMUNIDADES TRADICIONAIS  
DE MATRIZ AFRICANA  
2013 - 2015**

- Constituição Federal de 1988 – artigos 3º, 4º, 5º; 215 e 216;
- Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997 sobre a injúria racial;
- Lei No 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”;
- Lei Nº 10.678, de 23 de maio de 2003, que cria a SEPPIR;
- Decreto Nº 4.886 de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho;
- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Curriculares para Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.



## Referências importantes

### **Marcos Legais orientadores do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**

- Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Decreto nº 6.177 de 01 de agosto de 2007, que promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO;
- Portaria nº 992 de 13 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- Decreto Nº 6.872, de 4 de junho de 2009, que institui o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial;
- Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, que define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.  
Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.  
- Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.



# Formações acadêmicas Nacionais

## Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios (UNB)

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O MESPT visa à formação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais, com base no diálogo de saberes (acadêmicos e tradicionais) e em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários da vida, do território e do meio ambiente, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial) de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

### OBJETO DO EDITAL

O mestrado tem como objetivo a formação de profissionais capazes de desenvolver um diálogo entre o meio acadêmico e a realidade dos povos tradicionais, diagnosticando os processos sociais e políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade desses povos, por meio do desenvolvimento de pesquisa implicada e a formação interdisciplinar de profissionais pertencentes aos seus quadros, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento teórico, metodológico e epistemológico relativo às dimensões do diálogo de saberes, formulando conceitos que contemplem uma concepção ampla de sustentabilidade, não restrita ao ambiente;

### QUEM PODE PARTICIPAR?

Podem se candidatar ao edital povos indígenas, quilombolas, sujeitos oriundos de comunidades tradicionais (PCTs) e profissionais aliada(o)s sem origem comunitária - que atuam no mercado de trabalho, em órgãos públicos, empresas ou organizações da sociedade civil (de assessoria ou base comunitária) e têm o interesse de refletir sobre a sua prática profissional e de potencializar suas intervenções em benefício de povos e territórios tradicionais.

### REGIÃO ABRANGIDA | Brasília/DF e Panaltina/DF

PERÍODO: teve início em 2011 e desde então ocorre todos os anos nos meses de outubro e novembro.

LINK : <http://www.mespt.unb.br/index.php/selecao/edital>

# Formações acadêmicas Nacionais

## Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO)

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

o POSAFRO foi criado em 2005 para acolher cientificamente a diversidade de sujeitos, patrimônios e sistemas culturais demarcados por noções de africanidade, negritude, indigenismo, mestiçagem entre outros, tratando-se, portanto, de uma iniciativa pioneira de construção de espaços e conexões de crucial importância para a expansão dos novos paradigmas de ensino-aprendizagem em emergência.

### OBJETO DO EDITAL

O objetivo da POSAFRO é o de desenvolver, através das pesquisas de mestrados e doutorados ofertadas pela UFBA uma reflexão e produção científica multi/interdisciplinar, que contribuam para expandir o campo dos estudos étnicos e africanos no Brasil, sobretudo pelo estímulo a modelos e recortes de pesquisa que, além de explorar temas e objetos em geral marginalizados, ponham em relevo as articulações, interfaces, intercâmbios e conflitos que constituem os fenômenos culturais, buscando assim qualificar a interpretação relacional ou comparativista de fenômenos sociais africanos que também mobilizam a sociedade brasileira, destacadamente no que diz respeito ao trabalho crítico voltado para as identificações raciais e as expressões do racismo.

### QUEM PODE PARTICIPAR?

Podem candidatar-se aos cursos de mestrado e doutorado pessoas físicas nacionais e estrangeiras que preencham os requisitos de cada edital.

REGIÃO ABRANGIDA | Bahia, mas recebe estudantes de todo o mundo.

PERÍODO: A Fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) acontece em 1959, entretanto, somente em 2017 é que a UFBA abre seu primeiro edital para cursos de mestrados e doutorados oferecidos pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos.

LINK : <https://posafro.ufba.br/>

# Formações acadêmicas Internacionais

## Mestrado em Estudos Africanos (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O Mestrado em Estudos Africanos do Iscte é um dos mais antigos e prestigiados na Europa e nos espaços de língua portuguesa. Em funcionamento desde 1989, forma profissionais de diversas áreas, da investigação e ensino, ao setor empresarial, diplomacia, organizações internacionais, administração pública e Organizações da Sociedade Civil. O Mestrado está estruturado de modo a que os estudantes adquiram uma visão interdisciplinar sobre o continente africano e as suas diásporas. O curso está organizado em Unidades Curriculares obrigatórias que analisam as principais problemáticas e dinâmicas políticas, sociais, culturais e económicas de diversos contextos africanos e da diáspora. Os estudantes podem escolher também Unidades Curriculares optativas em outros cursos do Iscte.

### OBJETO DO EDITAL

Para além da especialização científica, o curso tem um pendor formativo no âmbito de competências profissionais, podendo os mestrandos desenvolver trabalhos de investigação e realizar estágios em instituições públicas e privadas.

### QUEM PODE PARTICIPAR?

Podem candidatar-se pessoas físicas nacionais e estrangeiras que preencham os requisitos de cada edital.

REGIÃO ABRANGIDA | Lisboa, mas recebe estudantes de todo o mundo.

PERÍODO: Criado em 1989 com editais a candidatar-se entre janeiro e agosto de cada ano.

LINK : <https://www.iscte-iul.pt/curso/58/mestrado-estudos-africanos>





# Formações académicas Internacionais

## Doutorado em Estudos Africanos (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O Doutoramento em Estudos Africanos confere uma formação a investigadores, docentes e profissionais de várias áreas que permite adquirir uma visão aprofundada das teorias e metodologias em estudos africanos e desenvolver a capacidade de análise/investigação sobre as sociedades africanas. Ao longo do programa, os doutorandos adquirem conhecimentos das principais problemáticas sociais, políticas e económicas em África, tendo a possibilidade de aprofundar a sua investigação numa diversidade de áreas que incluem: Ambiente e Recursos Naturais; Desenvolvimento e Cooperação; Economia e Empresas; Educação e Desenvolvimento; Estruturas e Dinâmicas Sociais; Política e Relações Internacionais.

### OBJETO DO EDITAL

O curso tem uma forte componente metodológica que reforça as capacidades para a concepção e gestão de programas de investigação. Permite, por outro lado, reforçar as competências de liderança na análise, gestão, e a avaliação de políticas públicas e no exercício de atividades profissionais nomeadamente na investigação e docência, administração pública, em organização da sociedade civil e em empresas.

### QUEM PODE PARTICIPAR?

Podem candidatar-se pessoas físicas nacionais e estrangeiras que preencham os requisitos de cada edital.

REGIÃO ABRANGIDA | Lisboa, mas recebe estudantes de todo o mundo.

PERÍODO: Criado em 1989 com editais a candidatar-se anualmente entre janeiro e agosto.

LINK : <https://www.iscte-iul.pt/curso/42/doutoramento-estudos-africanos>





## **Políticas Culturais Nacionais**

### **Prêmio CULTURAS POPULARES (Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania)**

#### **RESUMO DO PROJETO/EDITAL – FAC DF**

A União, por meio da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania abre este edital com intuito de dar visibilidade e valorização as culturas populares, contribuindo para a sua continuidade e manutenção dinâmica das diferentes identidades culturais. Ademais, esta edição se abre às manifestações dos novos arranjos que se veem da cultura popular.

#### **OBJETO DO EDITAL?**

O edital visa reconhecer e premiar iniciativas já realizadas propostas por Mestres e Mestras e pessoas jurídicas sem fins lucrativos com natureza ou finalidade cultural expressa em seu estatuto e que envolvam as expressões das culturas populares, preservando assim suas identidades culturais.

#### **QUEM PODE PARTICIPAR?**

Mestres/Mestras (pessoas físicas); Pessoas jurídicas sem fins lucrativos com natureza ou finalidade cultural expressa em seu estatuto e Pessoas jurídicas sem fins lucrativos de natureza ou finalidade cultural expressa em seu estatuto.

#### **QUAL O VALOR DO PROJETO?**

Para a execução deste projeto os recursos disponibilizados pela União são na ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

#### **REGIÃO ABRANGIDA**

Os editais abrangem todo o território nacional brasileiro.

#### **PERÍODO**

Foi criado em 2012, estando na sua 7ª edição. As inscrições decorrem entre os meses de Junho e Agosto pela internet ou via postal.

LINK: <http://culturaspopulares.cultura.gov.br/>

## Políticas Culturais Nacionais

### FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi criada em 1988, sendo a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. A FCP é vinculada ao Ministério da Cidadania e tem como objetivo promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. Por fim, insta ressaltar que a FCP é referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileira nas escolas. Em linhas gerais, a Fundação possui diversos projetos voltados para a valorização, promoção e difusão da cultura afro-brasileira, além de potencializar a participação da população negra brasileira dos processos culturais dentro e fora do país. Neste sentido, destacam-se dois editais, quais sejam:

- **Programa Bolsa Permanência 2019**

#### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O PBP é uma Política Pública que visa garantir a inclusão de jovens quilombolas nos espaços universitários, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior.

#### QUEM PODE PARTICIPAR?

A Bolsa Permanência é voltada para estudantes indígenas e quilombolas de ensino superior de instituições federais.

#### QUAL O VALOR DO PROJETO?

Foram investidos R\$ 194 milhões de reais para o projeto Bolsa Permanência 2019.

#### REGIÃO ABRANGIDA

A Bolsa Permanência abrange todo o território nacional, tendo em vista que é voltada para estudantes indígenas ou quilombolas matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por qualquer Instituição Federal de Ensino Superior.

#### PERÍODO

O Programa Bolsa Permanência foi instituído em 2013 pela Portaria 389, de 9 de maio de 2013, desde então, foram abertos editais todos os anos, sendo o último de Julho a Agosto/2019.

LINK: <http://www.palmares.gov.br/>

## Políticas Culturais Nacionais

- **Circuito de Formação de Jovens Agentes da Cultura Negra**

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O projeto Circuito de Formação de Jovens Agentes da Cultura Negra tem como objetivo desenvolver ações afirmativas voltadas para a juventude negra com a realização de capacitação profissional itinerante, por meio de unidade(s) móvel (is), nos estados de Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal, com a oferta de cursos profissionalizantes nas áreas de Produção Cultural, Audiovisual, Web designer, Dança de Rua e Empreendedorismo e Oficina relativa a “aspectos de cidadania com enfoque em questões étnico raciais e a juventude” o Edital “Circuito de Formação de Jovens agentes da Cultura Negra”.

### OBJETO DO EDITAL

O projeto tem a finalidade de qualificar profissionalmente a juventude negra na área cultural, oportunizando que o jovem negro atue nas diversas esferas da cadeia produtiva da cultura, de modo a lhe permitir acesso à formação continuada. Desta feita, o edital visa minimizar os efeitos da grande desigualdade socioeconômica vivida em especial pelo jovem afro-descendente que, em sua maioria, vive nas periferias das grandes cidades e estão à margem das melhores oportunidades.

### QUEM PODE PARTICIPAR?

Podem participar deste edital as organizações da sociedade civil (OSCs) que desenvolvam trabalhos em prol da cultura afro-brasileira.

### QUAL O VALOR DO PROJETO?

Foram investidos R\$ 194 milhões de reais para o projeto Bolsa Permanência 2019.

### REGIÃO ABRANGIDA

O edital abrange três Estados da Federação: Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

### PERÍODO

O edital foi criado em 2019. Trata-se de uma Política Pública com caráter permanente. As inscrições decorreram de 07 de junho de 2019 e encerrou no dia 06 de dezembro de 2019.

LINK: <http://www.palmares.gov.br/?p=55641>

# Políticas Culturais Regionais (DF)

## **FAC - DF (TODAS AS ÁREAS)**

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL – FAC DF

O Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal - FAC, foi criado em 1991, sendo o principal instrumento de fomento às atividades artísticas e culturais da Secretaria de Cultura do Distrito Federal que oferece apoio financeiro a fundo perdido e seus projetos são selecionados por Editais públicos.

### OBJETO DO EDITAL?

O FAC possui um rico histórico no que tange ao fomento e a valorização das culturas do Distrito Federal. Nestes mais de 12 anos de intensa atuação, o FAC abriu diversos editais responsáveis por propagar as culturas tradicionais e contemporâneas, valorizando todo o território abrangido pela Capital Federal, tendo como consequência a geração de renda, desde os artistas até os vendedores ambulantes. Neste sentido, convém ressaltar que o FAC também investe em pesquisas e em agentes pesquisadores, ofertando bolsas de estudos para o Brasil e Exterior.

### QUEM PODE PARTICIPAR?

Cada edital é direcionado para um tipo de participante, chegando até mesmo a atingir desde pessoa física até jurídicas com ou sem fins lucrativos, para tanto, os interessados devem se manter atentos as chamadas públicas e licitações.

### QUAL O VALOR DO PROJETO?

O FAC-DF investe aproximadamente R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais) por ano para realizar todos os editais, conforme dados disponibilizados pelo Fundo de Apoio a Cultura na sua página oficial.

### REGIÃO ABRANGIDA

Os editais abrangem todo o território do Distrito Federal.

### PERÍODO

Desde o ano de 2006 o FAC-DF é responsável pela abertura de diversos editais, alguns permanentes. Assim, as candidaturas são abertas em diferentes datas, devendo o interessado acompanhar o sítio eletrônico do FAC-DF.

LINK: <http://www.cultura.df.gov.br/fac>

## Políticas Culturais Regionais (DF)

### FAC DF - (CONEXÃO CULTURA)

#### RESUMO DO PROJETO/EDITAL – FAC DF

O Conexão Cultura DF é um programa voltado à promoção e difusão da arte e cultura produzida no Distrito Federal. O Edital apoia as rubricas de deslocamento e permanência dos agentes para execução das atividades, de acordo com a natureza do objeto, como passagens, diárias, transporte e seguro de obra, transporte de instrumentos ou material cênico, taxas de inscrição e participação.



#### OBJETO DO EDITAL?

O projeto é voltado à formação, qualificação e projeção nacional e internacional da arte e cultura do Distrito Federal, de forma a ampliar a circulação e a fruição dos agentes, bens e serviços culturais e criativos para fortalecer a identidade cultural local e a cultura enquanto vetor de desenvolvimento integrado no território.

#### QUEM PODE PARTICIPAR?

Pessoas físicas e jurídicas com residência comprovada no DF.

#### QUAL O VALOR DO PROJETO?

Para a execução em 2020 foi destinado a quantia de R\$ 4.720.000,00 (quatro milhões setecentos e vinte mil reais) distribuídos em várias linhas de apoio, conforme a portaria nº 38/2020.

#### REGIÃO ABRANGIDA

Os editais abrangem todo o território do Distrito Federal.

#### PERÍODO

Trata-se de um edital permanente com fluxo contínuo de inscrições.

LINK: <http://www.fac.df.gov.br/>



## Políticas Culturais Regionais (DF)

### FAC DF - (PRÊMIO CULTURA VIVA)

#### RESUMO DO PROJETO/EDITAL – FAC DF

O Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal - FAC, foi criado em 1991, sendo o principal instrumento de fomento às atividades artísticas e culturais da Secretaria de Cultura do Distrito Federal que oferece apoio financeiro a fundo perdido e seus projetos são selecionados por Editais públicos.

#### OBJETO DO EDITAL?

O edital Prêmio Cultura Viva – DF visa selecionar Agentes Culturais de Base Comunitária que assim como FAC, prestaram e prestam relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Distrito Federal.

#### QUEM PODE PARTICIPAR?

Podem se inscrever neste edital coletivos culturais, entidades privadas com fins lucrativos ou organizações da sociedade civil.

#### QUAL O VALOR DO PROJETO?

O valor destinado para este edital é de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).

REGIÃO ABRANGIDA | Os editais abrangem todo o território do Distrito Federal.

#### PERÍODO

O edital foi criado em 2018, não sendo permanente. As inscrições aconteceram entre 12 de julho de 2018 e 31 de julho de 2018.

LINK: <http://www.fac.df.gov.br/>



# Políticas Culturais Regionais (Goiás)

## Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás - FAC GO

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás – foi criado em 2012 sendo o principal mecanismo de fomento e difusão da produção cultural do Estado. Nestes mais de 7 anos de existência o Fundo Cultural abriu 64 editais e aprovou mais de 1200 projetos de várias áreas. Dentre os mais de 60 editais, destaca-se a chamada pública de Fomento à Cultura Popular Tradicional – 2018, visa apoiar projetos culturais que valorizam a tradição de grupos culturais representado por mestres através de festivais, circulação e registro das manifestações culturais, vestuário e adereços, dentre outros.

### OBJETO DO EDITAL

O edital tem como objetivo apoiar propostas culturais protagonizadas por mestres, grupos da cultura popular e instituições que visem o fortalecimento das manifestações tradicionais populares voltadas à preservação, circulação e registro da diversidade cultural existente no Estado de Goiás.

### QUEM PODE PARTICIPAR?

Podem participar desde edital as Pessoas Físicas maiores de 18 (dezoito); Pessoas Jurídicas de Direito Privado, com ou sem fins lucrativos e Microempreendedor Individual (MEI) com residência comprovada no estado de Goiás.

### QUAL O VALOR DESTINADO?

Para a execução deste projeto o aporte financeiro é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

### REGIÃO ABRANGIDA

Os editais abrangem todo o território do estado de Goiás.

### PERÍODO

O edital foi criado em 2014, tendo sua última chamada em 2018.

LINK: <https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/>

## Intercâmbios internacionais

***Cumpra destacar dois projetos de relevância, quais sejam:***

**Bolsas de pós-graduação para estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa e de Timor-Leste**

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

Neste projeto, a Fundação Calouste Gulbenkian pretende estimular a investigação e a valorização dos recursos humanos, a nacionais dos Estados Africanos de Língua Portuguesa e de Timor Leste, nas seguintes áreas de formação: Língua Portuguesa, Ciências Exatas, Ciências da Saúde e Economia. Com este projeto, a Fundação além de abrir oportunidades profissionais a nacionais de países africanos contribui para a inserção e valorização do negro em Portugal.

### QUEM PODE PARTICIPAR

As bolsas destinam-se a estudantes nacionais de até 45 anos de idade pertencentes ao PALOP e Timor Leste.

### REGIÃO ABRANGIDA

A bolsa de estudo abrange todo o território Português, para as áreas de formação abrangidas no edital.

### PERÍODO

O projeto bolsas de Pós-graduação para estudantes de países Africanos de língua oficial Portuguesa e de Timor-leste foi criado em 2018. Trata-se de um programa permanente, tendo ocorrido nos anos de 2018 e 2019. As candidaturas vão de 1 a 30 de abril.

Link: <https://gulbenkian.pt/grant/residencias-artisticas-nos-palop/>



## Intercâmbios internacionais



### Fundação Gulbenkian | Portugal

#### RESUMO DO PROJETO

A Fundação Calouste Gulbenkian é uma Instituição filantrópica privada criada no ano de 1956 em Portugal e tem como propósito fundamental melhorar a qualidade de vida das pessoas através da arte, da beneficência, da ciência e da educação, por meio de programas inovadores que desenvolvem projetos piloto e apoiam, através de bolsas e subsídios, instituições e organizações sociais. Cumpre ressaltar que a Fundação se afirma como um espaço aberto ao mundo apoiando e gerindo diversos projetos, nacionais e internacionais.

#### OBJETO

A Fundação visa também consolidar-se como um agente de mudança, de produção de conhecimento e de ensaio de soluções para os principais problemas da humanidade, para tanto, integrou-se à União Europeia.

A partir daí, foram criadas estratégias importantes para os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), onde a Fundação financia e cofinancia projetos para a valorização profissional de cidadãos dos PALOP.

## Intercâmbios internacionais

### Residências Artísticas nos PALOP

#### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

Com este projeto de residência artística, a Fundação tem como objetivo promover a qualificação de recursos humanos e de Instituições ligadas às Artes, promovendo a formação de qualidade de artistas das PALOP, além de incentivar a circulação artística regional e internacional, estabelecendo assim, uma rede de conhecimento e partilha das estruturas locais já existentes.

#### QUEM PODE PARTICIPAR

Poderão candidatar-se a este edital, entidades da sociedade civil, dos PALOP, legalmente constituídas e idóneas, com atividade comprovada na cena artística do país (PALOP) onde estão instaladas;

#### QUAL O VALOR DESTINADO?

Para a execução deste projeto a Fundação disponibiliza até 220 mil euros para um período de 3 anos.

#### REGIÃO ABRANGIDA

A residência artística poderá acontecer em qualquer dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

#### PERÍODO

O projeto Residências Artísticas foi criado em 2018 e teve apenas uma edição. As candidaturas decorreram entre 24 Setembro 2018 e 7 Novembro 2018.

Link: <https://gulbenkian.pt/grant/residencias-artisticas-nos-palop/>



## Intercâmbios internacionais

### INSTITUTO CAMÕES – Instituto da Cooperação e da Língua Portugal

O Camões, I.P é um instituto público português que surge em 2012 da fusão entre o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. O instituto integra a administração indireta do Estado e visa a coordenação e articulação da política externa do governo nas áreas da cooperação internacional, promoção da língua e cultura portuguesas enquanto domínios crescentemente entendidos pelos Estados como instrumentos de projeção da sua influência e defesa dos seus interesses.

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O PROCULTURA PALOP-TL é um projeto financiado pela União Europeia e cofinanciado e gerido pelo Instituto Camões e cofinanciado também pela Fundação Calouste Gulbenkian. Tem por objetivo principal contribuir para a criação de emprego nos setores culturais nos PALOP e Timor-Leste através do reforço de competências dos recursos humanos e do financiamento disponível para o desenvolvimento destes setores, nos seis países, especialmente nas áreas da música, das artes cénicas e da literatura infanto-juvenil.

### OBJETO DO EDITAL

O PROCULTURA PALOP-TL, tem como objetivo contribuir para aumentar o emprego nas atividades geradoras de rendimento na economia criativa e cultura nos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e Timor-Leste, com uma abordagem sistémica, em duas componentes: (1) reforço dos recursos humanos através do desenvolvimento de competências nas profissões técnicas dos setores culturais, de competências de gestão e de competências criativas orientadas para a contemporaneidade da criação; (2) reforço das oportunidades de financiamento, sobretudo através de subvenções para difusão e comercialização da música, artes performativas e literatura infantil-juvenil dos seis países, para ampliar os mercados nacionais e o acesso aos mercados internacionais.

LINK: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos/subvencoes-procultura>



## **Intercâmbios internacionais**



### **QUEM PODE PARTICIPAR**

Podem participar do projeto, setores públicos, setores privados, organizações da sociedade civil dos PALOP-TL, também parcerias ou consórcios internacionais, e por fim, pessoas físicas.

### **QUAL O VALOR DESTINADO?**

Este projeto possui um orçamento de EUR 19.04 milhões para a sua execução.

### **REGIÃO ABRANGIDA**

Países dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e Timor-Leste.

### **PERÍODO**

O projeto foi criado em 2019, terá duração de 51 meses, ou seja, de 2019 a 2023 e abre suas candidaturas entre 3 de fevereiro e 1 de julho.

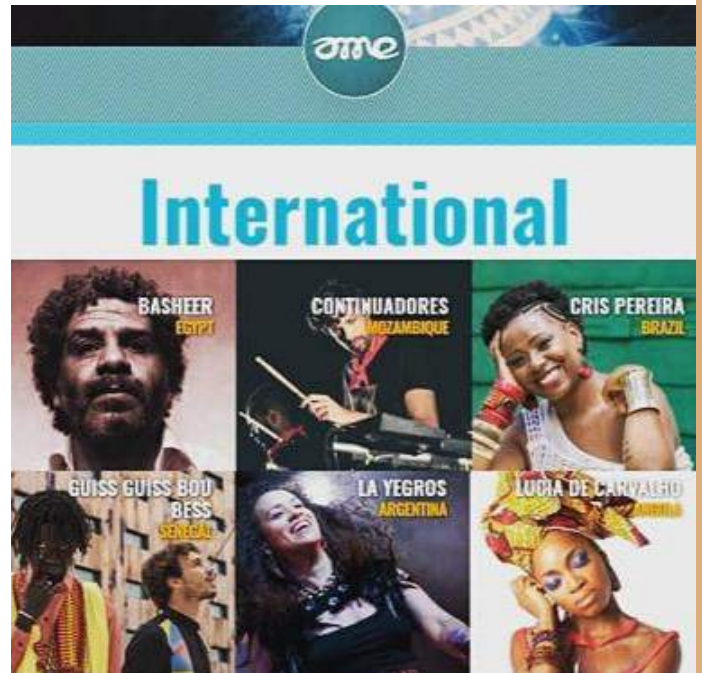
Link: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-projetos/procultura-palop-tl>

# Intercâmbios internacionais Festivais

## AME - Atlantic Music Expo

### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

Em sete edições, o Atlantic Music Expo (AME) firmou-se para Cabo Verde, África e para todo o Atlântico, como um prestigioso encontro para receber profissionais da música, apresentando showcases dia e noite (inclusive um urban music stage e DJ sets), programa de conferências, workshops práticos, one-to-one meetings, e uma feira livre noturna.



### QUEM PODE PARTICIPAR

Artistas de todo o mundo, especialmente os afrodescendentes ou que tenham sua arte voltada a divulgação e valorização da cultura afro.

### REGIÃO ABRANGIDA

A feira acontece em Cabo Verde e sempre recebe uma vasta programação internacional.

### PERÍODO

O evento acontece sempre no mês de abril, mas sempre abre candidatura para artistas no mês de novembro do ano anterior.

Link: <https://www.atlanticmusicexpo.com/?II=PT>

**PRAIA - CABO VERDE**  
AFRICA | AMERICA | EUROPE  
WWW.ATLANTICMUSICEXPO.COM  
7TH EDITION

Atlantic Music Expo Cabo Verde

**ame**  
8 - 11 APRIL, 2019  
CONFERENCES | SHOWCASES  
WORKSHOPS | MARKETS

## Eventos Culturais regionais Belo Horizonte

### FAN - Festival de Arte Negra

#### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O Festival de Arte Negra de Belo Horizonte, FAN-BH foi fundado em 1995, possui 24 anos e tem periodicidade bienal, sua programação é marcada pela diversidade de linguagens artísticas e pela participação de artistas, grupos e pesquisadores da arte e da cultura negra. O Festival promove o encontro da música, artes cênicas, cine cinema, moda, artes visuais, performance e literatura de matriz africana do Brasil e do exterior.

#### OBJETO DO EDITAL

O Festival é dedicado a valorização e a difusão da arte de matriz africana, atuando como um importante instrumento para valorização de manifestações culturais diversas, impulsionando a formação da rede de um mercado local e fomentando a inserção de artistas da cidade em variados nos circuitos culturais.

#### QUEM PODE PARTICIPAR?

O Festival é gratuito, tendo programações para público de todas as idades. Para artistas que queiram apresentar seu material deve entrar em contato com a organização.

#### QUAL O VALOR DESTINADO?

Anualmente são investidos cerca de 3 milhões de reais no evento.

#### REGIÃO ABRANGIDA

O evento acontece em Belo Horizonte, Minas Gerais, mas contempla atrações nacionais e internacionais.

#### PERÍODO

O Festival foi criado em 1995, e possui periodicidade bienal. O evento acontece em novembro.

LINK: <http://www.fan.pbh.gov.br/programacao/>





## Eventos Culturais regionais São Paulo

### Festival Feira Preta

#### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O maior encontro de cultura negra da América Latina; une cultura e comércio de produtos afro-étnicos em uma grande celebração que encerra o mês da consciência negra desde 2002. A Feira é realizada anualmente, com o forte objetivo de difundir costumes e tradições da cultura negra e fomentar negócios de empreendedores da comunidade negra.

#### OBJETO DO EDITAL

Em onze edições do evento, a Feira Preta já reuniu mais de 100 mil visitantes, 400 artistas, 500 expositores, gerando mais de R\$ 3,5 milhões de circulação monetária, com a comercialização de produtos afro-étnicos, estimulando a produtividade da comunidade negra e impulsionando o interesse crescente em investimentos nesse mercado. A Feira Preta em 2011 e 2012, já passou pela cidade de Tietê e por Brasília dentro da programação do Festival Latinidades.

#### QUEM PODE PARTICIPAR?

Empreendedores da arte negra, artistas e ativistas.

#### QUAL O VALOR DESTINADO?

Até a última edição foram gerados R\$3,5 milhões de reais.

#### REGIÃO ABRANGIDA

O evento acontece em São Paulo, tendo passado também por Brasília em uma de suas edições

#### PERÍODO

Festival Feira Preta 2019 abre candidaturas em outubro de cada ano.

LINK: <http://feirapreta.com.br/#18anos>





## Eventos Culturais regionais Brasília



### Festival Cara e Cultura Negra

#### RESUMO DO PROJETO/EDITAL

O festival Cara e Cultura Negra é organizado e concebido pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Cidade, denominado nossaMARKA, uma organização privada sem fins lucrativos. Nossa missão é promover a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico e do desenvolvimento econômico e social. Para isso, damos enfoque nos aspectos comunitário, institucional e cultural, a partir de uma visão e de uma concepção estratégica, envolvendo os mais amplos e diversificados setores da sociedade e do Estado. O Festival acontece há 15 anos e é uma oportunidade para produtores e artistas da capital. O evento acontece em diversos formatos: música, artes visuais, seminários, bate-papos, poesia, literatura, moda, gastronomia e oficinas práticas. O festival faz parte de um esforço para superar as barreiras históricas da discriminação e do preconceito, reconhecendo o valor de uma raça que ajudou, com suor e sangue, a construir o Brasil.

#### OBJETO DO EDITAL

O objetivo do festival é reunir produtores culturais de Brasília e do Brasil, e promover esse intercâmbio, de divulgar a história e a cultura afro-brasileira.

#### QUEM PODE PARTICIPAR?

Artistas, pensadores, empreendedores da arte negra e ativistas.

REGIÃO ABRANGIDA | Brasília.

PERÍODO | Setembro e já esta em sua 15a edição.

LINK: <https://www.caraeculturanegra.com.br/>

## Quadro RESUMO

Tipo	Área	Organismo responsável	Incentivo	Início	Fim	Descrição	Link
Formação	Educação	UNB	Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios (UNB)	2011	até o momento	O MESPT visa à formação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais, com base no diálogo de saberes (acadêmicos e tradicionais) e em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários da vida, do território e do meio ambiente, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial) de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.	<a href="http://www.mespt.unb.br/index.php/selecao/edital">http://www.mespt.unb.br/index.php/selecao/edital</a>
Formação	Educação	UFBA	Mestrado e Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos	2017	até o momento	A POSAFRO, através das pesquisas de mestrados e doutorados ofertadas pela UFBA, visa acolher cientificamente a diversidade de sujeitos, patrimônios e sistemas culturais demarcados por noções de africanidade, negritude, indigenismo, mestiçagem entre outros, visando a construção de espaços e conexões de crucial importância para a expansão dos novos paradigmas de ensino-aprendizagem em emergência.	<a href="https://posafro.ufba.br/">https://posafro.ufba.br/</a>

cartilha

## Quadro RESUMO

Formação	Educação	ISCTE	Mestrado em Estudos Africanos	1989	até o momento	<p>O Mestrado em Estudos Africanos do Iscte é um dos mais antigos e prestigiados na Europa e nos espaços de língua portuguesa. Em funcionamento desde 1989, forma profissionais de diversas áreas, da investigação e ensino, ao setor empresarial, diplomacia, organizações internacionais, administração pública e Organizações da Sociedade Civil.</p>	<p><a href="https://www.iscte-iul.pt/curso/58/mestrado-estudos-africanos">https://www.iscte-iul.pt/curso/58/mestrado-estudos-africanos</a></p>
Formação	Educação	ISCTE	Doutorado em Estudos Africanos	1989	até o momento	<p>O Doutoramento em Estudos Africanos confere uma formação a investigadores, docentes e profissionais de várias áreas que permite adquirir uma visão aprofundada das teorias e metodologias em estudos africanos e desenvolver a capacidade de análise/investigação sobre as sociedades africanas.</p>	<p><a href="https://www.iscte-iul.pt/curso/42/doutoramento-estudos-africanos">https://www.iscte-iul.pt/curso/42/doutoramento-estudos-africanos</a></p>
Prêmio	Cultura	Governo Federal	Culturas Populares	2012	até o momento	<p>O Projeto Cultura Populares visa reconhecer e premiar iniciativas já realizadas propostas por Mestres e Mestras e pessoas jurídicas sem fins lucrativos com natureza ou finalidade cultural expressa em seu estatuto e que envolvam as expressões das culturas populares, preservando assim suas identidades culturais.</p>	<p><a href="http://culturaspopulares.cultura.gov.br/">http://culturaspopulares.cultura.gov.br/</a></p>

## Quadro RESUMO

Bolsas	Educação	Fundação Cultural Palmares - FCP	Bolsa Permanência	2013	até o momento	<p>O Programa Bolsa Permanência visa garantir a inclusão de jovens quilombolas nos espaços universitários, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior.</p>	<a href="http://www.palmares.gov.br/?page_id=55525">http://www.palmares.gov.br/?page_id=55525</a>
Apoio	Educação	Fundação Cultural Palmares - FCP	Circuito de Formação de Jovens Agentes da Cultura Negra	2019	até o momento	<p>O projeto Circuito de Formação de Jovens Agentes da Cultura Negra tem como objetivo desenvolver ações afirmativas voltadas para a juventude negra com a realização de capacitação profissional itinerante, por meio de unidade(s) móvel (is), nos estados de Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal, com a oferta de cursos profissionalizantes nas áreas de Produção Cultural, Audiovisual, Web designer, Dança de Rua e Empreendedorismo e Oficina relativa a “aspectos de cidadania com enfoque em questões étnico raciais e a juventude”</p>	<a href="http://www.palmares.gov.br/?p=55311">http://www.palmares.gov.br/?p=55311</a>

## Quadro RESUMO

Apoio	Cultura	FAC-DF	Conexão Cultura	2016	até o momento	<p>O Conexão Cultura DF é um programa voltado à promoção e difusão da arte e cultura produzida no Distrito Federal. O Edital apoia as rubricas de deslocamento e permanência dos agentes para execução das atividades, de acordo com a natureza do objeto, como passagens, diárias, transporte e seguro de obra, transporte de instrumentos ou material cênico, taxas de inscrição e participação.</p> <p><a href="http://www.fac.df.gov.br/?page_id=67">http://www.fac.df.gov.br/?page_id=67</a></p>
Prêmio	Cultura	FAC-DF	Cultura Viva	2018	2019	<p>O edital Prêmio Cultura Viva – DF visa selecionar Agentes Culturais de Base Comunitária que assim como FAC, prestaram e prestam relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Distrito Federal.</p> <p><a href="http://www.cultura.df.gov.br/edital-premios-fac-cultura-viva-df/">http://www.cultura.df.gov.br/edital-premios-fac-cultura-viva-df/</a></p>
Apoio	Cultura	FAC-GO	Editais Culturais	2012	até o momento	<p>O Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás – Fundo Cultural tem como objetivo apoiar propostas culturais protagonizadas por mestres, grupos da cultura popular e instituições que visem o fortalecimento das manifestações tradicionais populares voltadas à preservação, circulação e registro da diversidade cultural existente no Estado de Goiás.</p> <p><a href="https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/">https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/</a></p>

## Quadro RESUMO

Bolsas	Educação	Fundação Calouste Gulbenkian	Bolsas de Pós-Graduação para estudantes de países Africanos de língua oficial Portuguesa e Timor-Leste	2018	até o momento	<p>A Fundação Calouste Gulbenkian visa estimular a investigação e a valorização dos recursos humanos, a nacionais dos Estados Africanos de Língua Portuguesa e de Timor Leste, nas seguintes áreas de formação: Língua Portuguesa, Ciências Exatas, Ciências da Saúde e Economia. Com este projeto de bolsas de Pós-graduação, a Fundação além de abrir oportunidades profissionais a nacionais de países africanos contribui para a inserção e valorização do negro em Portugal.</p>	<a href="https://gulbenkian.pt/bolsas-apoios-gulbenkian/">https://gulbenkian.pt/bolsas-apoios-gulbenkian/</a>
Apoio	Artes	Fundação Calouste Gulbenkian	Residência Artística nos PALOP	2018	até o momento	<p>A Fundação Calouste Gulbenkian por meio do projeto de Residência Artística nos PLAOP tem como objetivo promover a qualificação de recursos humanos e de Instituições ligadas às Artes, promovendo a formação de qualidade de artistas das PALOP, além de incentivar a circulação artística regional e internacional, estabelecendo assim, uma rede de conhecimento e partilha das estruturas locais já existentes.</p>	<a href="https://gulbenkian.pt/grant/residencias-artisticas-nos-palop/">https://gulbenkian.pt/grant/residencias-artisticas-nos-palop/</a>



## Quadro RESUMO

Apoio	Cultura	CAMÕES – Instituto da Cooperação e da Língua Portugal	Procultura PALOP-TL	2019	2023	<p>O PROCULTURA PALOP-TL tem por objetivo principal contribuir para a criação de emprego nos setores culturais nos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e Timor-Leste, através do reforço de competências dos recursos humanos e do financiamento disponível para o desenvolvimento destes setores, nos seis países, especialmente nas áreas da música, das artes cénicas e da literatura infanto-juvenil.</p>	<p><a href="https://gulbenkian.pt/grant/procultura-apoio-a-mobilidade-internacional-de-artistas-dos-palop-e-timor-leste/">https://gulbenkian.pt/grant/procultura-apoio-a-mobilidade-internacional-de-artistas-dos-palop-e-timor-leste/</a></p>
Apoio	Cultura	CAMÕES – Instituto da Cooperação e da Língua Portugal	Editais	2012	até o momento	<p>O Camões, I.P é um instituto público português que surge em 2012 da fusão entre o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. O instituto integra a administração indireta do Estado e visa a coordenação e articulação da política externa do governo nas áreas da cooperação internacional, promoção da língua e cultura portuguesas enquanto domínios crescentemente entendidos pelos Estados como instrumentos de projeção da sua influência e defesa dos seus interesses.</p>	<p><a href="https://www.instituto-camoes.pt/">https://www.instituto-camoes.pt/</a></p>

## Quadro RESUMO

Feira de Música	Cultura negra	Ministério da Cultura de Cabo Verde	Atlantic Music Expo	2012	até o momento	Em sete edições, o Atlantic Music Expo (AME) firmou-se para Cabo Verde, África e para todo o Atlântico, como um prestigioso encontro para receber profissionais da música, apresentando showcases dia e noite (inclusive um urban music stage e DJ sets), programa de conferências, workshops práticos, one-to-one meetings, e uma feira livre noturna.	<a href="https://www.atlanticmusicexpo.com/?l=PT">https://www.atlanticmusicexpo.com/?l=PT</a>
Festival	Cultura	Fundação Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura e Prefeitura de Belo Horizonte	Festival de Arte Negra de Belo Horizonte — FAN-BH	1995	até o momento	O Festival de Arte Negra de Belo Horizonte, FAN-BH foi fundado em 1995, possui 24 anos e tem periodicidade bienal, sua programação é marcada pela diversidade de linguagens artísticas e pela participação de artistas, grupos e pesquisadores da arte e da cultura negra. O Festival promove o encontro da música, artes cênicas, cine cinema, moda, artes visuais, performance e literatura de matriz africana do Brasil e do exterior.	<a href="http://www.fan.pbh.gov.br/">http://www.fan.pbh.gov.br/</a>

## Quadro RESUMO

Festival	Cultura negra	Adriana Barbosa	Festival Feira Preta	2002	Até o momento	<p>O maior encontro de cultura negra da América Latina; uma cultura e comércio de produtos afro-étnicos em uma grande celebração que encerra o mês da consciência negra desde 2002. A Feira é realizada anualmente, com o forte objetivo de difundir costumes e tradições da cultura negra e fomentar negócios de empreendedores da comunidade negra.</p> <p><a href="http://feirapreta.com.br/#18anos">http://feirapreta.com.br/#18anos</a></p>
Festival	Cultura negra	ONG nossaMARKA	Festival Cara e Cultura Negra	2004	até o momento	<p>Em 15 anos, o Festival Cara e Cultura Negra desenvolveu uma série de atividades: capacitou dois mil professores; ganhou prêmios nacionais e internacionais; promoveu 50 oficinas; produziu dois livros e proporcionou visitas guiadas a mais de 10 mil alunos.</p> <p><a href="https://www.caraeculturanegra.com.br/festival">https://www.caraeculturanegra.com.br/festival</a></p>